



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**X Legislatura**

**Número: 100**

**III Sessão Legislativa**

**Horta, quinta-feira, 16 de abril de 2015**

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

#### **Sumário**

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.*

A Reunião teve início com a leitura dos seguintes votos:

- [Voto de Congratulação pelos prémios conquistados pelos produtos jorgenses a nível nacional](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Lido o voto pelo Sr. Deputado André Rodrigues, intervieram no debate os Deputados António Pedroso (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Saudação pelos prémios conquistados pelos produtos jorgenses, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a apresentação do voto pela Deputada Ana Espínola, usaram da palavra os Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Rogério Veiros (*PS*).

O voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento do Padre Edmundo Pacheco](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a sua leitura pela Deputada Catarina Moniz Furtado, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Rui Miranda de Mesquita](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto esteve a cargo do Deputado Luís Rendeiro, tendo, seguidamente, participado no debate a Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o voto em questão foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, passou-se à leitura de duas declarações políticas.

A primeira, denominada [Prestar Contas](#), esteve a cargo do Deputado Cláudio Lopes (*PSD*), tendo participado no debate os Deputados Francisco César (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*), a Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), os Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Rogério Veiros (*PS*), bem como o Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

A segunda foi apresentada pela Deputada Lúcia Arruda (*BE*), seguindo-se as intervenções dos Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Artur Lima (*CDS-PP*), da Deputada Graça Silva (*PS*), dos Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Joaquim Machado (*PSD*), bem como do Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Entrando na Agenda, debateram-se os seguintes pontos:

- [Projeto de Resolução n.º 107/X - “Jornadas Parlamentares Atlânticas”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Apresentado o diploma pelo Deputado Aníbal Pires, participaram na discussão os Deputados Humberto Melo (*PSD*), José San-Bento (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 50/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2015/A, de 7 de janeiro, que aprova o Plano Anual Regional para o ano de 2015”](#) e [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º](#)

[1/2015/A, de 7 de janeiro, que procede à aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015](#)”.

Após a sua apresentação conjunta pelo Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), entraram no debate os Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Francisco César (*PS*), António Marinho (*PSD*), a Deputada Lúcia Arruda (*BE*) e os Deputados José San-Bento (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

- [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 43/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 15/2006/A, de 7 de abril, que estabelece o Regime Jurídico da Educação Especial e do Apoio Educativo”](#), apresentado e [Projeto de Resolução n.º 91/X – “Regime jurídico da Educação Especial e do Apoio Educativo”](#), apresentados pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação em simultâneo dos dois diplomas pelo Deputado Joaquim Machado (*PSD*), intervieram no debate o Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 42 minutos.*

**Presidente:** Muito bom dia a todos.

Vamos começar pela chamada. Sr. Secretário.

**Secretário:** Bom dia.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

**Partido Socialista (PS)**

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Arlinda Maria Focha Nunes**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira**

**Berto José Branco Messias**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cecília do Rosário Farias Pavão**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Duarte Manuel Braga Moreira**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Iasalde Fraga Nunes**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Lúcio Manuel da Silva Rodrigues**

**Manuel Alberto da Silva Pereira**

**Maria da Graça Oliveira Silva**

**Marta Cristina Moniz do Couto**

**Miguel António Moniz da Costa**

**Nuno Miguel Aguiar de Meneses**

**Pedro Miguel Medeiros de Moura**

**Renata Correia Botelho**

**Ricardo Bettencourt Ramalho**

**Ricardo Manuel Viveiros Cabral**

**Rogério Paulo Lopes Soares Veiros**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**António** Augusto Baptista Soares **Marinho**

**António** Lima Cardoso **Ventura**

**António** Oldemiro das Neves **Pedroso**

**Bruno** Filipe de Freitas **Belo**

**Cláudio** Borges **Almeida**

**Cláudio** José Gomes **Lopes**

**Humberto** Trindade Borges de **Melo**

**João** Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

**Jorge** Alberto da **Costa Pereira**

**Jorge** Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

**José** Maria de Medeiros **Andrade**

**Luís** Carlos Correia **Garcia**

**Luís** **Maurício** Mendonça Santos

**Luís** Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

**Paulo** Henrique **Parece** Baptista

**Valdemiro** Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

**Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)**

Ana Carina Alberto **Espínola**

**Artur** Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

**Bloco de Esquerda (BE)**

**Lúcia** de Fátima Oliveira **Arruda**

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados. Significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

A manhã dos nossos trabalhos está reservada ao PTAP.

Vamos começar, como é habitual, com a apresentação dos votos.

O primeiro é um voto de congratulação referente aos prémios de qualidade, a nível nacional, que obtiveram os produtos jorgenses.

Para a apresentação deste voto tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

**VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

**Produtos Jorgenses conquistam prémios de qualidade a nível Nacional**

O CNEMA – Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, em Santarém, volta a colocar em destaque os produtos jorgenses nos vários Concursos Nacionais que se realizam todos os anos. Estas iniciativas, realizadas em prova cega, têm como objetivo estimular a produção de qualidade, dar a conhecer os melhores produtos das diferentes regiões do país, incentivar o seu consumo, promover o encontro de produtores, empresas, técnicos e apreciadores.

Com a realização destas atividades o CNEMA pretende premiar, promover, valorizar e divulgar a qualidade, especificidade e a diversidade dos produtos

portugueses, onde os produtos jorgenses tem garantido e obtido sucessivamente lugares de destaque.

O Queijo de São Jorge produzido pela UNIQUEIJO – União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de São Jorge foi considerado “O Melhor dos Melhores” do 5º Concurso Nacional de Queijos Tradicionais Portugueses. Assim, o queijo São Jorge DOP 7 meses de cura foi mais uma vez distinguido com o prémio “Melhor dos Melhores”. O mesmo queijo, na categoria “Queijo de São Jorge” recebeu a Medalha de Ouro e o queijo São Jorge DOP 4 meses de cura arrecadou a Medalha de Prata.

O início da produção de queijo na ilha de São Jorge parece ter ocorrido nos primórdios da sua colonização, já que o historiador Gaspar Frutuoso, escrevendo cerca de um século após a estruturação do povoamento da ilha, diz nas Saudades da Terra (Livro VI, capítulo 33.º, intitulado Da Descrição da Ilha de S. Jorge), que há nela muito gado, ovelhas e cabras, do leite do qual se fazem muitos queijos em todo o ano, o que dizem ser os melhores de todas as ilhas dos Açores, por causa dos pastos.

As condições edafoclimáticas excelentes para a produção de pastagem existentes na ilha e a introdução, ainda antes do seu povoamento, de gados, fizeram com que, desde o início, os habitantes recorressem ao fabrico de queijos como reserva alimentar e forma de aproveitamento do excesso de produção de leite face ao seu consumo em natureza.

Por outro lado, a especificidade dos queijos feitos em São Jorge, para além da perícia e dos saberes dos queijeiros jorgenses, é atribuível às características dos pastos abundantes nas zonas de média e elevada altitude, caracterizados pela existência na pastagem das chamadas ervas de misturas, que lhes dá particulares características que se refletem nas propriedades organoléticas do leite ali produzido.

O Queijo São Jorge é assim o produto de quase quinhentos anos de evolução na produção de queijo de leite de vaca, mantendo as características específicas que o clima e a vegetação das pastagens da ilha determinam por via do leite cru utilizado. Quanto à forma e consistência da pasta, parece ter ganho as suas características atuais há cerca de 200 anos, mantendo-se desde aí relativamente constante. Um passo fundamental na regulação da produção do queijo foi dado em 1986, com a criação da Região Demarcada do Queijo de São Jorge e a regulamentação do registo de Denominação de Origem Protegida (DOP) atribuído à marca Queijo São Jorge.

Ao longo da história o Queijo de São Jorge soube percorrer o seu caminho de produção de um produto de referência nacional e internacional e com os constantes e recorrentes prémios de qualidades são motivos de satisfação para todos os Jorgenses e Açorianos, que nos leva a concluir que o coração das unidades de transformação, as salas de produção, continuam a responder e a honrar a longa história do Queijo São Jorge.

Significa de igual modo, que o percurso necessário da reestruturação das unidades de transformação para cumprir as exigências do mercado alimentar, da certificação, do controlo de qualidade, e dos desafios da comercialização e distribuição não vieram alterar a qualidades deste produto de excelência e de sabor único.

Os recentes números e indicadores das cooperativas em geral que estão a pagar o leite em dia certo do mês e a 60 dias, bem como os resultados apresentados e distribuídos por uma das cooperativas demonstram que a estratégia para o setor cooperativo de São Jorge, numa ótica de parceria, entre as cooperativas, produtores e Governo Regional dos Açores começa a traduzir-se em resultados visíveis a todos.

A empresa Santa Catarina Indústria Conserveira, S.A, sediada na Calheta, em São Jorge, conquistou cinco prémios no 4.º Concurso Nacional de Conservas de

Pescado. A conserveira jorgense ganhou, pelo quarto ano consecutivo, o Prémio “Melhor dos Melhores”, com o Filete de Atum com Pimenta dos Açores, que também conquistou uma Medalha de Ouro. A Santa Catarina conquistou também duas medalhas de ouro com o ‘Filete de Atum em Azeite Biológico’, 250 gramas em frasco de vidro, e com o ‘Paté de Atum com Orégãos’, e ainda uma medalha de prata com o ‘Filete de Atum com Caril’.

Este ano, e pela primeira vez, houve também uma prova de avaliação destinada à qualidade e estética do design das embalagens, na qual a Santa Catarina obteve uma menção honrosa para as embalagens das Especialidades Gourmet pela forma de apresentação muito cuidada e criteriosa escolha do padrão gráfico e cores das cintas.

Herdeira da antiga tradição conserveira da ilha de São Jorge, a fábrica Santa Catarina leva até à sua mesa o melhor atum preparado segundo os métodos artesanais usados pelos antigos mestres conserveiros, conservando o melhor da natureza, garantindo o melhor sabor do atum, bem como as suas propriedades nutritivas.

A empresa Santa Catarina Indústria Conserveira, S.A. foi identificada, em abril de 2013, como uma “marca que cria valor acrescentado para o país”, no âmbito do projeto Portugal Inspira, uma iniciativa de empreendedorismo que pretende promover marcas e produtos portugueses, sendo um dos maiores empregadores da ilha, com cerca de 130 trabalhadores, dos quais cerca de uma centena são mulheres.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista deseja que à UNIQUEIJO e à empresa Santa Catarina, seus técnicos e funcionários, produtores se sintam sempre inspirados pelo passado destes produtos de referência e de excelência, certificados pela natureza, com qualidades devidamente reconhecidas no mercado Nacional e Internacional, e que encontrem sempre caminhos que permitam a inovação e a criação de valor acrescentado num mercado cada vez

mais exigente e competitivo, com o objetivo claro de alavancar o desenvolvimento da Ilha de São Jorge, promovendo a sua sustentabilidade socioeconómica e coesão territorial.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 16 de Abril de 2015, emita o seguinte voto de congratulação:

**A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto dos produtos jorgenses conquistarem novamente prémios de qualidade no CNEMA, onde foram considerados os melhores dos melhores. Esta congratulação é extensiva a todos funcionários, produtores e intervenientes no processo de produção, transformação, certificação e comercialização, que todos os anos dedicam o seu tempo, o seu trabalho e empenho em prol dos seus produtos de excelência certificados pela natureza, mas acima de tudo em prol do desenvolvimento da Ilha de São Jorge.**

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Indústria Conserveira Santa Catarina, à Uniqueijo e suas associadas, à Assembleia Municipal de Velas, à Assembleia Municipal da Calheta, à Confraria do Queijo São Jorge.

Horta, 16 de Abril de 2015.

Os Deputados: *André Rodrigues, Rogério Veiros, Berto Messias e José San-Bento*

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Pedroso.

(\*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se, naturalmente, a este voto.

Mais uma vez, o Queijo de São Jorge DOP e as conservas de Santa Catarina provam a sua qualidade, o que os coloca num elevado patamar a nível nacional. Bem-haja a todos quantos contribuem diariamente com trabalho árduo e persistente para obter esta qualidade.

Inspiração para trabalhar nunca faltou aos jorgenses, faltou, por vezes, vontade política e boa orientação por parte do Governo nos modelos impostos.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Os jorgenses sabem orientar-se. Não precisam de quem os orientem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Os jorgenses orientam-se!

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do PPM, nós vamos votar favoravelmente esta iniciativa, vamos associar-nos ao conteúdo do seu texto e também dizer que deve ser atribuído ao seu autor o prémio de um dos votos mais longos da história deste Parlamento.

Muito obrigado.

*(Risos da Câmara)*

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Os prémios eram muitos!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora para um voto de saudação também referente à conquista de prémios nacionais pela Fábrica Santa Catarina e pelo Queijo de São Jorge DOP, este apresentado pelo CDS. Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

**Deputada Ana Espínola (CDS-PP):**

### VOTO DE SAUDAÇÃO

#### **Santa Catarina e Queijo São Jorge DOP conquistam prémios nacionais**

Apesar das imensas dificuldades sociais e económicas que a ilha de São Jorge atravessa, que se registam através do êxodo constante de população que origina uma desertificação proporcionada pela incapacidade de gerar postos de trabalho e emprego qualificado, de quando em vez surgem-nos notícias que nos fazem continuar a sentir vontade de lutar por um melhor futuro para aquela ilha... para as nossas ilhas!

Apesar da situação sócio-económica da ilha, a que não são alheios os constrangimentos financeiros que assolam os seus principais sectores produtivos, mormente a indústria transformadora de lacticínios e de conservas, assistimos, mais uma vez, ao reconhecimento público nacional e internacional do valor dos produtos com origem na ilha de São Jorge, nos Açores.

Há conta do trabalho abnegado e merecedor de elogio que os produtores de leite e a fábrica de conservas de Santa Catarina tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos, hoje, nos Açores, mas essencialmente além fronteiras

regionais, os consumidores finais identificam várias produções insulares, como produtos de excelência e elevada qualidade, dignos de um verdadeiro segmento gourmet... mesmo sem qualquer vigência da Marca Açores!

São disso exemplo, as conservas de atum que brotam da Santa Catarina e o nosso queijo de São Jorge, embora outros produtos regionais pudessem e devessem ter já outro reconhecimento nos mercados globais. Tem faltado uma visão global!

A empresa, com sede no Concelho da Calheta, é a maior empregadora da ilha (cerca de 130 funcionários, maioritariamente mulheres) e tem vindo a ser distinguida com prémios que valorizam e acrescentam valor aos produtos que resultam de uma laboração cuidada e de uma actividade piscatória assente na sustentabilidade e boas práticas.

A marca “Santa Catarina” tem conseguido arrecadar, ao longo dos últimos anos, justo reconhecimento, através da conquista de importantes prémios e galardões, tendo já ganho a sua quota de mercado nas principais lojas gourmet e da especialidade.

Nos últimos dois anos, a Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A, conquistou, no Concurso Nacional de Conservas de Pescado, cerca de uma dezena de prémios, entre eles, na categoria o “Melhor dos Melhores”.

Este ano, a empresa acrescentou ao seu portfolio de prémios mais 5 troféus. No 4º Concurso Nacional de Conservas de Pescado, realizado em Santarém, pelo quarto ano consecutivo, coube à Santa Catarina o Prémio “Melhor dos Melhores”, o mais relevante do concurso, com o “Filete de atum com Pimenta dos Açores”, que também conquistou uma Medalha de Ouro. Em prova cega de produtos de várias conserveiras portuguesas e de acordo com as regras do concurso, a Santa Catarina conquistou também duas medalhas de ouro com o “Filete de atum em Azeite Biológico, 250g, em frasco de vidro” e com o “Paté de Atum com Orégãos”.

Este ano, pela primeira vez, verificou-se uma prova de avaliação à qualidade e estética do design das embalagens, na qual a Santa Catarina obteve, também, uma menção honrosa, respectivamente para as embalagens das especialidades gourmet, pela forma cuidada da apresentação e criteriosa escolha do padrão gráfico e cores das cintas.

Por outro lado, e oriundo daquilo a que muitos designam como “o petróleo branco” dos Açores, o leite, que origina o produto que maior fama e notoriedade confere à ilha de São Jorge – o famoso Queijo – eis que, também neste domínio, há que realçar os prémios alcançados, no V Concurso Nacional de Queijos Tradicionais Portugueses.

No passado dia 25 de Março, também no Centro Nacional de Exposições, em Santarém, o queijo São Jorge DOP 7 meses de cura, produzido pela Uniqueijo – União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de São Jorge, foi considerado “O Melhor dos Melhores”.

O mesmo queijo, na categoria “Queijo de São Jorge” recebeu a “Medalha de Ouro” e o queijo São Jorge DOP 4 meses de cura arrecadou a “Medalha de Prata”.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Estes prémios, nalguns casos, repetem-se, depois de conquistas semelhantes em anos anteriores.

Desde a descoberta dos Açores, povoamento e introdução de gado nas ilhas, em meados do século XV, dadas as excelentes condições de clima e solo que proporcionam férteis pastagens, que os habitantes recorrem ao fabrico de queijos como reserva alimentar.

O Queijo de São Jorge é o mais afamado dos queijos açorianos com classificação DOP (Denominação de Origem Protegida). Para além da sua tradicional receita, contribuem para a sua excelência inquestionável e sucessivamente premiada, as pastagens e as influências do clima da ilha que lhe

conferem características de exceção, bem como a qualidade do leite produzido que resulta do excepcional trabalho dos lavradores Jorgenses.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** O Queijo São Jorge é reconhecido por inúmeros especialistas regionais, nacionais e internacionais, como um dos queijos com maior personalidade e que, raramente, deixa indiferente quem o aprecia, distinguindo-se dos demais queijos açorianos pelo típico e intenso sabor picante que lhe confere personalidade única e se vai evidenciando e apurando ao longo do tempo de cura.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe a aprovação do seguinte Voto de Saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda:

1. A empresa Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A., todos os seus funcionários e administradores, bem como ao Povo da ilha de São Jorge, com especial destaque aos profissionais da pesca, pela conquista de mais cinco prémios, entre eles o mais importante da competição, no Concurso Nacional de Conservas de Pescado.

1.1. Deste voto deve ser dado conhecimento à Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A., seus funcionários e administradores, à Assembleia e Câmara Municipal da Calheta, à Assembleia e Câmara Municipal das Velas e à Associação de Pescadores da ilha de São Jorge.

2. Todos os produtores de leite e queijo da ilha de São Jorge, bem como todos os funcionários e administradores da Uniqueijo, Cooperativa da Beira, Cooperativa dos Lourais e Cooperativa Finisterra, pelo árduo trabalho que desenvolvem para produzir dos melhores queijos que Portugal, confirmado novamente com a atribuição de importantes prémios nacionais ao Queijo São Jorge DOP com sete e com três meses de cura.

2.1. Deste voto deve ser dado conhecimento à Uniqueijo, todos os seus associados, funcionários e administradores; à Cooperativa da Beira, todos os seus associados, funcionários e administradores; à Cooperativa dos Lourais, todos os seus associados, funcionários e administradores; à Cooperativa Finisterra, todos os seus associados, funcionários e administradores; à Assembleia e Câmara Municipal da Calheta; à Assembleia e Câmara Municipal das Velas; à Associação de Agricultores da ilha de São Jorge e à Associação de Jovens Agricultores da Ilha de São Jorge.

Os Deputados Regionais, *Ana Espínola, Artur Lima e Graça Silveira*

**Vozes de alguns Deputados da bancada do CDS-PP:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver. Vamos então...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quando falei da extensão do voto anterior não tinha lido este ainda.

*(Risos de alguns Deputados da Câmara)*

Em segundo lugar, considero que este texto é também um texto assertivo, com a vantagem adicional, na minha perspetiva, de ser mais abrangente do ponto de

vista daqueles a quem se dirige, que é toda a população de São Jorge, e não tem qualquer referência partidária ao longo do voto.

O voto anterior tem ali uma referência ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Bom, isto é apresentado e o que se quer é que seja apresentado pelo conjunto da Assembleia. E, portanto, na minha perspetiva, tem essas virtualidades.

E, por isso, também votarei favoravelmente o presente voto.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados:

Eu julgo que hoje se fez praxe nesta casa, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo. Daqui para a frente, quando quiserem apresentar um voto, têm que mandar previamente ao Sr. Deputado Paulo Estêvão,...

*(Risos de alguns Deputados da Câmara)*

... que é para ele determinar o tamanho do voto e o tempo.

O Sr. Deputado talvez fizesse uma introspeção das longas discorrências que faz dali de baixo, talvez se interessasse, porque nós pacientemente o ouvimos e às vezes sobre coisas que é preciso mesmo ter muita paciência para o ouvir.

*(Risos de alguns Deputados da Câmara)*

Muita paciência, Sr. Deputado.

E, portanto, ainda tivemos um exemplo recente, daquela tribuna, de falares. E estivemos aqui a ouvi-lo falar, mas com uma paciência de Jó, Sr. Deputado, e longamente, Sr. Deputado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** O senhor tem muita paciência de Jó!

**O Orador:** Mas fique a saber (é o Evangelho) que, da próxima vez, nós vamos mandar ao Sr. Deputado Paulo Estêvão o voto para censura prévia. Talvez seja essa a sua verdadeira vocação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

**(\*) Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi, durante a apresentação dos dois votos que os dois Srs. Deputados eleitos pela ilha de São Jorge fizeram, com muito orgulho do trabalho e do bom trabalho que em São Jorge se faz, algumas apreciações à extensão dos votos.

A primeira observação que eu queria fazer é que nós, jorgenses, e sobretudo os deputados de São Jorge, não temos culpa de termos sido tão premiados com um vasto leque de prémios a nível nacional.

Mas, depois, outra questão que eu gostaria aqui de frisar. Eu percebo que o Sr. Deputado André Rodrigues, a Sra. Deputado Ana Espínola, ou qualquer outro deputado nesta casa, quando estas boas notícias acontecem sobre São Jorge, se sintam no direito e no dever de vir a esta casa apresentar esses votos para que São Jorge seja notícia por motivos bons.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** É que lamentavelmente a comunicação social dos Açores não faz eco dos bons prémios que, todos os anos, os jorgenses trabalham para premiar a imagem dos produtos dos Açores.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Por acaso até faz!

**O Orador:** E qualquer prémio de qualquer acontecimento que seja feito em São Miguel ou na Terceira é notícia nos órgãos de comunicação social públicos e privados desta região, mas São Jorge está fora do panorama das notícias. Ou

então uma qualquer intervenção do Sr. Deputado do Corvo, que é primeira página num jornal.

São Jorge também gosta de ser notícia e, neste caso, é notícia por boas razões.

Por isso, Sr. Deputado André Rodrigues e Sra. Deputada Ana Espínola, estão perdoados pelo tempo que usam aqui para divulgar os bons prémios de São Jorge.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados das bancadas do PS e do CDS-PP:** Muito bem!

Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora para os votos de pesar.

O primeiro é apresentado pelo Partido Socialista e é referente ao falecimento do Padre Edmundo Pacheco.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

## **VOTO PESAR**

### **Padre Edmundo Pacheco**

A 15 de março de 2015, a sociedade açoriana perdeu um Homem Bom. Edmundo Pacheco era culto, sensato e solidário, um verdadeiro humanista, que viveu a sua vida religiosa como viveu cada um dos seus dias: com dedicação inabalável e um exemplar sentido de entrega ao Outro.

Morreu com 89 anos, após uma vida de plena comunhão com a sociedade ribeiragrandense que o viu nascer, crescer e exercer o seu sacerdócio, quer na sua freguesia natal, Conceição, quer a freguesia vizinha, Matriz.

A sua intensa e longa intervenção cívica abrangeu áreas como a educação, a comunicação social, a solidariedade social, o desporto e mesmo a política.

O Padre Edmundo, como era conhecido, contribuiu, enquanto professor, para uma formação rica em valores estruturais de várias gerações de jovens ribeiragrandenses. A sua tranquilidade e sabedoria foram sempre transmitidas com alegria e sorrisos afáveis a todos quantos tiveram o privilégio de frequentar as suas aulas.

Expressões como “e o nosso Sporting?” eram um cumprimento cúmplice frequente a todos os que sabia partilharem do gosto pelo clube futebolístico do seu coração. Nunca se coibiu de informar, no final das suas missas, a hora a que o Sporting jogava ou o resultado obtido pela equipa que lhe enchia a alma desportiva.

As suas crónicas jornalísticas, semanalmente na rádio ou através da imprensa escrita, transmitiam sempre o seu imenso conhecimento geral, mostravam, sem rodeios, o Homem de Saber que ele era, naquela modéstia e naturalidade tão suas e que para sempre lembraremos.

As suas homílias eram, inevitavelmente, momentos de aprendizagem para os paroquianos, contextualizando as leituras e o evangelho de modo simples e claro. No final da liturgia, pedia uma salva de palmas, com a naturalidade de quem está entre família, sempre que algo de bom acontecia, a nível local ou com algum paroquiano em particular, sem receios ou hesitações, independentemente das orientações da Igreja a cada momento.

Exemplo da sua modéstia é a escolha da Capelinha das Aparições para rezar a sua Missa Nova, onde cabiam apenas 3 pessoas, quando na altura era o mais

jovem padre do país, pois havia conseguido ser ordenado com 22 anos, ao contrário dos habituais 24 anos.

Nasceu em tempo de Outono, a 28 de outubro de 1925, mas viveu com as cores e a alegria do Verão, e o verde dos seus olhos doces transmitiam, para além do clube verde e branco que amou desde sempre, a frescura que sempre caracterizou a sua existência.

Morreu um Grande Homem, ficam as memórias da sua ternura, da doçura da voz, do seu imenso conhecimento.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, Sra. Deputada!

**A Oradora:** Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa Região Autónoma dos Açores a aprovação do seguinte Voto de Pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 16 de abril de 2015, lamenta a morte do Padre Edmundo Pacheco e endereça voto de pesar à família enlutada.

Do presente Voto de Pesar deve ser dado conhecimento à família, à Diocese de Angra, à Assembleia Municipal da Ribeira Grande, à Câmara Municipal da Ribeira Grande e ao Sporting Clube Ideal.

Horta, sala das sessões, 16 de abril de 2015

Os deputados: *Berto Messias, Catarina Moniz Furtado, Marta Couto e Graça Silva*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver inscrições.

Sendo assim, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O último voto desta manhã é um voto de pesar apresentado pelo PSD referente ao falecimento de Rui Manuel Miranda de Mesquita.

Tem a palavra, para a apresentação deste voto, o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quantas páginas tem?

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### Voto de pesar

#### Rui Manuel Miranda de Mesquita

Faleceu no dia 1 de Abril deste ano de 2015 o Dr. Rui Manuel Miranda de Mesquita.

"Nasceu na Póvoa de Lanhoso, em 15-11-1941.

Veio para Angra do Heroísmo, terra paterna, com 2 anos, onde permaneceu até completar o ensino secundário.

Cumpriu serviço militar, como oficial miliciano, na Força Aérea Portuguesa.

De 1966 a 1974, trabalhou no sector privado, em Lisboa, nas empresas: Laboratório NormaL Nestlé e Vidago, Melgaço, Pedras Salgadas e Supersumos.

Licenciou-se em Farmácia, em 1974, na Faculdade de Farmácia de Lisboa. Em 1975, regressou a Angra do Heroísmo, onde foi director técnico da Farmácia Central, da qual era proprietário .

Leccionou na Escola Preparatória de Angra do Heroísmo (onde foi Presidente do Conselho Directivo), na Escola do Magistério Primário e na Escola Industrial.

Em 1976, foi nomeado Secretário Regional dos Assuntos Sociais do 1.º Governo Regional dos Açores, empossado a 08-09-1976.

Em 1979, ingressou no quadro da Secretaria Regional do Comércio e Indústria. Foi Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo de 31-12-1979 a 31-12-1982.

Em 1983, regressou à Secretaria Regional do Comércio e Indústria, tendo sido nomeado Delegado da referida Secretaria, na ilha Terceira, no mesmo ano.

De 1988 até 01-06-2002, data em que se aposentou, chefiou, na mesma Secretaria Regional, o Laboratório de Química Aplicada Doutor Nicolau Anastácio Bettencourt, que, posteriormente, com outras instituições, deu origem ao INOVA- Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores.

Foi Presidente do Rotary Club de Angra do Heroísmo e da Assembleia Geral do Lawn Tennis Club e membro da Direcção da Caixa Económica de Angra do Heroísmo."

No ano de 2010, a Região Autónoma dos Açores atribuiu-lhe a “Insígnia Autónoma de Dedicção”.

No dia seguinte à sua posse como Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo, deu-se o Sismo de 1980. Todos os projectos que ele e a sua equipa tencionavam por em prática, ruíram com o próprio concelho, pois a Reconstrução passou a ser a prioridade das prioridades. O seu mandato marcou todo um tempo e uma geração. Fez história e fica na história, de Angra, da Terceira e dos Açores.

Assim, e de acordo com as disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa Regional a aprovação deste voto de pesar pela morte de Rui Manuel Miranda de Mesquita, do qual deverá ser dado conhecimento à sua família.

O Grupo Parlamentar do PSD: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo, Luís Rendeiro e Jorge Macedo*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Cláudia Cardoso, tem a palavra.

(\*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também para associar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, naturalmente, ao voto de pesar pelo falecimento de Rui Mesquita. Era uma figura incontornável da cidade de Angra, pelos cargos que desempenhou, ao longo de vários anos, e teve, como foi dito no voto, um papel significativo aquando da reconstrução da cidade.

Por essa razão, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende, efetivamente, que esta merece uma referência na altura do seu falecimento e pela perda que isto significa para ilha e, com mais significado, para a cidade de Angra.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS associa-se a este voto de pesar pelo falecimento do Dr. Rui Mesquita, que, de facto, é uma das figuras que marcou a sociedade açoriana, pelo seu contributo, pela sua verticalidade e, portanto, não podemos deixar de nos associar a este voto.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora para as declarações políticas.

A primeira é a do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Senhora Presidente, Senhoras e senhores deputados, Senhor Presidente e Membros do governo:

Prestar contas!

Apresentar o balanço da atividade governativa constitui um bom princípio de respeito democrático pelos cidadãos. Esse bom princípio não pode, no entanto, ser subvertido pelos princípios da publicidade enganosa ou da efabulação.

Nessa altura, quando a realidade é uma coisa e o discurso dos governantes outra, os cidadãos acabam por sentir-se defraudados e enganados.

Deixam de acreditar nas suas instituições.

**Deputado José San-Bento (PS):** É verdade! Veja o que aconteceu com Passos Coelho!

**O Orador:** Nada tem um efeito mais corrosivo para a credibilidade da atividade política do que os cidadãos não se reverem no que lhes é dito pelos seus governantes.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Nos últimos dias chegaram ao PSD/Açores relatos de alguns cidadãos afirmando-se enganados por uma revista que lhes foi colocada pela soleira da porta.

Dizem esses cidadãos que o engano começa logo na capa. Chamando-se “Prestar Contas”, sendo de balanço, e tendo uma fotografia de Vasco Cordeiro na capa o título só poderia ser “Açores com o maior desemprego de Portugal”.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Ou então, lendo os textos e vendo as fotografias, o título de capa podia, isso sim, basear-se num filósofo antigo, que afirmava: “Só sei...

**Deputado Francisco César (PS):** Para o PSD tem a ver com o tamanho! Se for um *outdoor* pode ser, mas se for um papelinho não pode!

*(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da Câmara)*

**O Orador:** Não é fácil!

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Cláudio Lopes continue a sua declaração política.

**O Orador:** Ou então lendo os textos e vendo as fotografias...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... o título de capa podia, isso sim, basear-se num filósofo antigo, “Só sei que nada sei”, diria Sócrates sobre o “Prestar Contas” socialista.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Estranhamente, há balanços que não entram no “Prestar Contas” socialistas.

Não entram no “Prestar Contas” socialista, fotografias dos navios de cruzeiro fundeados ao largo da Horta por falta de um porto e de um terminal de cruzeiros em condições na ilha do Faial.

Nessa revista, também não entram fotografias do Parque Tecnológico da ilha Terceira nem do Cais de Cruzeiros de Angra.

Assim como não se encontram referências às Termas do Carapacho e ao seu papel no desenvolvimento do turismo da ilha.

*(Diálogo entre os Deputados das bancadas do CDS-PP e do PS)*

**O Orador:** Sra. Presidente, eu posso esperar que acalmem. Acho que também tenho o direito...

**Presidente:** Pode continuar, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... de me fazer ouvir, pelo menos de vez em quando, neste Parlamento.

Não entram no prestar contas Socialista referências às Termas do Carapacho e ao seu papel no desenvolvimento do turismo da ilha.

No “Prestar Contas” socialista, não entram os nomes dos mais de 9 mil açorianos que esperam por uma intervenção cirúrgica, e muito menos entram fotografias das obras nos portos da Madalena e de São Roque do Pico.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** No “Prestar Contas” socialista não entram relatos dos lavradores que estão desesperados com o fim das quotas leiteiras nem os pescadores da nossa Região que ganham menos de cem euros mensais ou os vinte mil desempregados que nos colocam como a Região do país onde o índice de pobreza é mais elevado.

**Deputado António Marinho (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O que Partido Socialista não diz aos açorianos é que com este governo regional os Açores estão pior. Os Açores estão mais pobres e este governo regional está a puxar os açorianos para trás.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O governo está mais rico!

**O Orador:** Este governo regional é um foco de problemas e todos os dias dá provas de uma imensa incapacidade para resolver os problemas que cria.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Um governo que atira açorianos contra açorianos. Que todos os dias inventa desculpas e que tem sempre o dedo apontado a outros para ver se consegue continuar a esconder a sua flagrante impreparação.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O PSD aí também dá uma ajudinha!

**O Orador:** No papel socialista está tudo bem.

Mas o secretário dos transportes anda de ilha em ilha a pedir desculpa por existir.

O secretário da saúde anda a passear pelos serviços de urgência dos hospitais para ver se não fala dos centros de saúde e das listas de espera cirúrgica.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** O secretário da educação anda a visitar escolas a tentar perceber porque é que elas são as mais caras de sempre mas apresentam os piores resultados do país.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O vice-presidente emigrou para Lisboa onde ensina os socialistas nacionais como se hipoteca o património de empresas públicas como a SINAGA para mascarar as contas,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Mas isso ele já sabia!

**O Orador:** ... como se cria um buraco de 179 milhões de euros de dívida na SATA ou como é que se consegue um superavit não pagando o que se deve.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é duro!

**O Orador:** Senhora Presidente, Senhoras e Senhores deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Estranhamente – ou talvez não – o “Prestar Contas” socialista quase não fala de transportes marítimos.

Ou seja, confirma-se que este governo foge por todos os meios e de todas as formas a explicar aos açorianos o que se tem passado nos portos do triângulo.

Assim como foge todos os dias de explicar aos açorianos porque é que vai construir dois navios contra todas as opiniões.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Só Vasco Cordeiro e Victor Fraga sabem porque querem construir dois navios. E só Vasco Cordeiro e Victor Fraga podem explicar aos açorianos

porque se recusam a mostrar os estudos que dizem ter para justificar a sua construção.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Tal carrete!

**O Orador:** Há deputados do PS que questionam tecnicamente essa solução. Há antigos dirigentes da administração portuária regional que questionam tecnicamente essa solução. Todos os empresários dos Açores, como ficámos ontem a saber, questionam essa decisão.

E o governo o que diz? Nada. E mostra os estudos que diz ter? Não.

Como é que é possível um presidente do governo regional ser eleito a prometer não construir barcos e que depois, contra tudo, contra todos e até contra a sua própria opinião, vai meter-se nesse buraco?

**Deputado André Bradford (PS):** Há aí um erro histórico!

**O Orador:** Os açorianos não merecem conhecer os estudos? Não merecem uma explicação? Creio que sim.

**Deputado Berto Messias (PS):** Os açorianos não merecem é este PSD!

**O Orador:** Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do governo:

(Sr. Deputado André Bradford, pode ter oportunidade de entrar no debate daqui a pouco se assim o entender.)

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não pode, não pode!

**O Orador:** Mas há mais.

Já por diversas vezes o PSD/Açores questionou e nunca obteve qualquer resposta sobre os problemas que se estão a registar aqui com os transportes marítimos de passageiros no triângulo.

O silêncio do governo regional não pode ser tolerado porque ele é, em primeiro lugar, sinónimo de um profundo desprezo pelos açorianos.

Os açorianos querem saber de uma vez por todas, se é verdade que a obra: “o Terminal Marítimo da Madalena” foi inaugurada sem que estivessem feitas todas as certificações, nomeadamente dos cabeços de amarração.

**Voices dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Não podemos ter nos Açores governantes que se chegam à frente para discursar e tirar fotografias nas inaugurações e que depois se escondem quando é para assumir responsabilidade.

**Voices dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Nos Açores não podemos ter governantes que se pavoneiam falando em revoluções tranquilas nos transportes marítimos para depois calarem quando têm de explicar os erros e os problemas.

O que é que aconteceu na Madalena?

**Voices de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Porque é que a operação continua condicionada em São Roque?

Há alguém no governo regional para explicar aos utilizadores o que se passou e, acima de tudo, o que está a ser feito para corrigir os problemas? Até agora só reina o silêncio.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Aqui está o PSD/Açores. Um referencial de segurança para os açorianos e de confiança no futuro.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sim, sim!

**O Orador:** É possível fazer mais e é possível fazer melhor.

O PSD/Açores não desiste de trabalhar para os açorianos.

O PSD/Açores propôs e o governo regional está a implementar, mesmo com outro nome, uma rede de apoio social.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Berto Messias (PS):** Com referência a nível nacional!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Há quem tenha competências!

**O Orador:** O PSD/Açores propôs e o governo procedeu ao reforço das equipas de deteção infantil precoce.

O PSD/Açores propôs várias vezes e o governo finalmente decidiu avançar com um programa de recuperação das listas de espera cirúrgica.

O PSD/Açores propôs e o governo está a rever e a reforçar os valores de apoio às instituições particulares de solidariedade social.

O PSD/Açores propôs e o governo regional vai reforçar a rede de apoio domiciliário.

O PSD/Açores propôs medidas de reforço da transparência e vamos continuar a trabalhar animados pela certeza de que os açorianos tudo merecem.

**Deputado José San-Bento (PS):** Animadíssimos!

**Deputado Berto Messias (PS):** Basta ver o Dr. Mota Amaral!

**O Orador:** Os Açores são a nossa certeza.

Os açorianos são aliados do grande projeto de mudança que defendemos para as nossas ilhas.

E as nossas ilhas bem precisam dessa mudança.

Disse!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que se inscrevam.

*(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da Câmara)*

**Presidente:** Não havendo inscrições...

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

*(Pausa)*

*(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da Câmara)*

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Leia a propaganda!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**Deputado Francisco César (PS):** O Sr. Deputado Joaquim Machado está um pouco excitado!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**Deputado Francisco César (PS):** Vou esperar que ele se “desexcite”!

**Presidente:** Sr. Deputado Francisco César.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É curioso que o Partido Social Democrata venha a esta Câmara falar de um papel do Partido Socialista...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Um papel triste!

**O Orador:** ... e não do Governo em que o Partido Socialista, e muito bem, quis prestar contas do seu mandato, do trabalho que fez...

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... perante os açorianos. Mas é também curioso que o Partido Social Democrata tenha vindo a esta Câmara falar daquilo que não está no prestar contas do Partido Socialista.

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Isso é que é prestar contas!

**O Orador:** E por que é que o Partido Social Democrata faz isso? Faz isso porque não quer referir o trabalho que o Governo dos Açores fez.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Para não falar de um memorando de entendimento!

**O Orador:** Mas há algo que tenho que lhe dizer.

**Deputado José San-Bento (PS):** Essa é que é a verdade!

**O Orador:** É verdade! Há muitas coisas que não estão aqui neste prestar contas. Há muitas matérias. Não está neste prestar contas os motivos pelos quais nós tivemos que criar um conjunto de medidas para ajudar as famílias e as empresas açorianas.

De facto, não está aqui o enorme aumento de austeridade que o seu Governo,...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Devia era estar a vossa austeridade, por exemplo, na saúde!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Por exemplo, José Sócrates!

**O Orador:** ... trouxe para os Açores. Mas está aqui,...

*(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da Câmara)*

**O Orador:** ... mas está aqui o complemento,...

**Presidente:** Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** ... mas estão aqui, neste documento, os inúmeros programas de emprego que este Governo e esta bancada tiveram que criar à pressa...

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... para conseguir contrabalançar e contrapor a austeridade...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** O senhor disse emprego!

**O Orador:** ... que veio do seu partido.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Tens de treinar mais!

**O Orador:** É verdade, nós tivemos que criar um programa chamado Recuperar para dar a dignidade do trabalho e do rendimento a dezenas e dezenas de famílias nos Açores...

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ... por causa da austeridade que o seu partido trouxe aos Açores.

*(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da Câmara)*

**O Orador:** Nós tivemos que reforçar os programas Estagiar para conseguir manter os jovens nos Açores e para que eles não tivessem de emigrar por causa da vossa austeridade.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

*(Aparte inaudível do Deputado Berto Messias)*

**O Orador:** Nós tivemos que reforçar (É verdade!) apoios sociais; tivemos que reforçar os complementos de pensão; tivemos que reforçar todo um conjunto de apoios para que as famílias açorianas tivessem mais rendimento para enfrentar as enormes agruras que o vosso Governo trouxe para os Açores.

*(Diálogo entre as bancadas)*

**O Orador:** Nós criamos um novo sistema de incentivos de apoio à economia.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados! O Sr. Deputado Francisco César vai-me permitir...

Sras. e Srs. Deputados, isto não são apartes, não é nada. Isto é barulho, que se está a fazer desde que começaram os trabalhos.

Eu apelo a todos que permitam, para que, até me parece lógico para o cabal esclarecimento, se possa ouvir primeiro para falar depois, para além de ser uma básica regra de educação.

Sr. Deputado Francisco César, pode continuar.

**Deputado José San-Bento (PS):** Eu tenho uma educação refinadíssima!

**O Orador:** Nós prestamos contas sobre os inúmeros apoios sociais...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É pior do que a cassette do Aníbal!

**O Orador:** ... que tivemos que criar para ajudar as famílias e as empresas. Nós prestamos contas sobre os programas de apoio à economia, o novo programa, como o programa operacional o Competir +.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Somos a primeira região do país a ter o seu programa operacional pronto.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Nós fomos os primeiros a ter sete subsistemas de incentivos para apoiar as empresas.

Sim, nós prestamos contas sobre isso.

Nós fomos aqueles que perceberam que tinham que reformar rapidamente a saúde,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** E como estão as empresas?

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Está, está!

**O Orador:** ... para que ela se tornasse sustentável e mais acessível aos açorianos.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Nós tivemos que trabalhar na educação sabendo que há fases que foram ultrapassadas, nomeadamente a questão da infraestruturização e temos que apostar agora na questão da melhoria dos nossos resultados.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Passados 18 anos!

**O Orador:** Sim, prestamos contas sobre isso.

Mas também trabalhamos no turismo, Sras. e Srs. Deputados. Prestamos contas sobre essa matéria. E nós sabemos que a região foi tremendamente afetada pela crise nacional e internacional, que apesar disso fez com que os Açores conseguissem fazer uma diversificação nos seus mercados emissores, trazendo estrangeiros para cá, sustentando as nossas empresas,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Essa crise que nunca chegaria aos Açores!

**O Orador:** ... criando trabalho. E, hoje, com a recuperação económica na União Europeia, nós temos crescimentos acima de três dígitos.

**Deputados Joaquim Machado e Luís Rendeiro (PSD):** Três dígitos?!

**O Orador:** Nós temos tido recuperação da atividade económica.

De dois dígitos. De dois dígitos!

*(Risos da Câmara)*

**O Orador:** Nós temos tido recuperação na atividade económica. Mas sobre isso...

*(Apartes inaudíveis das bancadas)*

**O Orador:** Sras. e Srs. Deputados, eu percebo que digam que 18 anos no poder é muito tempo.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Ora aí está!

**O Orador:** Percebo que digam que 18 anos de governação é muito tempo, mas aquilo que eu percebo pelo comportamento dos deputados da oposição é que 18 anos na oposição ainda não foi tempo suficiente.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A oposição não é a mesma!

**O Orador:** Aquela oposição. O Sr. Deputado percebeu muito bem.

Nós temos, de facto, o cuidado de prestar contas.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** E pagá-las!

**O Orador:** Nós sabemos que nem tudo aquilo que fizemos correu da forma que gostaríamos que tivesse corrido, mas há algo que ninguém pode negar. Está aqui trabalho feito, está aqui muito esforço do Partido Socialista e do Governo Regional em ajudar as famílias e as empresas. E, de facto, há algo em que o Partido Social Democrata tem razão: não está tudo aqui. Nós temos que prestar mais contas, porque desde que este documento foi feito nós já trabalhamos muito, já conseguimos resultados, estamos a melhorar a economia açoriana,

estamos a melhorar as famílias açorianas das suas dificuldades e garanto-vos uma coisa, esta bancada, o Governo que é suportado por nós irá continuar a trabalhar, porque é algo que nós não nos esquecemos. Nós somos capazes de criar políticas, nós somos capazes de renovar estas mesmas políticas e não há melhor sinal para um partido que está no poder ser capaz de se reformar a si próprio, ser capaz de reformar as suas próprias políticas, ser capaz de alterar aquilo que não estava a correr conforme nós gostaríamos. Nós temos sido o principal fator de mudança e de renovação...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Os senhores alteram e pioram!

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... de políticas nos Açores. É esse o legado que nós deixamos. Nós fomos o partido que fez a primeira revolução nos transportes aéreos.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Somos o partido que está a fazer a segunda revolução nos transportes aéreos.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Nós fomos o partido que fez a primeira revolução nos apoios sociais às famílias. Nós somos o partido que está a fazer a segunda e a terceira revoluções nos apoios sociais às famílias. Nós fomos o partido que infraestruturou a educação. Nós somos o partido que está a tratar de melhorar os resultados na educação.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Também falharam!

**O Orador:** Nós temos orgulho no trabalho que fazemos, mas temos humildade de saber que nós próprios temos que ser o principal motor de reforma nos Açores,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Que vergonha!

**O Orador:** ... porque a oposição que nós temos está aqui há 18 anos e parece que acabou de entrar.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(\*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política que o PSD nos trouxe aqui merece, por parte da Representação Parlamentar do PCP, algumas considerações. Desde logo, o PSD não quis partilhar as suas próprias responsabilidades juntamente com o Partido Socialista e com o CDS-PP relativamente à origem e ao protagonismo que têm na crise económica que se vive no nosso país e na tragédia social que atinge a maioria dos portugueses, designadamente na Região Autónoma dos Açores.

E, de facto, o PSD não o quis fazer. Obliterou essas responsabilidades...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Viva a Coreia do Norte!

**O Orador:** ... porque convém, por vezes, passar uma esponja sobre a história, mesmo que a história seja recente. E o PSD, juntamente com o PS e com CDS-PP, tem grandes responsabilidades naquilo que se está a passar no país e que, de uma forma ainda mais aguda, se passa na Região Autónoma dos Açores.

*(Aparte inaudível)*

**O Orador:** O Sr. Deputado está incomodado? Não gosta de ouvir as verdades? Que chatice!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Um tiro na nuca!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Não se perca, Sr. Deputado! Já se perdeu!

**O Orador:** Não! Está enganado!

Se é verdade que o Partido Socialista não tem sabido, não quer resolver os problemas que a economia dos Açores tem, não quer resolver o problema que afeta milhares e milhares de açorianas e açorianos, se isso é verdade, e é verdade porquê? Porque o Partido Socialista está amarrado, subscreve as políticas de austeridade, de empobrecimento deste país e desta região, que foram impostas pela União Europeia, pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Central Europeu. O grande problema é esse. E por isso é que a diferença entre o PSD e o PS não existe, é mais do mesmo. É mais do mesmo!

*(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)*

**O Orador:** Portanto, o Partido Socialista não tem, não quer, não faz, porque está amarrado a orientações políticas que subscreve, tal como V. Ex.<sup>as</sup> subscrevem. Porque quem tem dominado a Comissão Europeia, quem tem dominado os organismos da União Europeia que nos impõem um determinado modo de vida,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** E nos Açores?

**O Orador:** ... que nos impõem medidas e restrições são V. Ex.<sup>as</sup>, o Partido Popular Europeu e o Partido Socialista Europeu.

E, portanto, V. Ex.<sup>as</sup> escusam de vir aqui com um número...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Fale dos Açores!

**O Orador:** ... porque também têm responsabilidades e que são exatamente iguais às do Partido Socialista no que está na origem dos problemas.

Relativamente às soluções, se o PS não as tem e as soluções que apresenta são apenas meros paliativos...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Quem está no Governo nos Açores?

**O Orador:** ... esperando que a crise passe, a verdade é que o PSD, enquanto partido da oposição, também não tem contribuído para alterar o que quer que seja, antes pelo contrário. Naquilo que é essencial,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** O maior aliado do PS tem sido V. Exa.!

**O Orador:** ... mantém-se unido ao Partido Socialista; naquilo que era fundamental, entrar em rutura com as políticas que o Partido Socialista nos Açores tem vindo a seguir, nessa altura, V. Ex.<sup>as</sup> dão o aval ao Partido Socialista.

Portanto, este número que vieram aqui fazer com esta declaração política é também, ou serve também para desconstruir aquilo que são, aqui na Região Autónoma dos Açores, um aliado do Governo do Partido Socialista. Têm, enquanto partido da oposição com a dimensão de V. Ex.<sup>as</sup>, tanta responsabilidade como tem este Governo, porque são aliados naquilo que é essencial.

E, portanto, essa responsabilidade também é de V. Ex.<sup>as</sup>.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O senhor tem sido o maior aliado!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** É, é! O senhor não gosta é de ouvir!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor é o apêndice do PS Açores!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Já se esqueceu do que aconteceu ontem aqui?  
O senhor é o *post it*!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

**Deputado André Bradford (PS):** O senhor não gosta porque não consegue!

*(Aparte inaudível do Deputado Aníbal Pires)*

**Presidente:** Srs. Deputados, no intervalo poderão trocar os argumentos que entenderem.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A política de transportes regional é desastrosa e a política de transportes marítimos é inqualificável. E a prova disso são os sucessivos episódios que se têm verificado nos portos do triângulo que são, de facto, lamentáveis. E refiro-me, obviamente, ao último episódio, que aconteceu no cais de São Roque do Pico e que acabou por culminar com uma vítima faialense.

Os senhores, não vale a pena continuarem com essa questão de que estamos a querer capitalizar politicamente uma situação lamentável.

**Deputado André Bradford (PS):** Não vale a pena falar consigo!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** O que é lamentável aqui é os senhores nunca terem vindo dar uma única explicação. O vosso silêncio em relação a este assunto é ensurdecador.

Primeiro, não podíamos falar sobre o assunto porque existia um inquérito. Depois, porque tinham que se apurar os resultados. Entretanto, já passaram mais ou quase cinco meses, ninguém deste Governo veio dar satisfações sobre os resultados.

Mas eu digo-vos. Um inquérito, a única coisa que vai fazer é apurar as causas técnicas. As responsabilidades políticas do que se tem verificado nesta região, os senhores tinham que ter assumido e ninguém neste Governo ainda teve a coragem de o fazer.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:  
O PSD...

*(Diálogo entre as bancadas)*

**Deputada Graça Silveira** (*CDS-PP*): Não digas que não! Ele sabia fazer as coisas.

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Ah, isso sabia!

**Deputada Graça Silveira** (*CDS-PP*): Tinha-se metido num avião...

**O Orador**: Sra. Deputada!

O PSD resolveu aceitar este período para, imagine-se, questionar o PS por ter decidido prestar contas aos açorianos. Ou seja, o que aqui está em causa e o que aqui incomodou e PSD foi o PS ter prestado contas aos açorianos.

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Não é prestar contas, é fazer propaganda!

**O Orador**: Se tivesse, efetivamente, colocado um *outdoor* a desejar boas festas, se calhar seria aplaudido; quis prestar contas aos açorianos, foi criticado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS**: Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputado Luís Rendeiro** (*PSD*): E pagar contas!?

**O Orador**: E prestar contas aos açorianos é assumir com convicção aquilo que fizemos, o que já conseguimos fazer, o que pretendemos fazer e o que ainda não conseguimos fazer. E é isso e é esse esforço que, em diálogo permanente com os açorianos, fizemos. Mas aquilo que efetivamente incomodou o PSD foram os

factos e a realidade estarem progressivamente a retirar-lhes todo o argumentário que tinham construído.

Efetivamente, prestar contas aos açorianos é dizer e assumir, conforme ainda ontem foi revelado, que a atividade económica nos Açores registou,...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O senhor devia era pagar contas e não prestar contas!

**O Orador:** ... no último mês de fevereiro, o valor mais elevado dos últimos 25 meses.

Prestar contas aos açorianos é também dizer que, de acordo com os dados revelados pelo próprio Governo da República, os desempregados inscritos nos Açores são substancialmente inferiores à média nacional; que, nos últimos 27 meses, os desempregados inscritos atingiram o valor mais baixo e que tem vindo a reduzir consecutiva e sustentadamente nos últimos 11 meses face ao idêntico mês do ano anterior.

Prestar contas aos açorianos é também, conforme o Instituto Nacional de Estatística...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É melhor falar para aquela bancada que eles não estão a prestar atenção!

**O Orador:** ... o provou, assumir que o Produto Interno Bruto Nominal da região já voltou a crescer, enquanto no país ainda não teve uma variação positiva.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sim, sim!

**O Orador:** Prestar contas aos açorianos...

**Deputado André Rodrigues (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... é, conforme o Instituto Nacional de Estatística o demonstrou, que o rendimento disponível das famílias açorianas por açoriano era, de acordo com os últimos dados, significativamente superior à média nacional.

Prestar contas aos açorianos é também assumir, de acordo com os últimos dados que foram recentemente conhecidos, que os Açores foram a região do país onde houve uma maior redução do abandono escolar precoce.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Prestar contas aos açorianos é, conforme o Instituto Nacional de Estatística e o Banco de Portugal recentemente revelaram,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Três hospitais falidos, SATA falida!

**O Orador:** ... com os dados em relação a 2014, que os Açores foram a região do país, do ponto de vista de contas públicas, que melhores resultados obteve.

Mas, se isto é o prestar contas, e é isso que enerva e irrita o PSD,...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Isso é inspirador!

**Deputado Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... o que vos queremos efetivamente dizer é que continuaremos sempre a prestar contas, prestar contas do que conseguimos, prestar contas do que não conseguimos, prestar contas do que fizemos bem feito, prestar contas daquilo que temos consciência...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Pagar contas!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Nem uma palavra sobre pagar o que deve!

**O Orador:** ... que podemos e devemos fazer melhor.

E, sobre isso, o que vos quero dizer é que esta dialética que temos com os açorianos assenta na confiança, assenta na verdade e assenta essencialmente na convicção de que em conjunto estamos sempre disponíveis para fazer mais e melhor.

**Deputado Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Uma última palavra por uma absoluta incoerência do discurso que aqui ouvimos.

Os mesmos que costumam dizer que o Governo deve ter menos recursos são os mesmos que exigem que o Governo faça mais obras.

**Deputado Benilde Oliveira (PS):** Exatamente!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Que as faça bem feitas e a preços justos!

**O Orador:** Os mesmos que acham que o Governo que apoiam quando se reduzem as transferências para a região são os mesmos que acham que o Governo ainda deve fazer mais.

Mas isso, com todo a seriedade e respeito democrático, cada um tem o direito de dizer o que entende. Devemos respeitar a opinião dos outros, a visão que cada um tem sobre a sua forma de fazer política. O PSD tem toda a legitimidade de ter esta abordagem; os açorianos irão julgar esta abordagem.

Mas o que é fundamental também aqui analisar é que cada vez que se analisar uma questão tem de se saber do que é que se está a falar.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Como o senhor fez ontem?

**O Orador:** Eu vou dar-lhe só um exemplo, para concluir.

O Sr. Deputado que aqui interveio perguntou para quando eram as intervenções em determinados portos da região. Sr. Deputado Cláudio Lopes, pergunte ao seu Governo da República quando é que abre, que está com um ano e meio de atraso, o Fundo de Coesão para se poder financiar as obras dos portos, que ainda está fechado.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Obras?!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mais portos?

**O Orador:** Por isso, quando se falar em algumas questões, convém saber do que estamos a falar.

Prestar contas aos açorianos é aquilo que sempre fizemos, é aquilo que estamos a fazer e é aquilo que nos orgulhamos de fazer.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Diga lá como vai pagar 180 milhões! Nem uma palavra sobre como vai pagar as dívidas!

**O Orador:** Dos nossos resultados obtidos, dos resultados concretizados e essencialmente daquilo que ainda pretendemos fazer, com sinceridade,

assumindo que nem tudo foi bem feito, que nem tudo aquilo que pretendemos fazer conseguimos fazer, mas entre aquilo que fizemos e aquilo que estamos a fazer, é, sem dúvida, um horizonte muito maior do que aquilo que são a falta de ideias...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Diga uma que seja para pagar!

**O Orador:** ... de outros em relação àquilo que gostariam de fazer.

Mas sobre isso os açorianos irão devidamente pronunciar-se. Tem toda a legitimidade o PSD para ter esta abordagem. Respeitamos essa abordagem, caberá aos açorianos julgar, como, de certeza, os açorianos irão julgar este Governo pelas contas que apresentou.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Pague as contas!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que, depois da intervenção do Sr. Deputado Rogério Veiros, percebo por que é que é necessário prestar contas, é porque a comunicação social, nos Açores, trata muito mal o Governo e o Partido Socialista.

**Deputado André Bradford (PS):** Já que o senhor o diz!

**O Orador:** Não publicita as notícias boas. Afinal, os mauzões são os jornalistas, que não veiculam a informação institucional, como se ela não tivesse saído, de forma esmagadora, em tudo o que é órgão de comunicação social. Ah! E as boas notícias são escondidas pelos mauzões do costume, que é a comunicação social. Boas notícias? Está tudo escondido. Só no Corvo é que

se vê tudo, exatamente um dos locais onde a televisão, a RTP-Açores nem sequer tem representante.

**Deputado André Bradford (PS):** Para mal dos seus pecados!

**O Orador:** Mas devo dizer-vos que depois, a partir desta tese peregrina, que é sempre a tese que está em desespero, todos os governos, quando entram numa fase irremediável de decadência, dizem que a culpa é dos mauzões dos jornalistas que não publicitam as coisas que nós fazemos bem.

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor está a deturpar as palavras dos outros!

**O Orador:** A questão, meus senhores, é que é difícil encontrar coisas que os senhores façam bem. É difícil! A menos que queiram uma equipa de jornalistas armada de lupa para tentar encontrar aquela vantagem estratégica que resulta da governação do Partido Socialista. Por que vejamos.

Sr. Deputado Francisco César, na educação, ao longo destes 20 anos, tivemos uma grande prioridade. A grande prioridade foi o betão. Construámos escolas e eu pergunto e os açorianos perguntam: mas a prioridade não deve ser os alunos? Essa não deve ser a prioridade? Os bons resultados escolares dos nossos alunos? Essa não deveria ser a nossa prioridade? Porque não sendo prioridade, o que acontece é que os nossos resultados escolares são os piores do país. São os piores do país! E disse, “Mas agora, sim!”. Ao fim de 20 anos, e depois de termos colocado a Região Autónoma dos Açores...

**Deputado Francisco César (PS):** Mas o senhor queria mais uma sala para o Corvo!

**O Orador:** ... num lugar onde ela nunca esteve, foi nos piores lugares e resultados educativos no nosso país, depois de o ter feito, diz, “Agora, sim! Agora, 20 anos depois,...

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor quer mais betão na sua escola!

**Deputado André Bradford (PS):** O senhor vem para aqui criticar as obras e quer mais obras!

**Presidente:** Srs. Deputados!

**O Orador:** ... de ter...

*(Burburinho geral)*

**O Orador:** É impossível, com este barulho, conseguir.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados,...

**Deputado André Bradford (PS):** É impossível é essa contradição!

*(Burburinho geral)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, por favor!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pode continuar.

**O Orador:** Muito obrigado, Sra. Presidente.

E, portanto, é evidente que nós temos aqui um problema de raciocínio da parte do Sr. Deputado Francisco César, que não tem forma de explicar por que é que, ao fim de 20 anos de governação do Partido Socialista, nós temos os piores resultados.

O PPM propôs, há pouco, o ano passado, que se realizassem, foi aprovado nesta casa, uns testes PISA,...

**Deputado Francisco César (PS):** E ampliar a escola?

**O Orador:** ... para que se possam comparar os nossos resultados a nível nacional e internacional.

Eu aguardo esses resultados. Eu considero que esses resultados são fundamentais para percebermos o ponto de partida para um novo ciclo, a partir

de 2016, e onde é que o Partido Socialista nos colocou ao longo de todos estes anos. Esse é um contributo positivo.

**Deputado Francisco César (PS):** Está aqui!

**O Orador:** Mas vamos, depois de falar de educação, em que os jornalistas não podem dizer outra coisa... Os jornalistas, a notícia que têm de fazer do ponto de vista factual é: “Os piores resultados educativos do nosso país e da Europa são os que se registam no território da Região Autónoma dos Açores”. É um facto! É um facto!

A segunda questão tem a ver com a saúde. Ontem, o Sr. Presidente do Governo Regional, em desespero, numa situação em que eu nunca o tinha visto, tão desesperado, tem a ver com as críticas internas, tem a ver com a nave socialista que se está a desagregar, e, portanto, encontra-se num momento de autêntico desespero, dado os resultantes absolutamente desesperantes da governação em que, ao fim de três anos, não há nada para dizer de positivo, e, portanto, o Sr. Presidente do Governo Regional, ontem, o que dizia era: “Bom, meus senhores, eu sou, pela justiça justiceira [que, aliás, o Sr. Secretário da Educação também defende que os jornalistas devem ser, os jornalistas têm de ser justiceiros]... E, por isso, ontem, o Sr. Presidente do Governo Regional dizia que defende um programa, para os Açores, chavista, que tem, como se sabe, como resultado o crescimento de mais pobres...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ouve, Aníbal, ouve!

**O Orador:** ... e criar desigualdades sociais tremendas e colocar o sistema produtivo e económico sem qualquer tipo de funcionalidade.

Este é o modelo que ele tinha é um modelo que tem uma prioridade (uma prioridade!): atacar a classe média, destruir a classe média, introduzir uma dupla tributação na classe média,...

**Deputado Francisco César (PS):** Mas está a falar de Passos Coelho!

**O Orador:** ... levar a classe média ao desespero e destruir a economia regional.

São estas as vossas políticas no âmbito da saúde. E o que ele vem dizer é, “Esqueçam o Sr. Secretário da Saúde, não é ele o responsável, sou eu. Eu é que defino as políticas, as minhas políticas têm um objetivo: esmagar a classe média nos Açores”.

Depois, vamos ao último dos assuntos.

Já vejo que a Sra. Presidente se prepara para me interromper.

*(Risos)*

**Presidente:** Para lhe pedir que abrevie, Sr. Deputado.

**O Orador:** O último é navegar por estas águas agitadas em relação aos transportes marítimos, Sra. Presidente.

Só para terminar, dizendo o seguinte, uma vez que tenho que abreviar.

Concordo inteiramente com aquelas que são as críticas de alguém que percebe desta área e que tem um espírito de independência, o Sr. Deputado Lizuarte, que diz que isto é uma autêntica catástrofe para os Açores, aquilo que se está a preparar. E de quem é a responsabilidade? Do Sr. Presidente do Governo Regional.

E é por isso e é isto que explica o estado de desespero em que V. Ex.<sup>as</sup> se encontram.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem, Sr. Deputado!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rogério Veiros, pede a palavra para?

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Porque eu fui referido na intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Presidente:** Tem a palavra.

(\*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão...

*(Diálogo entre as bancadas)*

**O Orador:** Interpelação à Mesa para esclarecimento ao que o Sr. Deputado Paulo Estêvão...

**Presidente:** Sr. Deputado Rogério Veiros, não pode usar essa figura regimental.

**O Orador:** E a defesa da honra, posso utilizar?

**Presidente:** Sr. Deputado Rogério Veiros, não...

**O Orador:** É que eu queria justificar, Sra. Presidente.

Eu falei como jorgense e não como dirigente do Partido Socialista.

**Presidente:** Sr. Deputado Rogério Veiros, concordo, mas não me parece que tenha havido nenhuma expressão ofensiva da sua honra. Não me parece que tenha havido.

**O Orador:** Mas existiu uma deturpação daquilo que foi dito por mim. E não é correto o que o Sr. Paulo Estêvão disse. Eu não falei em nome do Partido Socialista,...

**Presidente:** Sr. Deputado Rogério...

**O Orador:** ... eu falei em nome de São Jorge.

**Presidente:** Sr. Deputado Rogério Veiros,...

**O Orador:** Sim.

**Presidente:** ... esta figura regimental é, de facto, uma figura regimental difícil para a gestão do debate, porque, como compreende, cada bancada só pode intervir uma única vez. Daí até a demora, muitas vezes, na inscrição. Mas, como compreende, eu não lhe posso dar a palavra, porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão, não me parece que tenha usado nenhuma expressão ofensiva da sua honra, apenas usou parte da sua argumentação para fazer valer o seu ponto de vista.

**O Orador:** Sra. Presidente, respeito a sua interpretação da Mesa. Então, solicitava à Mesa que retirasse um excerto da minha intervenção, há pouco, para entregar ao Sr. Deputado Paulo Estêvão e para ele poder verificar que eu não falei em nome do Partido Socialista.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** O senhor não respeita o Regimento!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, a Mesa está aqui para garantir o bom funcionamento dos trabalhos.

Será feita, então, a transcrição e entregue ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Agora, sim, para encerrar esta declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(\*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Eu não vou dedicar muito tempo à intervenção do Sr. Deputado Francisco César, porque ele trouxe aqui umas piadas em reação à declaração política do PSD, mas aquela que eu achei mais piada foi você falar de tanta revolução, revolução e revolução deste Governo. Até parece que o Partido Socialista é um partido revolucionário. O problema é que os senhores, nas suas palavras, são tão bons, tão bons, tão bons, fazem tanta coisa e tão bem feita que o que não aparece são os bons resultados.

**Deputado Francisco César (PS):** Quer? Subida do turismo, da atividade económica ...

**O Orador:** Infelizmente, temos os piores indicadores sociais do país. Esse é que é o resultado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O Sr. Vice-Presidente deixou de ser meu interlocutor. Deve ter tido uma razão muito especial, mas, se calhar, também segue aquilo que já aqui, ontem, aconteceu, que foi o Sr. Presidente do Governo...

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** ... vir aqui, deu-lhe a breca, como se diz na minha terra, e deixou um recado a todos nós, de que nós estávamos mal habituados.

**Deputado André Bradford (PS):** Isso vem a respeito de?

**O Orador:** Ele, ainda um dia, vai explicar o que é que quer dizer com isto.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo, como foi o Sr. Vice-Presidente que falou tanto deste famoso folhetim de propaganda do Governo Socialista, que aqui está, para quem ainda não o conhece, eis aqui esta bela brochura, que se chama *Prestar Contas*. Ora, para isto constituir um documento de prestar contas do Governo tinha, como disse o Deputado Francisco César, de ter muitas mais contas aqui do que estas que aqui estão. E tinha que ter, por exemplo, e há uma conta especial que os senhores negligenciam, nesta Casa, para com todos os deputados que foram legitimamente eleitos pelo povo, que é não responder aos requerimentos que os deputados fazem ao Governo.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Isso é a maior falta de respeito institucional do Governo para com esta Casa.

Essa é a conta principal que aos senhores falta prestar ainda a esta Casa que é atualizar as respostas aos requerimentos. Os senhores têm um prazo determinado para responder aos deputados desta Casa, que são 60 dias, e há requerimentos com atrasos de dois anos nesta Casa.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Prestar contas, Sr. Vice-Presidente, é explicar aos açorianos por que é que não cumprem com os compromissos eleitorais que deixaram às nove ilhas dos Açores, em 2012; é trazer os dados todos para as contas, não é só trazer aqueles que vos convêm; é dizer aos açorianos quanto devem, a quem devem e quando vão pagar;...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... é pedir desculpa aos açorianos pelos maus indicadores sociais que temos nos Açores; é dizer aos açorianos que, para além desta visão cor-de-rosa que aqui vem neste boletim de propaganda, há uma região onde existem milhares de famílias em dificuldades, empresas a falir todos os dias e a lançar pessoas no desemprego. Há uma região endividada, com muitas empresas públicas tuteladas pela região...

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Deputado Duarte Freitas, tem muito trabalho pela frente!

**O Orador:** ... que somam prejuízos em cima de prejuízos, todos os anos.

Prestar contas é falar a verdade com clareza e com transparência. E sobre isso também, Sr. Vice-Presidente,...

**Deputado Berto Messias (PS):** Vocês destacam-se pela negativa!

**O Orador:** ... só um mero exemplo. Aqui, neste folhetim, que os senhores divulgaram e espalharam pelas casas dos açorianos, o senhor fala que o desemprego baixou 9% em relação a 2013, mas esqueceu-se de dizer que cresceu o desemprego de 7,6% em relação a 2012 e de 43% em relação a 2011!

Hoje, temos mais 5967 desempregados do que tínhamos em 2011. Isso é que o senhor se esqueceu de dizer.

**Voices dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputado Berto Messias (PS):** É o partido da negativa!

**O Orador:** E aqui, Sr. Vice-Presidente, se temos aqui um logro político do Partido Socialista, temos aqui um logro político do Governo, que se chama Carta Regional das Obras Públicas.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E já vou dizer por que é que é um logro político deste Governo. Saiu, há bem poucos dias, a versão atualizada da Carta Regional das Obras Públicas, o tal documento orientador do investimento público na região, o tal instrumento que iria permitir...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** A salvação!

**O Orador:** ... a reanimação da economia regional, que iria resgatar as empresas das dificuldades em que se encontravam. Esse documento foi emitido, pela primeira vez, em junho de 2013. Previa um investimento público de 620 milhões de euros, a realizar em quatro anos, uma média de 155 milhões de euros ao ano. A revisão da Carta Regional das Obras Públicas, que tinha sido prometido aparecer em janeiro de 2014, aparece em abril de 2015, e sabe o que é que traz, Sr. Vice-Presidente? Uma redução no investimento público previsto, até 2020, na ordem dos 10%. Esta é a atualização da Carta Regional das Obras Públicas.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** E mais. Agora, não é para cumprir em quatro anos,...

**Deputado Francisco César (PS):** O que o senhor vai fazer? Vai culpar a União Europeia!?

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Já agora, explique porquê!?

**O Orador:** ... é para cumprir em oito anos. Ou seja, vamos ter uma média de investimento público de 70 milhões de euros em vez dos 155 milhões de euros que os senhores tinham prometido. Este é que é o grande engano que os senhores têm.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Já termino, Sra. Presidente.

O PSD-Açores podia ter trazido mais exemplos da irresponsabilidade e da impreparação deste Governo Regional. Um Governo Regional que anuncia pomposamente que vai fazer a revisão anual da Carta das Obras Públicas...

**Deputado Berto Messias (PS):** Não é vai fazer! Já fez!

**O Orador:** ... e nem repara que para isso já existe o Plano Anual de Investimentos.

Minhas senhoras e meus senhores, não julgue o PS e o Governo Regional que pelo facto de haver uma comissão de inquérito aos transportes marítimos, esse passou a ser um tema proibido. Essa visão só serve a quem se quer esconder dos açorianos e fugir das responsabilidades políticas.

Disse e repito, políticos que correm para a fotografia das inaugurações e que fazem discursos pomposos a falar de revoluções tranquilas nos transportes marítimos têm de responder pelos problemas e assumir responsabilidades.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem de terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** A revolução tranquila que os senhores falam nos transportes marítimos só comprovou gastarem-se milhões num cais de cruzeiros para os cruzeiros atracarem ao largo da baía da Horta, onde se gastam milhões em novos navios para termos menos ligações no canal. Uma revolução nos portos e nos navios para o triângulo, onde ocorrem incidentes e acidentes, incluindo a morte de um cidadão, e o Governo remete-se, durante cinco meses, ao silêncio. Não queremos mais erros destes nos Açores.

**Presidente:** Sr. Deputado, tem mesmo que terminar.

**O Orador:** A construção de dois novos navios pode ser um erro fatal, de novo, nesta região, e o PSD já avisou, há muitos meses, que o Governo travasse, parasse com este processo, porque este pode ser mais um erro grave que se vai cometer na nossa região, onde se vão gastar mais de 80 milhões de euros.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** O que fez Jorge Coelho na altura! Estava a muitos quilómetros de Entre-Os-Rios, mas demitiu-se!

**O Orador:** Vou terminar, Sra. Presidente,...

**Presidente:** Tem mesmo que ser, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... e agradeço a sua generosidade, citando Eça de Queirós: “Este Governo não cai porque não é um edifício, limpa-se com benzina porque é uma nódoa”.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Terminou esta primeira declaração política de hoje.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio dia com a declaração política do Bloco de Esquerda.

*Eram 11 horas e 39 minutos.*

**Presidente:** Vamos, então, recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 12 horas e 10 minutos.*

Conforme havia anunciado antes do intervalo, a próxima declaração política é do Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sra. Deputada Lúcia Arruda.

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A fúria contra os trabalhadores e trabalhadoras deste país, perpetrada pelo governo PSD/CDS, tem novos patamares de intensidade todos os dias.

No passado fim-de-semana, Passos Coelho, como primeiro-ministro, e como líder do PSD, assumiu a vontade política de diminuir a T.S.U. paga pelas empresas.

Advoga o Sr.º Primeiro-ministro que esta medida é indispensável para captar investimento e para criar emprego.

A realidade o que nos mostra é que apesar de alguma reanimação da economia, o desemprego não baixa, centenas de milhares de portugueses e portuguesas e suas famílias desesperam na busca de trabalho.

É este desespero que Passos Coelho tenta utilizar para mais uma vez atacar os trabalhadores/as em favor do capital.

É certo que no rendimento mensal do trabalhador não há alteração, mas a realidade é que esta proposta leva à descapitalização da segurança social e, por

esta via, vai trazer mais dificuldades para pagar os apoios sociais e, a prazo, a imposição de novos cortes nas reformas.

Esta é que é a essência desta proposta. Podem vir os seus defensores apresentar as mais variadas teses para provar o absurdo, de que a Segurança Social não é prejudicada e que pode ser compensada pelo orçamento.

Mas onde se corta, Sras. e Srs. Deputados? Na saúde? Na educação? Isto é, em serviços vitais para os portugueses/as? Afinal quem paga?

Deem as voltas que quiserem para defender o indefensável, o que esta proposta não passa é de mais uma monstruosa transferência financeira do trabalho para o capital.

É, aliás, elucidativo, que o governo só olhe para o trabalho, e para a necessidade de baixar os custos do trabalho. Se atentarmos nas reivindicações do patronato, há uma que é reiteradamente assumida por estes: o preço da energia!

A energia em Portugal é extremamente cara, em comparação com a maior parte dos países da zona euro, e este factor pesa, e muito, na formação dos preços e, logo, na competitividade.

Mas este problema não é prioritário para o governo PSD/CDS. E porquê?! Porque o sector da energia está nas mãos do capital financeiro e, logicamente, o governo neste não toca, pois está ao seu serviço!

Passos Coelho, com esta proposta, mais não visa do que prosseguir o seu assalto à Segurança Social e a redução de apoios sociais e pensões. Em suma, o ataque aos trabalhadores/as que vivem da sua força de trabalho.

Todos sabemos que, para o Governo PSD/CDS, a reforma da Segurança Social é o alfa e ómega da sua estratégia.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É o Syriza!

**A Oradora:** Todos sabemos que a proposta que está na secretária do governo e do ministro Mota Soares é o plafonamento das pensões para que os

trabalhadores/as sejam obrigados a pagar para fundos de pensões privados, se quiserem ter alguma reforma de sobrevivência no fim da vida.

Para atingir este objectivo, Passos Coelho já não vai à bruta, como em 2012, agora a tática é diferente: “devagar se vai ao longe”.

A destruição da Segurança Social é um velho objetivo da direita para apoiar...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não apoiado!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Da direita e do PS!

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... os fundos de investimento das companhias de seguros, e neste desiderato tem ainda, embora de forma envergonhada, o apoio do PS,...

*(Risos da Câmara)*

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Ah! Muito bem, Sra. Deputada!

**Deputado Berto Messias (PS):** Oh, Sra. Deputada, estava a ir tão bem!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputado Lúcia Arruda continue a sua intervenção.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

**A Oradora:** ... o apoio do PS,...

**Deputado Berto Messias (PS):** Qual apoio do PS! Estava a ir tão bem!

**A Oradora:** ... que em nome da sustentabilidade da Segurança Social iniciou os cortes nas reformas.

**Deputado Berto Messias (PS):** Grande reforma!

**A Oradora:** Ou já não nos lembramos da reforma na Segurança Social do ministro Vieira da Silva.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Lembramos, lembramos!

**A Oradora:** Quer isto dizer que não defendemos uma reforma para a sustentação da Segurança Social? É evidente que não! Apresentamos propostas, mas as nossas propostas são a favor dos trabalhadores/as, e não contra os trabalhadores/as!

O BE defende, nomeadamente, a alteração da fórmula como se calculam os descontos do patronato para a segurança social, deixando de ser só pelo número de trabalhadores, mas sim num modelo misto, entre o número de trabalhadores e o volume de negócios das empresas.

Com a revolução tecnológica, com o incremento dos serviços, enfim, com a nova economia nascida nos finais do século passado, o número de trabalhadores/as por empresa diminuiu, e hoje, empresas com um pequeno número de trabalhadores facturam muito mais que grandes empresas de mão-de-obra intensiva.

Este sistema permitiria aumentar os recursos da Segurança Social e diminuir as contribuições de empresas e sectores de mão-de-obra intensiva.

Mas este sistema, Sras. e Srs. Deputados, não interessa ao grande capital, logo, não interessa à trindade PSD, CDS e ao aliado, envergonhado, PS.

Há alternativas em todas as áreas às políticas seguidas pela direita, a questão está em saber a quem se quer servir. Ao trabalho ou ao capital.

Podem Passos e Portas ficar descansados, porque, mais este vil ataque a quem vive da sua força de trabalho terá resposta dos trabalhadores/as do nosso país!

E neste capítulo, Sras. e Srs. Deputados, da T.S.U., seria interessante saber qual a posição do PS, que nada disse sobre a matéria,...

**Deputado Francisco César (PS):** Não é verdade!

**A Oradora:** ... ou quer esquivar-se entre os pingos da chuva, agora, para vir depois das eleições fazer aquilo que a Direita, agora, anuncia?

Disse.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E o PS?

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver inscrições. Sendo assim...

Sr. Deputado Aníbal Pires, tema palavra.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sempre atrás do Bloco!

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A Deputada Lúcia Arruda trouxe-nos aqui uma declaração política que não só tem atualidade, como é mais um dado a acrescentar àquilo que têm sido as opções políticas subscritas não só pela direita assumida, mas também pela direita envergonhada.

E tem tanta importância que, como vimos, a direita assumida e a direita envergonhada nem sequer, após aquilo que foi dito daquela tribuna, levantou uma voz para retorquir, para justificar, nada. Aquilo que se ouviu foi um ruidoso silêncio por parte da direita assumida e por parte da direita envergonhada.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quem é que disse que não íamos falar?

**O Orador:** E a verdade é que, por muito que V. Ex.<sup>as</sup> queiram, estas verdades têm de ser ditas. V. Ex.<sup>as</sup>, a Trindade, como lhes chamou a Deputada Lúcia Arruda, são as responsáveis por aquilo que está a acontecer nos Açores, por aquilo que está a acontecer em Portugal, por aquilo que está a acontecer aos

países europeus. E porquê? Porque V. Ex.<sup>as</sup> se colocaram numa posição subserviente face ao grande poder financeiro, que só tem um objetivo, o objetivo é a desvalorização do trabalho, a desvalorização dos trabalhadores, não só por via salarial, mas pela manutenção de elevadas taxas de desemprego. Não há vontade de combater o desemprego. Convém-vos ter um grande batalhão de desempregados, porque é assim que se desvaloriza o trabalho e os trabalhadores.

Portanto, quando o PSD ou o PS ou mesmo o CDS vêm falar em desemprego, deviam ter vergonha, porque quem o fomenta são V. Ex.<sup>as</sup> com as vossas políticas, que preferem depois encontrar alternativas existencialistas para manter uma grande multidão de pessoas dependentes da assistência social e sem aceder a um direito básico que é o trabalho.

Convém-vos porquê? Porque quem não tem trabalho não é livre efetivamente. E convém-vos, dessa forma, exercer o domínio, trazer essa multidão de pessoas, sem direitos e que não são livres, sob o vosso domínio.

E, portanto, é que não se ouviu aqui, até agora,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** E os chineses? São livres?

**O Orador:** ... uma única voz da direita assumida e da direita envergonhada retorquir relativamente àquilo que foi a intervenção política, a declaração política da Deputada Lúcia Arruda.

V. Ex.<sup>as</sup>, mais tarde ou mais cedo, vão pagar por isto. O povo vai perceber. O povo e os trabalhadores vão perceber que V. Ex.<sup>as</sup>, ou melhor, que têm dado a vergasta aos seus carrascos. O povo, mais tarde ou mais cedo, vai perceber que tem dado o apoio, tem colocado o chicote na mão que os vergasta. E essa mão, e esse chicote é empunhado, aqui, pelo PS, na República, pelo CDS-PP e pelo PSD, que comungam exatamente dos mesmos objetivos: desvalorização do trabalho e dos trabalhadores e pôr fim ao Estado, não é ao Estado Social, é ao

Estado, porque não querem Estado. Do Estado apenas querem aquilo que cobram ao trabalho.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Venha lá agora! Foi preciso uma provocação!

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, mais uma vez enganou-se.

Oh, Sra. Deputada Lúcia Arruda, permita-me que eu comece pelo Sr. Deputado Aníbal Pires.

Falou aí num chicote. Naquele país que o senhor tanto elogia e que fazem votos de congratulação e de saudação na Assembleia da República e que se chama Coreia do Norte, os senhores resolvem o emprego ou o desemprego de uma maneira muito simples: não é com um chicote, é com uma bala na nuca.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Já não pega, Sr. Deputado!

**O Orador:** É assim que os senhores resolvem o desemprego. Quando eles estão a mais, uma bala na nuca!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** É o que faz a falta de argumentos!

**O Orador:** Não é a falta de argumentos, Sr. Deputado. Ainda há bem pouco tempo, no passado recente, os seus camaradas na República exaltaram...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** A falta de palavras no que dá!

**O Orador:** ... o Governo da Coreia do Norte. E, portanto, os senhores, para lá, têm um remédio muito bom para o desemprego: uma bala na nuca. E, portanto, o cavalheiro fica resolvido de uma vez e com emprego para a eternidade.

Sra. Deputada Lúcia Arruda, eu julguei que a senhora estava no Parlamento dos Açores.

Eu disse uma vez à sua colega que aqui estava, a estimada Zuraida Soares, que ela...

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Se calhar o senhor não é atingido pela política nacional, mas milhares de pessoas vão ser!

**O Orador:** ... tinha feito uma intervenção ao nível da estratosfera.

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Olhe que não!

**O Orador:** Oh, Sra. Deputada, a sua intervenção está para lá de Marraquexe. A senhora já está a pregar no deserto.

E, por isso mesmo, como a senhora falou para lá de Marraquexe, permita-me que vá até à Grécia, porque se a senhora falou de Portugal continental, eu vou falar da Grécia, Sra. Deputada.

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Fale da Segurança Social! Diga qual é a sua posição sobre a Segurança Social, aqui, neste Parlamento!

**O Orador:** Acalme-se, não se enerve!

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Diga aos açorianos e açorianas qual é a sua posição!

**O Orador:** Fique calminha! Não me vai bater, ou vai?

Vai puxar do chicote, Sra. Deputada? Vai pedir o chicote ao Aníbal Pires? Ah, Sra. Deputada!

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Não quer dizer, Sr. Deputado?

**O Orador:** Olhe, Sra. Deputada,...

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Vá para o Syriza, vá!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Troca de “tautaus”!

**Presidente:** Por favor, não entrem em diálogo.

Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor de continuar.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Esta é uma latitude!

**O Orador:** Eu estou apenas a falar do que ouvi aqui.

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor de continuar.

**O Orador:** Estou a falar de austeridade, Sr. Deputado.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Isto é um debate para maiores de 18 anos!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Então, fale!

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Segurança Social, foi o que eu falei Sr. Deputado! Fale sobre a Segurança Social, sobre a TSU!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Vá lá, Sr. Deputado!

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Qual é a sua posição?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Tenha coragem!

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Qual é a posição do CDS a nível regional?

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Vice-Presidente, não vamos falar do Parlamento Jovem, pois não?

**O Orador:** Sra. Deputada Lúcia Arruda,...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Tenha coragem!

**O Orador:** ... a senhora, à falta de políticas regionais, à falta de ter iniciativa regional, a senhora vem com a velha ladainha ou narrativa para usar o Governo da República, porque, a nível regional, de facto, a vossa...

Oh, Sra. Presidente, não há condições.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Na Terceira diz-se: “Muito menos!”.

**O Orador:** A esquerda fossilizada e esta esquerda quase extinta estão absolutamente para lá de Marraquexe, aliás, para lá da estratosfera.

Oh, Sra. Deputada, diga-me lá quais são as políticas do seu partido a nível do salário mínimo da Grécia?

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Não, não!

**O Orador:** Já está nos 700 euros?

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Diga é qual é a posição do seu partido relativamente à TSU?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Oh, Sra. Presidente!

**O Orador:** E a senhora não se coligou com a extrema-direita,...

**Presidente:** Srs. Deputados! Srs. Deputados!

**O Orador:** ... na Grécia, com a extrema-direita,...

**Presidente:** Srs. Deputados, por favor!

**O Orador:** ... para governar na Grécia, Sra. Deputada? E a senhora não vai aplicar a austeridade na Grécia, Sra. Deputada? E a austeridade do Syriza, Sra. Deputada? Como é que é isso, Sra. Deputada? A senhora vem para aqui pregar.

*(Burburinho geral)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** Olhe para si antes de criticar os outros. Primeiro olhe para o seu partido,...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** ... para o seu congénere europeu, que a senhora tanto elogiou e mais os seus camaradas...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Qual é a posição do CDS-PP?

**O Orador:** ... e venha dizer qual é a diferença...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados! Acabou!

**O Orador:** Oh, Sra. Presidente, eu estou no uso da minha palavra...

**Presidente:** Isto não é um diálogo.

**O Orador:** ... e vou continuar, não acabei. Vou continuar.

**Presidente:** Sr. Deputado!

**O Orador:** Vou continuar.

**Presidente:** Sr. Deputado, mas tem que me permitir pôr ordem na sala, senão o senhor nunca mais vai conseguir fazer a sua intervenção.

**O Orador:** Pois, exatamente. Estou à espera.

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor de continuar e eu peço a todos que permitam que o Sr. Deputado Artur Lima termine a sua intervenção.

**O Orador:** É a Sra. Deputada Lúcia Arruda, que está muito enervada, muito exaltada e eu vou perguntar-lhe.

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Estou muito calma!

**O Orador:** Qual é a diferença da política de austeridade do seu partido...

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Estou muito calma! O senhor é que está à rasca!

*(Risos)*

**O Orador:** Pronto! A democracia da Sra. Deputada chega a este ponto e, portanto, eu não vou falar mais. É a sua democracia e respeito pelos outros. Muito obrigado, Sra. Deputada.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto e há mais inscrições.

Sr. Deputada Graça Silva, tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. e Sra. Membros do Governo:

Não há dúvida que o PSD ...

*(Risos dos Deputados da bancada do PSD)*

... e o seu Governo são inimigos dos trabalhadores. Não há dúvida quanto a isso.

*(Apartes inaudíveis da Câmara)*

**A Oradora:** E que...

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Tanto incómodo!

**A Oradora:** Mas já fizeram muito!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Também é verdade!

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** E mal!

**A Oradora:** E mal! Já fizeram muito e mal!

Portanto, não há dúvida que o PSD e o seu Governo são inimigos dos trabalhadores e que o Governo dos Açores tem ido ao limite das suas competências...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Não é desta, Sra. Deputada!

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Não é verdade!

**A Oradora:** ... para, nos Açores, mitigar o mal que o vosso Governo tem feito aos trabalhadores, nomeadamente com a reposição dos cortes que o Governo da República faz aos trabalhadores. Sim, senhora! O seu Governo, Sra. Deputada Judite Parreira.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Quem começou com os PECs?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E o diferencial fiscal?

**A Oradora:** São exemplo disso a reposição dos cortes salariais, a remuneração complementar, os aumentos dos apoios sociais,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** E a reposição do diferencial fiscal?

**A Oradora:** ... os aumentos dos abonos de família, sem as devidas transferências do Governo da República, incluindo a redução dos impostos sem a devida transferência.

Mas, Sr. Deputado Artur Lima, nós não estamos para além de Marraquexe nem estamos na estratosfera, como referiu...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Mas também não sabem onde estão!

**A Oradora:** ... o Sr. Deputado. Nós estamos em Portugal, nós estamos no nosso país e os Açores não são uma bolha, Sr. Deputado. Os Açores sofrem das mesmas políticas, diretamente das políticas do Governo da República, de todo o mal...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**A Oradora:** ... que tem feito aos trabalhadores. E ainda...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Qual Governo da República, deste ou do outro?

**A Oradora:** Deste! Do seu Governo, Sr. Deputado! Do seu Governo da República!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** De Sócrates!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Se fosse hoje, votava Sócrates!

**A Oradora:** E digo-lhe, Sr. Deputado, nomeadamente...

No seu Primeiro-Ministro é que não votava, de certeza!

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** No PSD é que não votava, de certeza.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** E no Sócrates, votava?

**A Oradora:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: E se dúvidas houvesse relativamente a isso, era só olharmos para os números da pobreza que, em 2011, em Portugal, eram de 17,5% e, hoje, depois de todas as políticas deste Governo, do Governo do PSD e CDS-PP, o número é de 19,5%. Portanto, Srs. Deputados, aumentaram os níveis da pobreza em Portugal depois do Governo, do Governo do CDS-PP e do PSD ter implementado medidas que, no vosso entender, são medidas que vieram beneficiar o país,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** De quem?

**A Oradora:** Medidas do seu Governo, Sr. Deputado. Medidas do seu Governo.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Teixeira dos Santos diz o mesmo!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** É melhor consultar Teixeira dos Santos!

**A Oradora:** ... para encher os cofres do Estado e deixar as pessoas, o povo mais pobre.

Srs. Deputados, e é perante esta realidade dos baixos salários, do aumento da pobreza que o Sr. Primeiro-Ministro se preocupa em diminuir a TSU e não em atenuar a carga de impostos aos trabalhadores, que a própria OCDE...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Os trabalhadores não pagam a TSU. Está toda baralhada!

**A Oradora:** ... veio reconhecer que é dos países com a maior carga fiscal derivada do trabalho e onde tem os salários mais baixos.

**Deputado António Ventura (PSD):** Qual é a razão disso?

**A Oradora:** E é perante esta realidade que o Primeiro-Ministro, em vez de se preocupar com o trabalho, com os trabalhadores, vem, sim, dizer que vai diminuir a TSU...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Ainda há mais gente para ir para Évora? Ainda há mais gente para fechar na gaiola!

**A Oradora:** ... e vai ainda reduzir mais os rendimentos do trabalho. Quer reduzir em 100 milhões, tem previsto ainda reduzir em 100 milhões o custo do trabalho e não dizendo a quê, ao mesmo tempo que, como já foi dito aqui, aumenta as cantinas sociais,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Até a sua bancada está de boca aberta!

**A Oradora:** ... porque é isso que querem, é retirar dinheiro e rendimento do trabalho para depois doarem em esmola àqueles que trabalham, quando em Portugal 10% das pessoas que trabalham está abaixo do limiar da pobreza.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E nos Açores?

**A Oradora:** Sr. Deputado, como já lhe disse, os Açores não são uma bolha, os Açores são parte de Portugal e sofrem...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ah! Agora são!

**A Oradora:** ... com as vossas medidas, sofrem exatamente com as mesmas medidas que sofrem os restantes trabalhadores portugueses.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Vai rebobinar a cassette!

**Deputado António Parreira (PS):** Muito bem!

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Do país que os senhores destruíram!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** A senhora não reparou, mas está ali uma bancada que é do Governo!

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Somos do país que os senhores delapidaram!

**A Oradora:** Portanto, Sras. e Srs. Deputados... Pois...

*(Apartes inaudíveis da Câmara)*

**A Oradora:** E a pobreza aumentou 20% entre 2011 e 2014 e o PSD não teve responsabilidade nenhuma, porque não estava cá. É verdade, não estava cá, ao lado dos trabalhadores, não estava.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

*(Burburinho geral)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados, isto não é um debate, é uma declaração política. Cada bancada intervém uma única vez.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

**O Orador:** Nós, hoje, neste debate, assistimos a uma imagem do passado.

Dizem que quando olhamos as estrelas não estamos a ver o presente, estamos a ver imagens do passado.

**Deputado Francisco César (PS):** Não dizem! É mesmo assim!

**O Orador:** Neste debate, nós tivemos a oportunidade da nossa extrema-esquerda nos brindar com um discurso que podíamos verificar nos livros de história na década de 70 e que já foi derrotado pelas democracias ocidentais quando derrubaram o Muro de Berlim.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O que V. Ex.<sup>a</sup> quer é servos! Servos!

**O Orador:** Mas quero dizer-vos o seguinte. O que é lamentável não é este discurso completamente desfasado do passado, um discurso com 30 anos, com 40 anos, o caso do PCP, com 70, é um discurso...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O que o PPM quer é escravos e servos!

**O Orador:** ... completamente desfasado, sem soluções, não tem nenhum tipo de soluções para apresentar aos açorianos, tem apenas as críticas de sempre. E não é por acaso, meus senhores, que estes partidos se encontram ameaçados por novos movimentos de extrema-esquerda, porque na extrema-esquerda cada indivíduo é um partido e é por isso que aparece o AGIR, e é por isso que aparece o 3D, e é por isso que aparece o LIVRE, que tanto ameaça também o Bloco de Esquerda.

E, portanto, meus senhores, os senhores são uma confusão e anarquia generalizadas.

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Nós somos um coletivo! Coletivo! O senhor é que é o senhor e só o senhor!

**O Orador:** Não têm resposta absolutamente para nada.

Mas o que é lamentável, meus senhores, é que o Partido Socialista também entre nesta luta da esquerda. Ainda há pouco víamos o Sr. Deputado Francisco César a dizer que, durante este período da governação, não tem uma revolução para oferecer, nem duas, nem três, tem quatro revoluções para oferecer, durante estes 19 anos. Meus senhores, isto é ultrapassar, e ultrapassar em muito, o Emiliano Zapata,...

*(Risos)*

**Presidente:** Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar.

**O Orador:** ... o Catroga, o Francisco Villa, isto é ultrapassar um espírito revolucionário, estes velhos revolucionários mexicanos.

Meus senhores, esta esquerda não tem nenhuma solução para oferecer, tem a mesma cantiga de sempre, que levou o país à banca rota e que levou o país à irresponsabilidade.

O que eu quero aqui dizer, e termino, Sra. Presidente, é o seguinte.

Para existir Estado Social tem que existir responsabilidade, e o Estado tem que funcionar.

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** É preciso que paguem! Não é assim!

**O Orador:** O Estado não pode estar na bancarrota e é aí que os senhores o querem colocar e é aí que o Partido Socialista o colocou. E um Estado na bancarrota, não existe Estado Social...

**Presidente:** Sr. Deputado, tem que terminar.

**O Orador:** ... mínimo nem máximo, não existe, de todo, Estado Social.

E é nessa situação que o Partido Socialista deixou o país.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD e da Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Agora é que vai ser! Vem aí a homilia do Deputado Joaquim Machado!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** O senhor esteve aí calado quando falou o PS. Ouça gora!

**O Orador:** ... Srs. Membros do Governo:

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Vem aí a homilia do Deputado Joaquim Machado!

**O Orador:** Cheguei a pensar que este debate se faria apenas entre duas das partes que aqui estão representadas: entre comunistas disfarçados e comunistas revisionistas.

*(Burburinho das bancadas)*

**O Orador:** Desde logo, porque a linguagem utilizada é absolutamente anacrónica. Por instantes, julgava ter recuado à minha infância, estar ali entre 11 de março de 1975 e 20 de novembro desse mesmo ano, porque a linguagem utilizada pela Sra. Deputada Lúcia Arruda, de facto, só faria sentido nesse período. Uma linguagem sustentada por um pensamento maniqueísta, não entre Deus e o diabo, mas entre o capital e o trabalho.

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Vá ler melhor o programa do Governo do seu partido!

**O Orador:** Uma visão a preto e branco do mundo que, em poucas partes deste nosso planeta, é que ainda faz algum sentido.

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Está enganado!

**O Orador:** Diria que faz sentido na Coreia do Norte, faz sentido na Venezuela e até em Cuba, felizmente, já deixou de assim ser.

*(Burburinho das bancadas)*

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Grande especialista em problemas coreanos!

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Fale de Portugal e não na Venezuela!

**O Orador:** E se a linguagem era anacrónica, confesso que também houve algum desfasamento entre o que foi dito e o espaço. Portanto, também houve uma descontextualização do espaço, porque com tantas matérias que nos devem preocupar na governação regional, pareceu-me, parece-me, com sinceridade, que foi uma oportunidade perdida...

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Quando não tem argumentos, é essa a cassete!

**O Orador:** ... para discutirmos aquilo que, efetivamente, interessa à nossa região.

**Deputada Lúcia Arruda (BE):** Diga qual é a posição do partido? Os açorianos querem saber!

**O Orador:** E o debate teria ficado por aí, não fosse a circunstância do Partido Socialista ter entrado nele assim em jeito de rapazola que apanha uma boleia de um carro que já vai em andamento, que se agarra na traseira do carro, mas talvez sem perceber que esse atrevimento pode e constitui, de facto, um risco. Apanhar boleia com carros em andamento, sobretudo na traseira dos automóveis, pode dar, às vezes,...

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Na frente é pior!

**O Orador:** ... resultados bem estranhos. E os resultados,...

*(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da Câmara)*

**Deputado André Bradford (PS):** Isso vai chegar a um sítio qualquer!

**O Orador:** ... de facto, não são bons, quando nos fixamos na região.

Antes disso, vejamos aquilo que são as culpas que o PS tenta imputar à governação do PSD e do PP na República.

Ainda ontem, um jornal de referência nacional...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Que é isso? Qual é o jornal?

**Deputada Graça Silva (PS):** Afinal é a região ou não?

**O Orador:** ... trazia este título: “Teixeira dos Santos...”

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Quem é que paga o jornal?

**O Orador:** ... confirma tudo:...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Quem é que paga o jornal?

**O Orador:** ... eles sabiam e não quiseram agir. Costa estava lá”.

*(Diálogo entre os Deputados Luís Rendeiro e Aníbal Pires)*

**O Orador:** A recente entrevista de Teixeira dos Santos...

**Presidente:** Srs. Deputados, por favor, não entrem em diálogo!

**O Orador:** O jornal *Expresso* de ontem, na sua edição *online*, dizia e diz isto que está disponível: “A recente entrevista de Teixeira dos Santos confirma que Sócrates adiou o pedido de ajuda por motivos eleitorais. António Costa era o número dois do partido, pertencia ao núcleo duro e assistiu a tudo sem agir. Foi cúmplice. Ao contrário da mantra do PS, o investimento em Portugal subiu mais em 2014 do que nos últimos 15 anos, apesar da consolidação orçamental”. Não é o PSD que diz!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Mas quem é que disse isso?

**O Orador:** Jornal *Expresso online* de ontem.

Portanto, sobre responsabilidades, e do passado, mesmo que nos queiramos deter no presente,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Quem é que disse isso?

**O Orador:** ... o facto de termos um ex-Primeiro-Ministro em prisão, que não significa estar condenado,...

**Deputado André Bradford (PS):** Não é condenado, é julgado!

**O Orador:** ... porque ainda não transitou em julgado o seu caso, diz bem da responsabilidade, ou melhor, da irresponsabilidade com que este país, durante vários anos, foi governado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

E sobre os resultados da atual governação, também noto que, anteontem, foi divulgado mais um dado. Portugal registou a maior quebra do emprego, de 1,4%, na União Europeia, no quarto trimestre, face ao anterior. Mas registou um aumento de 0,60 em termos homólogos.

**Deputado Francisco César (PS):** É muito mau! É uma calamidade!

Portugal, apesar das dificuldades, está a encontrar caminhos de solução.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

Mas vejamos a indignação da Sra. Deputada Graça Silva.

A Sra. Deputada Graça Silva, antes de ser deputada (eu vou lembrar isto), quando a taxa de desemprego nos Açores era inferior à que hoje se regista, o que é que a senhora dizia? Dizia que “a crescente pressão sobre o emprego tem causado também o agravamento dos baixos salários.

**Deputada Graça Silva (PS):** Já lhe disse que os açorianos não vivem numa bolha!

*(Burburinho geral)*

Os trabalhadores açorianos continuam a ser dos que mais baixos salários auferem em todo o país, um elevado grau de incidência do salário mínimo”.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)*

Dizia mais: “O momento que se vive nos Açores é muito preocupante.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** As cambalhotas que a vida dá!

Importa referir, igualmente, as mulheres açorianas como sendo as mais vitimadas pelo desemprego e pela desigualdade perante o emprego, a auferirem não só menores salários, como também a serem as mais afetadas pelo trabalho precário”.

Mas não dizia só isto!

**Deputada Graça Silva (PS):** Mas esquecem o que está para trás!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ouça o que a senhora diz!

**Deputada Graça Silva (PS):** Não me esqueço do que digo!

Dizia mais.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** As cambalhotas que a vida dá, não é, Sra. Deputada?

E dizia: “O Sistema Regional de Incentivos, ao privilegiar as grandes empresas e projetos em desfavor dos pequenos e médios empreendimentos, o continuado estrangulamento da atividade produtiva, mas também ao nível da indústria e serviços, onde se continua a verificar uma redução da atividade, têm contribuído para o agravamento das condições de vida nos Açores”.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PPM)*

Não é o PSD que diz, é a Sra. Deputada Graça Silva, antes de ser deputada do Partido Socialista. E, hoje, vem aqui dizer-nos que os Açores não são uma bolha!

**Deputada Graça Silva (PS):** Não são, não!

Não são, não senhora! Estou de acordo consigo.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** As cambalhotas que a vida dá!

Não são uma bolha!

Mas vamos ver o que é que aconteceu nos Açores, durante a governação de Passos Coelho na República. Vamos ver o que é que aconteceu.

Em 2012, quando o atual Governo Regional iniciou funções, a taxa de desemprego no país...

**Deputada Graça Silva (PS):** Foi o Governo Regional?

... era de 15,7%. Baixou, em 2014 (são os últimos dados conhecidos), para 13,9%, ou seja, há aqui uma redução de 1,8 pontos percentuais.

Nós, de facto, não somos uma bolha, mas, durante este mesmo período, nos Açores, a taxa de desemprego subiu de 15,3 para 16,3%. A culpa não pode ser de Passos Coelho, porque Passos Coelho,...

**Deputadas Graça Silva e Renata Correia Botelho (PS):** Mas vai votar!

... no mesmo período, baixou o desemprego em Portugal. Sérgio Ávila e Vasco Cordeiro, nos Açores, aumentaram o desemprego.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)*

Diz a Sra. Deputada também que o Governo da República quer tirar dinheiro aos trabalhadores para depois fazer as tais doações nas cantinas sociais.

**Deputada Graça Silva (PS):** Exatamente!

Oh, Sra. Deputada, se isso a indigna,...

**Deputada Graça Silva (PS):** Muito!

... devia ter ficado, pelo menos, com a mesma indignação quando o Governo Regional do Partido Socialista fecha, num anfiteatro, centenas de trabalhadores desempregados, à moda da Venezuela, para lhes dizer que vai dar um naco de pão através de um programa que não é um emprego é apenas temporariamente enganar a situação de desemprego em que eles estão.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Olhe como a senhora está agora indignada!

**Deputada Graça Silva (PS):** Indignada com as medidas do seu Governo!

**O Orador:** Isso é que a devia indignar e eu não vi a Sra. Deputada indignar-se com essas situações.

*(Apartes inaudíveis da Câmara)*

**O Orador:** Não se indigna com essas situações!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Joaquim Machado também já terminou o seu tempo e por isso vou-lhe conceder alguma tolerância para poder concluir, mas, Sras. e Srs. Deputados, de facto, há aqui uma coisa que me transcende, é que este diálogo inter-bancadas não faz sentido nenhum. Se não querem ouvir os colegas, é preferível interrompermos os trabalhos e continuamos da parte da tarde. É que isto tem sido recorrente toda a manhã! Usem os telefones, se querem falar com os colegas e se não querem ouvir, então, saiam da sala, porque não é preciso votar. Agora, vamos ouvir as pessoas até ao fim.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado Joaquim Machado, tem apenas 30 segundos para terminar.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Uma eternidade!

**O Orador:** Muito obrigado, Sra. Presidente, pela sua generosidade e pelo entendimento de que as interrupções de que fui vítima, naturalmente, que roubaram tempo à intervenção que eu estava a fazer.

E vou terminar apenas para fazer mais um registo.

Sra. Deputada Graça Silva, Sras. e Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista, essa indignação devia ficar reservada para a circunstância de, entre 2011 e 2014, o desemprego nos Açores, o número de desempregados nos Açores ter subido 43%. Repito, 43%! Mais 5967 desempregados.

**Deputada Graça Silva (PS):** Não tinha havido aumento!

**O Orador:** Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É sempre com enorme satisfação e prazer que ouvimos as intervenções do Sr. Deputado Joaquim Machado. É pena não ter tido mais tempo, aliás, achamos que o Sr. Deputado Joaquim Machado deveria ter ainda mais oportunidades, dentro do seu grupo parlamentar, para exprimir a profundidade da sua argumentação e da sua abordagem...

**Deputado Berto Messias (PS):** Subscrevo!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Essa ironia faz parte de si!

**O Orador:** ... e que, efetivamente, todos os açorianos, cada vez mais, tenham em conta que é o Sr. Deputado uma referência nessa abordagem. E por isso, Sr. Deputado, é sempre um prazer ouvi-lo.

Agora, permita que vos diga duas coisas que são essenciais e são factos.

Referiu, e eu não vou entrar nesse debate, mas referiu a situação financeira do país em 2011. Eu tenho aqui os dados do Instituto Nacional de Estatística, penso que é uma entidade credível, que, a 25 de março deste ano, disse e confirmou o seguinte: “Dívida pública de Portugal, em 2011: 195 mil milhões de euros.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O senhor tem de falar com o Valls, o Primeiro-Ministro francês!

**O Orador:** Dívida pública de Portugal, em 2014: 225 mil milhões de euros”, ou seja, o seu Governo da República aumentou a dívida pública, em quatro anos, em 30 mil milhões de euros.

*(Burburinho das bancadas)*

**O Orador:** É esse um dado objetivo, que eu não o comento.

Segundo aspeto em relação à questão do emprego.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Quem é que o subscreveu?

**O Orador:** Eu não vou comentar a evolução dos dados do emprego ou do desemprego nacional. São mais do que conhecidos, os portugueses irão avaliar, é um debate para o qual não tem qualquer interesse em contribuir aqui, mas há um dado que é certo, há um dado que é real e é um dado que o nervosismo crescente do Sr. Deputado Joaquim Machado...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O Primeiro-Ministro francês também avaliou assim o referencial!

**O Orador:** ... cresce em função das notícias sobre o emprego nos Açores e sobre o desemprego vão melhorando. Quanto mais essas notícias melhoram, mais o Sr. Deputado Joaquim Machado fica nervoso, o que quer dizer, só para concluir este debate, que o nervosismo do Sr. Deputado Joaquim Machado é sempre uma boa notícia para os açorianos.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Para encerrar esta declaração política, tem a palavra a Sra. Deputada Lúcia Arruda.

(\*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É elucidativo que nenhum dos partidos representados na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, à exceção do PCP, não tenha nada a dizer sobre o assunto que o Bloco de Esquerda trouxe a debate: Taxa Social Única, reforma da Segurança Social.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Isso deveria fazê-la pensar!

**A Oradora:** Ao contrário do que o Sr. Deputado Artur Lima diz, diz respeito a todos nós, a todos os trabalhadores e trabalhadoras desta região, se não diz respeito a si, o senhor é que sabe.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E o Syriza! E o Syriza na Europa!

**A Oradora:** Relativamente ao PSD, pois o PSD nacional falou, o PSD regional calou. O Sr. Deputado Joaquim Machado faz uma intervenção sobre o desemprego...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Uma excelente intervenção!

**A Oradora:** ... completamente ao lado do assunto que eu trouxe a debate, mas que eu percebo bem porquê: o PSD Açores não quer discutir a TSU, reforma da Segurança Social, meus senhores.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** O CDS nacional calado está, o CDS-PP regional amuou. Amuou para ter a oportunidade de não dizer aos açorianos e açorianas o que é que pensa sobre a TSU e a reforma da Segurança Social.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E sobre o Syriza?

**A Oradora:** Não! Açores e Portugal, Sr. Deputado. Estamos a falar de Açores e Portugal!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A Europa! Portugal não é uma bolha!

**A Oradora:** Relativamente ao PS, a posição oficial do PS, até ontem à noite, e que nós saibamos, nada disse sobre o assunto António Costa.

À saída da reunião com a Ministra das Finanças, na passada segunda-feira, Vieira da Silva, questionado sobre o assunto,...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Quem é?

**A Oradora:** ... nada teve a dizer.

Vem ao debate a Sra. Deputada Graça Silva, mais uma vez uma intervenção ao lado. Fala de desemprego, sobre a TSU, a reforma da Segurança Social, qual é a posição do PS Açores? Nada.

Vem ao debate o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores, o que é que disse sobre a opinião do PS Açores e do Governo desta região sobre a TSU e sobre a reforma da Segurança Social?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Nada!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** A Sra. Deputada já devia saber que o Governo só fala do PSD Açores!

**A Oradora:** Nada, Sr. Vice-Presidente.

Os açorianos continuam sem saber qual é a opinião do PS Açores nesta matéria, tal como não sabem a nível nacional.

**Deputado José Contente (PS):** Isso é contra?

**A Oradora:** É! É contra!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E do Syriza? E do Syriza?

**A Oradora:** Oh, Sr. Deputado Artur Lima, eu vou dizer ainda mais uma que é para o senhor ficar entendido,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Diga mais! Diga mais!

**A Oradora:** ... porque não tem visto as notícias, ao que parece.

As declarações de Passos Coelho já foram proferidas duas vezes: uma de tarde, como Primeiro-Ministro, e uma à noite, como líder do PSD.

Como Primeiro-Ministro, eu, até hoje, não vi, nem Passos nem distinto membro do seu partido...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Qual é o distinto membro?

**A Oradora:** ... dizer o que é que achava sobre a situação, inclusive a sua colega, Deputada Cecília Meireles, questionada à saída da mesma reunião com a Ministra das Finanças, questionada sobre o assunto, também nada teve a dizer.

**Deputado André Bradford (PS):** Bem bom!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É caso para dizer que não existe nada!

**A Oradora:** Sras. e Srs. Deputados, continuamos sem saber, como disse. Resumindo, os açorianos e açorianas não sabem o que é que estes partidos maioritários pensam sobre a TSU e sobre a reforma da Segurança Social, que interessa a todos nós, a todos os trabalhadores e trabalhadoras, a todos os pensionistas, a todos os idosos, a todos os jovens, a todas as crianças, a todos as pessoas desta região.

Para terminar, queria só lembrar, a ainda sobre a não posição da direita envergonhada, que é o PS, e, certamente, todos nos lembramos que o PS, já com este Governo, acordou baixar o IRS, Sras. e Srs. Deputados,...

**Deputado Francisco César (PS):** O IRC!

**A Oradora:** ... o IRC, e baixaram o IRC, mas também o acordo previa que se baixasse o IRC, Sr. Deputado. Onde é que está a baixa do IRC, Sras. e Srs. Deputados? Ainda hoje estamos à espera!

**Presidente:** Agradeço que termine, Sra. Deputada.

**A Oradora:** Ainda hoje estamos à espera!

O que nós temos, Sras. e Srs. Deputados, é que o patronato ficou com a baixa do IRC; os trabalhadores, baixa de IRS, combinada com a direita e com o PS, até hoje, nada! Zero!

Obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Com esta declaração política encerramos os nossos trabalhos para almoço.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

*Eram 13 horas e 01 minutos.*

**Presidente:** Muito boa tarde a todos.

*Eram 13 horas e 14 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados, vamos então entrar na Agenda de reunião.

Entramos agora no ponto 9: Projeto de Resolução n.º 107/X - “Jornadas Parlamentares Atlânticas”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Para apresentação da iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Para um arquipélago com as nossas características, com a nossa condição geográfica, a cooperação com os povos de outras ilhas é mais do que uma necessidade: é, ou deveria ser, um modo de vida e uma prioridade política.

E a nossa história mostra-nos como os primeiros açorianos começaram a criar laços, trocas e relações com os nossos vizinhos, da Madeira, Canárias e, um pouco mais tarde, de Cabo Verde. São vizinhos que para os observadores externos poderão parecer distantes mas, para nós ilhéus, são os vizinhos mais chegados, através de um mar que nos aproxima e não separa.

Por isso, existe uma história partilhada entre os arquipélagos da Macaronésia, que merece ser mais estudado e melhor conhecido, mas a nossa proposta não é a esse passado comum que se dedica.

Pelo contrário, esta é uma proposta que se vira para o futuro comum da Macaronésia e para os novos rumos e desafios da cooperação entre os nossos arquipélagos, num mundo globalizado, interconectado, próximo, onde o Mar e as suas riquezas assumem uma importância crescente e representam, para já, a promessa de um desenvolvimento equilibrado, sustentável e duradouro.

Para concretizar essa promessa, para usufruirmos dessas riquezas, temos de ser nós mesmos, ilhéus do Atlântico, a criar as oportunidades, a potenciar as possibilidades de as explorar, sob pena de repetirmos ciclos de tempos antigos em que o melhor que os nossos povos criavam e extraíam da terra e do mar acabava inevitavelmente por ser levado, em mãos alheias para beneficiar outras paragens.

Daí a importância de nos aproximarmos mais dos nossos vizinhos insulares. Para que, juntos, maiores, mais fortes, possamos aproveitar as nossas riquezas comuns.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente do Governo Regional, Senhora e Senhor Membros do Governo:

Esta proposta surge porque pensamos que é importante que exista uma clara demonstração da vontade política deste Parlamento em reatar o processo de aproximação às restantes regiões da Macaronésia, nomeadamente retomando as Jornadas Parlamentares Atlânticas, com as adaptações que resultam da experiência e da avaliação que após alguns anos de interregno é possível fazer.

Esta iniciativa é, também, a afirmação de toda a latitude da nossa Autonomia, no plano das relações externas e internacionais da Região e na qual o nosso Parlamento tem um papel que lhe cabe por direito próprio.

Devemos manifestar aos nossos parceiros esta nossa vontade e dar passos concretos para que essa cooperação reforçada aconteça. Por isso recomendamos, e caso venha a ser, como espero, aprovada a recomendação que a Exma. Senhora Presidente da ALRAA fique mandatada para estabelecer os contactos necessários com vista à reativação destas Jornadas, à definição dos seus tempos, formas e locais. Mandato que lhe será conferido por este Parlamento que assim lhe reforça a legitimidade, que se vier a ser aprovado por unanimidade, que lhe é conferida por todos os representantes do Povo Açoriano.

Entenda-se que, não desvalorizamos, pelo contrário, valorizamos os diversos projetos de cooperação que têm sido estabelecidos a nível intergovernamental. Em traços gerais, merecem o nosso apoio, devendo ser alargados e aprofundados.

Mas, o que esta proposta coloca está claramente ao nível Parlamentar, do plano do diálogo político, da troca de experiências e do conhecimento mútuo da atividade e das soluções legislativas, bem como da procura de novos campos de cooperação e colaboração para o desenvolvimento.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

A importância e as potencialidades de cooperação entre os povos da Macaronésia para o futuro dos Açores colocam a necessidade de deixar aqui uma afirmação clara e inequívoca.

Caso existam dúvidas ou se verifique alguma necessidade de clarificar esta proposta, reafirmo, desta tribuna, toda a nossa abertura e disponibilidade para acolher quaisquer sugestões de todas as bancadas parlamentares, para que esta proposta possa ser aprovada com o maior consenso parlamentar possível.

Ao aprovarmos esta proposta estaremos, seguramente, a afirmar a importância dos Açores no Atlântico e a contribuir para que se abram e construam novas as vias de cooperação e desenvolvimento para os arquipélagos da Macaronésia.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Sr. Deputado Humberto Melo, tem a palavra.

(\*) **Deputado Humberto Melo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou ser breve, porque o Deputado Aníbal Pires, que apresentou a iniciativa, acho que foi suficientemente claro e abrangente.

Nós corroboramos a ideia de que a realização da cooperação no plano parlamentar é uma mais-valia, é um acréscimo.

A cooperação não é só no domínio económico, no intercâmbio cultural. Naturalmente, também há as cimeiras intergovernamentais, mas, pela experiência do passado, e até porque já houve outras jornadas, nomeadamente as questões europeias, foi um tema dominante numa certa fase, as questões dos transportes, portanto, o PSD está de acordo, acha bem e, portanto, concorda que

a Sra. Presidente continue a desenvolver os seus esforços e que depois se encontre um modelo ajustado, naturalmente, à nova conjuntura da nossa região, do país, das outras regiões.

E, portanto, aqui queremos só manifestar a nossa concordância e dar a nossa força, para que a iniciativa volte a ser efetiva.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(\*) **Deputado José San-Bento** (*PS*): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria aproveitar esta oportunidade para saudar o PCP pela apresentação desta iniciativa. Também dizer que o PS sempre acreditou e sempre defendeu, em coerência, o diálogo intra e interparlamentar. E, aliás, as diversas experiências do passado provam e comprovam o mérito desta cooperação. E, portanto, em boa hora, o PCP propõe que se recupere esta prática, através da realização das Jornadas Parlamentares Atlânticas.

Eu gostava só de acrescentar que, atendendo àquilo que é a complexidade da construção europeia, nós só ganhamos se tivermos os Parlamentos do Atlântico que, na maioria deles, são regiões ultraperiféricas da Europa, isto permite que o nosso Parlamento possa, não só acomodar propostas de outros Parlamentos, como também influenciar outros Parlamentos a acatarem propostas que tornem a defesa das regiões ultraperiféricas ainda mais fortes no âmbito, como referi, da construção europeia.

E também é bom que se diga que, muitas vezes, os processos de cooperação mais vastos têm início, precisamente, com a cooperação política. Primeiro, a cooperação política que tem a responsabilidade de desbravar caminhos, de estabelecer contatos, de abrir horizontes, e, depois, segue-se a cooperação ao nível, muitas vezes, académico, ao nível cultural, e, como também há já vários

exemplos, seguem-se os acordos comerciais e os acordos especiais com outras regiões.

E, portanto, esta é uma proposta meritória e, por isso mesmo, vai receber o apoio do Partido Socialista.

E recupero aquilo que eu disse ontem: para nós o que é fundamental é o mérito das propostas e não o proponente das propostas. Quando as propostas são boas, venham de quem vieram, o PS está aqui e aprova, porque é essa a nossa cultura, uma cultura de pluralidade democrática,...

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... de abertura e de diálogo às boas propostas.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do PPM, há também, como V. Ex.<sup>a</sup> bem sabe, Sr. Deputado Aníbal Pires, o apoio a este projeto. Aliás, já tivemos a oportunidade, na legislatura anterior, de apresentar aqui um projeto sobre a criação de uma euro região atlântica, uma grande euro região atlântica, que nós consideramos que seria uma mais-valia muito importante para a afirmação dos Açores no âmbito do projeto europeu, e consideramos que há um passo importante nestes contatos políticos que se podem manter no âmbito das Jornadas Parlamentares Atlânticas. São importantes, no sentido de desenvolvermos projetos em conjunto, no sentido de desenvolver as potencialidades dos nossos arquipélagos.

Muitas vezes, considera-se que estas políticas de desenvolvimento transregional, transnacional, no âmbito da União Europeia, que são bastante apoiadas, como V. Ex.<sup>as</sup> sabem, apenas se aplicam a regiões com fronteiras

terrestres. Há muitas situações de regiões com fronteiras terrestres entre, por exemplo, Portugal continental e a Espanha e entre a Espanha e a França, e assim sucessivamente. Acontece que esta definição de cooperação transfronteiriça, de cooperação entre regiões que têm um conjunto de afinidades e têm uma vizinhança, esta vizinhança pode ser uma vizinhança marítima, que é este o caso. É uma vizinhança marítima e cultural.

E, por isso, nesse sentido, nós consideramos que se deve ir mais longe, que se deve ir no sentido de promover e criar esta grande euro região atlântica, que tem um imenso potencial do ponto de vista da cooperação.

As Jornadas Parlamentares Atlânticas, na nossa perspetiva, são uma boa ideia, uma boa iniciativa, e os contatos políticos que lá se podem desenvolver são também muito importantes no desenvolvimento de parcerias entre estes quatro arquipélagos.

E nesse sentido, o PPM associa-se à proposta e votará favoravelmente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver mais inscrições.

Sendo assim, penso que podemos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigada, Sra. Secretária.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental. Regressamos a um quarto para as quatro.

*Eram 15 horas e 29 minutos.*

**Presidente:** Vamos entrar então nos pontos 10 e 11 da nossa Agenda.

*Eram 15 horas e 52 minutos.*

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, estes dois pontos serão debatidos em conjunto.

Para o efeito, cada grupo e representação parlamentar dispõe de mais dez minutos para o debate.

Para apresentação das iniciativas, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores submete hoje à vossa apreciação uma proposta de uma nova redução dos impostos nos Açores e conseqüente revisão do Plano e do Orçamento da Região que visam acomodar naqueles documentos o impacto financeiro da diminuição da receita fiscal que pretendemos concretizar.

Este é, sem dúvida, um debate atualmente original no contexto europeu.

Efetivamente, estarmos hoje aqui a analisar uma proposta de redução de impostos é, sem dúvida, surpreendente no atual contexto europeu.

Esta inovação distingue-nos claramente dos debates que se fazem no resto do país e na Europa, onde o que se discute e decide é em quanto se aumenta os impostos e não em quanto se reduz os impostos.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Para o bem dos Açores e dos Açorianos, é hoje possível voltar a reduzir os impostos nos Açores, mas apenas por uma única e exclusiva razão: o equilíbrio das finanças públicas regionais.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É esse o único aspeto que nos distingue e possibilita estarmos hoje aqui a aprovar uma redução de impostos nos Açores.

Conforme até o Primeiro-Ministro salientou, é só essa realidade que nos permite agora diferenciar ainda mais, em termos fiscais, os Açorianos dos restantes portugueses.

Não conseguimos acreditar que os mesmos que dizem que apoiam a redução de impostos nos Açores não fazem nada para que isso também aconteça no continente e na Madeira, onde até são, ainda, Governo.

Não queremos também acreditar que só concordam em reduzir impostos apenas onde e quando estão na oposição, porque onde governam só subiram os impostos.

E quando governaram os Açores, os Açorianos pagavam exatamente o mesmo que os restantes portugueses sobre o rendimento do seu trabalho, o mesmo se aplicando às empresas sobre os seus lucros.

Esta descida de impostos é feita, também, ao contrário do que alguns quiseram fazer crer, por decisão exclusiva da Região, dos nossos órgãos de governo próprio, apesar de todas as dificuldades para a sua concretização que nos foram impostas pela República.

Efetivamente, o Governo da República reduziu as transferências para os Açores em 67 milhões de euros, obrigando os Açorianos a pagar mais impostos para minimizar o impacto da redução das transferências na Região.

E agora fica com esse dinheiro que era dos Açorianos, não contribuindo com um único cêntimo para repor a situação existente anteriormente.

Ou seja, o que estava em causa era apenas saber se a República repunha também aquilo que retirou aos Açores.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Mas, infelizmente, não.

O Governo da República, com o apoio do PSD-Açores, cujos deputados votaram favoravelmente uma proposta injusta que prejudica os Açores, decidiu arrecadar...

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... definitivamente 67 milhões de euros que foram retirados aos Açorianos, financiando-se, assim, à custa de todos quantos vivem nestas ilhas.

Por isso, esta nova redução de impostos que hoje apresentamos é concretizada exclusivamente através do esforço dos Açorianos, porque a República não só ficou com o dinheiro resultante do aumento dos impostos do ano passado como retirou aos Açores muito mais recursos do que os resultantes dessa receita.

Fique muito claro que hoje estamos a baixar os impostos apenas com o contributo dos Açores e dos Açorianos.

Fazêmo-lo após um conjunto de audições tendentes a não só recolhermos as opiniões e sugestões de partidos políticos, associações representativas de classe e conselhos de ilha, mas também numa tentativa de procurarmos um consenso, o mais alargado possível, sobre as alterações que são necessárias em virtude da diminuição de receitas.

Neste trabalho conjunto destaco a participação do CDS/PP, com quem foi possível trabalhar de forma pormenorizada, com rigor e responsabilidade, para construirmos, em conjunto, esta proposta que hoje apresentamos.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Na sequência dessas audições, assumimos como prioridade fazer incidir esta redução essencialmente sobre os impostos sobre o rendimento do

trabalho, reforçando assim, diretamente, o rendimento disponível das famílias açorianas.

A proposta que vos apresentamos irá assegurar o maior diferencial fiscal, ou seja, a maior redução relativa dos impostos sobre o rendimento do trabalho da história da nossa Autonomia.

Assim, os rendimentos do trabalho até 7.000 euros passarão a ter uma redução de 30% na taxa de imposto a pagar; os rendimentos entre 7.000 e 20.000 euros irão beneficiar de uma diminuição de 25% de imposto face ao que pagam os trabalhadores residentes no resto do país; e os rendimentos a partir de 20.000 euros beneficiarão de uma redução de 20%.

Com esta proposta, todos os trabalhadores açorianos irão beneficiar do maior diferencial fiscal, de sempre, sobre os rendimentos do seu trabalho.

**Deputado Francisco César (PS):** É verdade!

**O Orador:** Importa, neste contexto, reafirmar que todos os Açorianos que pagam IRS irão beneficiar desta redução, na medida em que incide sobre todos os contribuintes, independentemente do seu rendimento.

Apesar de não terem sido repostos os recursos que foram retirados pela República à Região, propomos também ampliar a redução das taxas de IVA em relação às praticadas no resto do país.

No âmbito deste imposto, fazemos incidir o alargamento da redução das taxas sobre os bens de primeira necessidade, ou seja, os bens e serviços que são considerados mais necessários e sobre os quais deve incidir menor tributação.

Assim, para os bens e serviços tributados à taxa reduzida o IVA irá baixar nos Açores para 4%, enquanto no resto do país é de 6%; a taxa intermédia irá baixar para 9%, enquanto no resto do país se mantém nos 13%, e a taxa normal é nos Açores 18%, enquanto no continente é 23%.

Com estas alterações, o diferencial no IVA passa a ser de 33%, 31% e 22%, respetivamente, face às correspondentes taxas nacionais.

Em relação à restauração, o Governo dos Açores criou há dois anos uma medida inovadora de apoio específico ao setor da restauração na Região, no sentido de compensar as empresas açorianas deste setor que ficaram penalizadas por uma decisão injusta da República ao incluir este setor na taxa normal de IVA.

Esta medida – da qual beneficiam apenas as empresas de restauração dos Açores – já permitiu apoiar os nossos restaurantes em mais de 350 mil euros, através de 376 candidaturas.

Em relação ao IRC, o imposto que incide sobre o lucro das empresas – e apenas sobre o lucro e não sobre as empresas, ao contrário do que se tentou fazer crer –, é atualmente a taxa já inferior nos Açores (16,8%) à taxa aplicada até 2013 (17,5%).

Para além desta redução do imposto sobre o lucro das empresas, que abrange todas as empresas que tenham lucro, independentemente de utilizarem esse lucro para reinvestimento ou criação de emprego, o Governo dos Açores pretendeu reforçar significativamente a competitividade das empresas açorianas que efetivamente investem os seus lucros e criam emprego.

Assim, criamos, no ano passado, um conjunto de benefícios fiscais que permite atualmente reduzir até 65% o imposto do IRC para as empresas que, tendo lucros, reinvestem e criam emprego.

Assim, as empresas açorianas podem beneficiar este ano de uma redução até 65% da tributação do seu lucro, que poderá ter uma taxa de apenas 7,3%, o que constitui o valor mais baixo de sempre e o maior diferencial fiscal da história da Autonomia.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É esta a forma económica e socialmente correta de apoiar as nossas empresas, estimulando a sua competitividade e incentivando a efetiva criação de emprego.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** A redução de impostos que hoje vamos aprovar é apenas mais um passo na consolidação de uma via açoriana que tem vindo a ser criada e que agora reforçamos no limite dos nossos recursos e das nossas competências.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Esta realidade só é possível porque temos usado conveniente a nossa Autonomia em favor dos Açorianos.

Com efeito, só em 2015, possibilitamos que as famílias açorianas já recebam ou vão receber mais 60 milhões de euros do rendimento líquido do seu trabalho do que se vivessem no continente ou na Madeira, ou que gastem menos 72 milhões de euros na aquisição de bens e serviços consumidos na Região do que se o fizessem no resto do país.

É essa via açoriana que permite também que os funcionários públicos dos Açores tenham uma remuneração complementar que representa um acréscimo de rendimento face à remuneração que teriam no restante território nacional; que os nossos pensionistas e os nossos idosos beneficiem de um acréscimo de 26 milhões de euros nas suas pensões do que teriam se vivessem no continente ou na Madeira; ou que tenham um apoio adicional de 22 milhões de euros no apoio social como, por exemplo, na aquisição de medicamentos, no abono de família, entre outras medidas sociais, do que teriam no resto do país.

Estas medidas, conjuntamente com a menor incidência dos impostos sobre o lucro das empresas e os impostos especiais sobre o consumo, asseguram atualmente, e só este ano, apoios e benefícios às famílias e empresas açorianas de mais 250 milhões de euros do que teriam se vivessem na Madeira ou no continente português.

É esta a verdadeira dimensão da vantagem de ser Açoriano, é este o benefício que, com a nossa Autonomia, conseguimos gerar para benefício direto dos Açorianos.

É o conjunto destas medidas que permite que, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o rendimento disponível das famílias seja, por Açoriano, desde 2004, superior à média nacional, ou seja, cada Açoriano tem um rendimento disponível superior ao que dispõe quem reside no continente ou na Madeira.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** De acordo com os últimos dados disponibilizados pelo INE, cada Açoriano tinha um rendimento disponível superior em 381 euros ao que se regista no país, ou seja, cada família açoriana, se for constituída por quatro pessoas, beneficia de um rendimento em cerca de 1.500 euros superior ao que se verifica nas famílias do resto do país.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A proposta que vos apresentamos irá provocar uma diminuição da receita prevista para este ano na ordem de 18,5 milhões de euros, o que, desde logo, torna necessária a alteração orçamental que agora propomos.

Assim, apesar da não reposição das transferências retiradas à Região, conseguimos manter praticamente sem alteração o investimento público que está previsto para este ano.

Efetivamente, na proposta que vos apresentamos, conseguimos manter 99% do investimento público previsto no Plano da Região e assegurar também a obtenção de todas as receitas de fundos comunitários que estavam previstas, e mantemos, sem qualquer redução, o investimento público previsto para apoio social, saúde, educação, cultura, competitividade empresarial e desenvolvimento do turismo, entre outros setores.

A capacidade de conciliar a manutenção do investimento público com a redução dos impostos assegura um reforço da confiança dos agentes económicos e sociais na estabilidade e previsibilidade do investimento público e na capacitação da Região incrementar a dinamização da atividade económica.

A concretização deste objetivo só foi possível porque reforçamos o esforço de contenção e poupança nas despesas de funcionamento da administração regional, até ao limite do exequível, através de mais uma redução de 20% das despesas na aquisição de bens de capital, na diminuição de 10% nos encargos financeiros com os juros da dívida pública e de 6% na aquisição de bens e serviços correntes.

Em paralelo a estas medidas propomos assegurar um financiamento adicional de 10 milhões de euros.

Garantimos, assim, a manutenção da estratégia de desenvolvimento plasmada no Plano e Orçamento aqui aprovados há pouco mais de quatro meses.

O Governo dos Açores reforça, mais uma vez, o apoio às famílias e às empresas, procurando salvaguardar, até ao limite dos seus recursos e das suas competências autonómicas, não só o equilíbrio financeiro e o rendimento disponível das famílias, como a capacidade de a economia regional manter e criar emprego.

Tem sido assim – alicerçados numas finanças regionais que têm sido sempre validadas positivamente por entidades nacionais e europeias –, que temos ajudado as pessoas e as empresas, fomentando a geração de riqueza e a criação de emprego.

Fazemo-lo, hoje, com a convicção de que o nosso futuro se constrói com a cooperação de quem, efetivamente, e de forma positiva e construtiva, quer levar os Açores para a frente, colocando a Região acima dos seus interesses momentâneos.

O nosso futuro constrói-se com quem propõe, com coerência e com seriedade, soluções para os problemas e não com quem se alimenta desses problemas para sobreviver politicamente.

Temos a fundada esperança de, nesta Assembleia, o apoio que nos foi transmitido pelo CDS-PP relativamente à solução encontrada para acomodar

orçamentalmente a baixa de impostos, seja também seguido por outras bancadas parlamentares.

Seria um bom sinal, um excelente sinal de sintonia à volta de um benefício para todos os Açorianos, o que, nessa justa medida, está acima, muito acima, de interesses meramente conjunturais.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa já tem uma inscrição.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo: Em primeiro lugar, e desde logo, interessa lembrar que só tivemos uma redução do diferencial fiscal dos 30 para os 20% porque o PS, o PSD e o CDS assim o quiseram,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Haja paciência!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Lá vem a cassete!

**O Orador:** ... no ignóbil pacto de agressão nacional que assinaram com a troika e que se esforçaram, no continente como nos Açores, a aplicar com todo o zelo.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O CDS não assinou nada!

**O Orador:** Portanto, não se trata aqui de reduzir os impostos nos Açores, mas apenas de repor, com atraso e sem retroactivos, o que já pertencia ao Povo Açoriano, o diferencial dos 30% no IRS, IRC e em todos os escalões do IVA.

Estão apenas, ou está-se apenas a devolver o que já era dos Açores e dos Açorianos!

Mas, mesmo assim, o Governo Regional pura e simplesmente não conseguiu resistir à tentação de ir embolsando mais algum do dinheiro dos açorianos e vergonhosamente não vai repor os impostos ao nível que estavam em 2013!

A taxa superior do IVA, uma das que mais podia contribuir para apoiar as famílias e as empresas, afinal não vai descer, segundo a proposta do Governo, e continua com o diferencial de apenas 20%!

Depois das falsas lamentações pelas imposições da troika, depois das promessas solenes feitas no momento em que recusaram a proposta do PCP para que tudo ficasse resolvido logo em Janeiro, depois de andar a adiar, empurrando para as calendas gregas a descida dos impostos, embolsando milhões a cada mês que passa, o Governo Regional tem agora o desprante de chegar a este Parlamento, quase seis meses depois, com uma proposta de redução do diferencial fiscal reduzida e amputada de uma das suas componentes essenciais.

O Governo Regional enganou aos açorianos! E esta proposta que estamos a discutir prova isso mesmo.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Mas o Governo Regional só não cumpriu a promessa de descer todos os impostos como optou, para compensar a perda de receitas fiscais, por cortar no investimento público. O Governo não resistiu, poderíamos dizer, a dar com uma mão e a tirar com a outra.

E não tinha de o fazer. Poderia recorrer ao endividamento para cobrir essas verbas, até porque falamos de previsões de receita, não de receitas concretas. E nada nos garante que o efeito positivo de reanimação económica provocado pela baixa de impostos não vá acabar, no fim, por gerar mais impostos, ou seja, mais receita do que aquela que agora está prevista.

Cortar no investimento público é uma opção errada e que vai ter efeitos negativos na economia regional e na própria receita fiscal.

Somos uma Região com uma economia frágil a qual, goste-se ou não, depende do investimento público. Cada vez que o reduzimos, como o Governo Regional tem vindo a fazer progressivamente, estamos a contribuir para fechar mais empresas, lançar mais açorianos no desemprego, reduzir a atividade e a diminuição da produção de riqueza.

Esta é uma opção política que condenamos e que não vamos nem podemos subscrever. E por isso, votaremos contra as propostas de alteração ao Plano para 2015 que aqui nos são apresentadas. E, quanto ao Orçamento, apresentamos as propostas que já em, Novembro de 2014, aqui apresentámos e que, não só repõem o diferencial fiscal que o PS, o PSD e o CDS subtraíram aos açorianos quando se submeteram aos ditames da troika.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Confiando que o título das notícias de amanhã se vai reduzir a falar na descida de impostos, o Governo espera que passem em claro e sem chamar a atenção dos açorianos um conjunto de propostas de alterações importantes ao Plano de 2015.

O problema perante nós não é apenas o da redução das verbas no Plano. É que este Plano não foi só reduzido, foi também alterado e de forma significativa. E estas alterações devem merecer a nossa atenção.

Alguns exemplos.

Duas das rubricas são reduzidas a zero, isto é vão ter um corte de 100%.

Vejamos quais:

12.1.13 - Combate às espécies de plantas invasoras (tinha alocado 250 000 €)

13.1.2- Apoio regional ao serviço público de rádio e televisão (tinha alocado 75 000 €)

Outras, são reduzidas a quase nada, deixando-as sem possibilidades de concretização, como por exemplo:

A Musealização da Torre do Aeroporto de Santa Maria (que fica com 1000€), ou a recuperação Igrejas do Carmo...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Vai cair o carmo e a trindade!

**O Orador:** ... e São Francisco na Horta ficam com uns insultuosos 100€! Ou o Museu da Horta (ao qual fica apenas alocado 500€) ou Museu da Construção Naval em Santo Amaro do Pico, que fica apenas com 2500€, ou a melhoria das condições do Porto da Manhêna no Pico também, no qual se cortam 127.000€; ou o regime de incentivos à manutenção paisagens tradicionais áreas classificadas, ao qual o Governo corta metade das verbas, ficando esta apenas com 50 000 €.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** O Sr. Deputado Lizuarte Machado porta-se mal, lá se vai o investimento para a Manhêna!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Vote contra!

**O Orador:** E se estes exemplos não forem, ainda, suficientes para dar a verdadeira dimensão destas alterações e sobretudo (sobretudo!) demonstrar o seu significado político ainda deixo mais alguns exemplos.

Há áreas em que os cortes se concentram, demonstrando as verdadeiras prioridades políticas do Governo Regional.

A mais evidente é a do Sector das Pescas: O Regime de Compensação ao Escoamento dos Produtos da Pesca fica com menos de 15.000€, depois de ter sofrido um corte de 63%. O Regime de redução de custos da atividade da pesca sofre um corte brutal, de 334.000€, quase 50% e nem as verbas para a formação dos pescadores escapam à sanha cortadora do Governo regional, com um corte de 30.000€.

**Deputado José San-Bento (PS):** Diga lá, se tem coragem!

**O Orador:** Mas ainda mais gritantemente,...

A minha coragem está perfeitamente provada! É que o PCP não propõe cortes porque acha que o investimento público é importante.

**Deputado José San-Bento (PS):** Não tem coragem nenhuma!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas critica a República!

**O Orador:** Aquilo que o PCP propôs em novembro, aquilo que o PCP propõe agora é aumentar o limite do endividamento. É isso que o PCP propõe. Essa é a coragem que o PCO demonstra. V. Ex.<sup>as</sup> ... É, é!

Mas, ainda mais gritantemente, ainda mais escandalosamente, de forma ainda mais desumana, vemos que as verbas para o Fundopesca se reduzem em 50%! São 250.000€ euros que serão retirados a este fundo de apoio aos rendimentos dos nossos pescadores!

Será que o Governo Regional está já a contabilizar poupanças com as alterações ao Regime do Fundopesca que diz estar a preparar?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Claro!

**Deputado Graça Silveira (CDS-PP):** Não seja traíçoeiro, Sr. Deputado! Vai ficar sozinho!

**O Orador:** Ou resulta mesmo de uma total insensibilidade social e, ou de visão e de subvertidos conceitos de justiça social.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Esta intervenção já vai, de facto, longa,...

**Deputado André Bradford (PS):** Já vai, já!

**O Orador:** ... mas não posso terminar sem registar a marca do oportunismo político do Governo Regional.

Atente-se na proposta do Governo, na rubrica 5.10.12 – Arquipélago – Centro de Arte Contemporânea: 671.989 Euros, uma rubrica que na versão inicial do Plano que aprovámos em Novembro estava a zero!

São mais 671 mil euros para enterrar na obra do regime, que nem sabe muito bem quanto é que custou no total. Isto são prioridades do Governo Regional.

Pelo menos para isto há dinheiro. Agora, para apoiar os pescadores ou, mesmo, para devolver aos açorianos o diferencial fiscal que lhes pertence, para isso o Governo Regional não está disponível.

São opções que não subscrevemos, que condenamos e às quais nos opomos!

Como disse, iremos votar contra as propostas de alteração ao Plano, iremos fazer propostas de alteração ao Orçamento, no sentido de aumentar o diferencial fiscal, de modo a que, designadamente a taxa superior do IVA possa beneficiar da redução do diferencial fiscal em 30% e não em 20%.

Muito obrigado...

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Qual é a contrapartida?

**O Orador:** Endividamento, Sr. Vice-Presidente! Endividamento, Sr. Vice-Presidente!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Secretários:

Acho que, hoje, é um momento histórico para a autonomia e para as famílias açorianas. É um momento em que há uma baixa significativa de impostos, que vai beneficiar todas as famílias dos Açores. Todos os açorianos serão beneficiados com esta proposta, e com mais intensidade aqueles que estão nos atuais primeiro e segundo escalões.

Mas, de facto, é preciso centrar as coisas e explicar bem o que está aqui em causa. Falamos dos atuais primeiro e segundo escalões, e vamos repor, no primeiro escalão, os 30% e aumentar para 25%, de 20 para 25, no segundo escalão.

Mas o que é o atual segundo escalão? É isso que é preciso explicar e é isso que, por exemplo, o PSD tenta esconder, dos Açores e dos açorianos, quando faz as suas explicações. E, no escalão de 2013, aqueles que os senhores querem repor, o primeiro escalão ia até 4898 euros; o segundo escalão ia até 7410 euros; o terceiro escalão ia até aos 18375; e o quarto escalão começava nos 18375. Ou seja, relativamente aos escalões de 2013, há uma baixa real de impostos até ao quarto escalão, Sr. Deputado Aníbal Pires.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Eu sei! Eu sei! Por isso é que vou aprovar essa!

**O Orador:** E isso é que é significativo, e isso é a maior baixa de impostos que há na Região Autónoma dos Açores, que vai beneficiar as famílias açorianas e os açorianos.

Esta é que é a realidade, esta é que se tem de explicar bem aos açorianos. E, portanto, quando se diz que é o primeiro e o segundo escalões, é da atual reforma fiscal, feita pelo Governo da República, porque antes era até ao quarto escalão. E, portanto, aumentou-se o diferencial fiscal de 20 para 25% em três escalões:...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Está a ver, Sr. Vice-Presidente!

**O Orador:** ... no segundo, no terceiro e no terço do primeiro e quarto escalões. Esta é que é e, por isso, o CDS, com muito orgulho, fazendo aquilo que tem que fazer e como sempre fez aos açorianos. Não hesitou, nem um segundo, em responder ao apelo do Sr. Presidente do Governo. Estivemos, com toda a frontalidade, fazendo as nossas propostas, com contrapropostas e chegando ao entendimento que vai beneficiar não o CDS, não o PS e não o Governo Regional, vai beneficiar os açorianos.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E devo destacar aqui o empenho do Sr. Vice-Presidente e do Presidente do Governo e também da bancada do Partido Socialista nesta matéria. E julgo que este é um exemplo que devia servir para quando aqui

aprovamos coisas, em que todos nós nos pomos de acordo, por unanimidade, para mandar para a República e sabemos que não tem utilidade, à partida, esta é uma solução açoriana para um problema açoriano. É uma solução dos Açores para os açorianos, não dependendo de mais ninguém, não pedindo a ninguém. E essa é, de facto, uma solução que interessa aos Açores e aos açorianos.

E podem vir com os *fait divers* do IRC e mais *fait divers*, podem vir com o que quiserem. Eu quero uma baixa de impostos real, efetiva para as pessoas, para estas, sim, poderem comprar, aumentar o poder de compra, para consumirem mais e para adquirirem mais produtos.

E quanto ao IVA, também podemos explicar o que é o IVA, que se tenta, muitas vezes, e temos histórias recentes, do passado, em que a baixa de um ponto no IVA não foi significativa para o consumidor. O que é significativo para o consumidor, no fim do mês, é a sua baixa no IRS. E todos nós sabemos que os comerciantes fazem o retorno do IVA que pagam. Todos nós sabemos isto. Paga! Pode ter alguma dificuldade de tesouraria, agora, vai reembolsar o IVA que pagou ao Estado.

**Deputado Francisco César (PS) e Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Muito bem!

**O Orador:** E isso é que é preciso explicar e desmontar argumentos demagógicos, que às vezes são usados.

E quando se vem anunciar uma descida de impostos nos Açores, e que se vai ser precursor dessa descida dos impostos, e aqui se apresenta apenas uma resolução, como fez o maior partido da oposição, é, de facto, pouco para os açorianos perceberem que, efetivamente, ou há vontade política ou há vontade de fazer números para iludir as pessoas lá em casa.

E esse não foi o caminho do CDS. O caminho do CDS foi, com humildade, chegar a um entendimento com o Governo para beneficiar as pessoas.

E devo, aqui, Sr. Vice-Presidente, se me permite, Sra. Presidente, referir mais um facto que vai beneficiar também as famílias, que é uma proposta do CDS, foi uma proposta do CDS, na República, e que é o coeficiente familiar. E o coeficiente familiar, a juntar a esta proposta açoriana de baixa de impostos, vai permitir às famílias da classe média uma baixa significativa do IRS que vão despende no fim do mês.

E por isso, tal como em 1999, o CDS foi pioneiro na baixa de impostos, o CDS, hoje, junta-se ao Governo e, mais uma vez, para uma baixa efetiva de impostos nos Açores, uma redução fiscal grande, que vai beneficiar todas as famílias dos Açores, com mais intensidade daquelas da classe média.

Muito obrigado.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Francisco César (PS):**

Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Disse bem, Sr. Deputado Artur Lima, nós vamos baixar os impostos, sim. Nunca é demais lembrar que enquanto em toda a Europa se vive um clima de austeridade, nós, aqui, aproveitando as competências que temos ao nosso dispor, graças ao Governo dos Açores, a este Parlamento, nomeadamente ao PS e ao CDS-PP, os impostos, nos Açores, vão melhorar, vão baixar, melhorando assim o rendimento das famílias e das empresas.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Nós agimos assim, porque...

**Deputado Berto Messias (PS):** Isso é que é relevante!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Até tinham isso na agenda!

**O Orador:** ... queremos ajudar os mais desfavorecidos e a classe médias; nós agimos assim, porque podemos, porque temos capacidade financeira para o fazer. Temos de fazer mais pelo consumo e, desta maneira, pelas nossas empresas.

Mas interessa, em todo este processo, falar sobre o que fez o Partido Socialista. Mas todo este processo também interessa falar sobre o comportamento do Governo dos Açores. Mas também sobre este processo interessa falar sobre o comportamento da oposição, ou melhor, de alguma oposição.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O Governo dos Açores, confrontado com a possibilidade de descer impostos, o que é que fez? O Governo fechou-se? O Governo quis decidir sozinho? Não. O Governo chamou as oposições, todos os parceiros sociais, reuniu com representantes da sociedade civil, para que, dessa decisão, não errasse e não decidisse de uma forma fechada.

Essa não é a nossa forma de governar. Quem governa sem ouvir governa sozinho e governa para si.

E nós ouvimos todos, alguns até mais do que uma vez, alguns até com paciência franciscana.

Nós temos a noção que, nessa discussão, muitos daqueles que pediam as baixas de impostos eram exatamente os mesmos que, por outro lado, reclamavam mais investimento público.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Exemplos? Repare-se, por exemplo, no exemplo do Sr. Deputado Paulo Estêvão. Será que estamos a falar do mesmo deputado que hoje criticou a aposta no betão da parte do Governo dos Açores e nas obras públicas e que no último Plenário, imagine-se, pediu um aumento de betão numa escola na sua ilha?

Será que estamos a falar do mesmo deputado que criticou as obras públicas, quando foi o mesmo deputado que pediu mais betão para o porto do Corvo?

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem lembrado!

**O Orador:** Será que estamos a falar do mesmo partido, do PSD, perguntam-se muitos dos açorianos, que reclama, hoje de manhã, para que houvesse mais obras públicas? Reclama contra o corte da carta de obras públicas, mas, por outro lado, quando inicialmente pedia a descida dos impostos, vinha exatamente reclamar o mesmo corte nas obras públicas.

Mas será que toda a oposição é assim? Há e houve oposição nos Açores que, como o PS, preferiu estar mais importado com o bem-estar dos açorianos do que preocupado em manter a sua liderança partidária à frente do partido.

Há partidos que aceitaram reunir com o PS, que aceitaram reunir com o Governo em prol dos açorianos e assim aconteceu e, hoje, assim acontece.

A solução que nós, hoje, alcançamos beneficia 90% dos rendimentos das famílias açorianas (90% dos rendimentos das famílias açorianas). A solução que nós apresentamos, hoje, reduz o preço dos bens, como sejam os alimentares, e outros, sobretudo os essenciais. A solução que nós, hoje, apresentamos, é justa, é equilibrada e beneficia todos os açorianos.

E o que apresentou o PSD? É importante aqui dizer e denunciar o que apresentou o PSD perante todos os açorianos, perante o seu Congresso e o que Duarte Freitas apregoou no Congresso.

A solução que Duarte Freitas veio defender no Congresso é uma solução que sobe os impostos sobre o rendimento das famílias açorianas.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

É importante denunciar que a proposta de Duarte Freitas sobre os impostos sobre o rendimento de todas as famílias que ganham mais de 7000 euros. É verdade ou é mentira, Sr. Deputado?

O Sr. Deputado anunciou, em Congresso, que iria aumentar os impostos sobre o rendimento, o IRS, para todas as famílias que ganhassem mais de 7000 euros.

*(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da Câmara)*

**Deputado António Marinho (PSD):** Ou é desonesto, ou é surdo!

**O Orador:** Sra. Presidente, eu estou a ser insultado, quando estou a dizer a verdade.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

*(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da Câmara)*

**O Orador:** Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado Francisco César, penso que estão reunidas as condições. Pode continuar.

**O Orador:** Eu não iria fazer isto agora, mas o Sr. Deputado insiste, acusa-me de estar a mentir!

O que diz o Sr. Deputado Duarte Freitas é o seguinte: “A minha primeira medida no Governo será, por isso, para melhorar a vida dos Açores e dos açorianos, a reposição integral do diferencial fiscal, tal como estava antes das incidências do acordo da troika, ou seja, vamos baixar no IRS para os valores que estavam antes do acordo da troika”.

Ora, os valores que estavam antes do acordo da troika eram valores...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Eram três dígitos!

**O Orador:** ... que implicavam...

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Três dígitos!

**O Orador:** ... que os impostos, para o segundo escalão, fossem apenas aos rendimentos até cerca de 7400 euros. E, nessa matéria, isso implica que a redução que nós fazemos hoje, ou seja, até aos 20000 euros, os açorianos passam a ter um apoio na ordem dos 25%.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

A proposta que o senhor apresentou é má tecnicamente e agora percebo por que é que o Sr. Deputado não quis apresentar...

*(Burburinho geral)*

**O Orador:** ... uma proposta completa e apenas apresentou uma resolução, porque a sua proposta...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** ... aumenta os impostos aos açorianos.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou dar um privilégio ali ao Sr. Deputado Artur Lima de lhe dedicar um ponto prévio.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Deputado!

**O Orador:** A propósito daquilo que o senhor disse que o PSD escondia. O PSD não esconde nada disso, não esconde aquilo que está em causa aqui. Sabe bem o que está em causa aqui. E o problema não é aquilo que a proposta traz de bom. Nunca ninguém disse que isso era mau. O problema não é o que a proposta traz de bom, o problema que efetivamente existe é aquilo que ela não traz, é aquilo que abandona e é quem abandona. Esse é que é o problema.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

E depois, deixe-me dizer-lhe só, eu a si vou dar-lhe essa, vou continuar só a dar-lhe esse privilégio. É uma consideração especial, se calhar.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** São afortunados!

**O Orador:** Aquilo que chamou aí como os *fait divers*, esses *fait divers* que aí invocou, é no mínimo curioso. É no mínimo curioso, aquilo que o senhor disse. Portanto, pense bem naquilo que acabou de dizer. Mas pronto! Vamos ao assunto.

Para já, este é o debate que aqui podia ter acontecido no início do ano. Este é o momento que apenas vai produzir efeitos na vida das famílias açorianas lá mais para meio do ano. Isto, se entretanto e como é lícito ter receio em função da atuação do Governo, neste período, que decorreu desde 24 de outubro passado, repito, 24 de outubro passado, que é o facto que nos faz com que estejamos aqui a discutir a descida de impostos. Não é aquilo que foi invocado, Sr. Vice-Presidente do Governo, e depois, de uma forma floreada, pelo Sr. Deputado Francisco César. O que aconteceu em 24 de outubro passado, e já lá iremos, é que nos permitiu estarmos hoje, aqui, a discutir a descida de impostos. Não é mais nada senão isso.

*(Apartes inaudíveis)*

**O Orador:** Já lá vou! Isto tem que ir aos poucachinhos.

Portanto, isto irá produzir efeitos lá mais para meio do ano, se entretanto, dizia eu, como é lícito ter receio em função da atuação do Governo, neste período que decorreu desde 24 de outubro passado, não surgir mais uma “complicaçãozinha”, não surgir mais uma areiazinha que o Governo tente meter na engrenagem. Nós não temos garantia disso. É bem provável que aconteça. Aconteceram tantas desde 24 de outubro passado que, se calhar, ainda vai acontecer mais alguma.

Portanto, este é um debate que está sendo feito já há tempo de mais. Passou de outubro, o tal 24 de outubro, para novembro, e teve um primeiro momento mediático, que o Presidente do Governo Regional a adiar, pela primeira vez, no encerramento do debate do Plano e Orçamento para 2015, no final do mês de novembro de 2014. Foi aí que se inventou aquilo que se chamou de ronda, uma ronda travão, diríamos nós, concebida para quê? Para acalmar a vontade das oposições, desde logo manifestada, portanto, para acalmar a vontade das oposições, e para criar uma oportunidade para a não vontade, desde logo, manifestada por parte do Governo. E a ronda até podia ter acontecido nesse mesmo dia ou, eventualmente, no dia seguinte ou até, demos isso de barato, uma semana depois, podia ter acontecido essa ronda, bastaria ouvir o que, desde logo, todos, aqui, defendiam e todos passaram a defender. E o que todos defendiam, e ouça, Sr. Deputado Francisco César, é que se regressasse ao que se passava até ao início de 2014.

Toda a gente o defendia. Estou a dizer das oposições.

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor ainda não percebeu isso?

**O Orador:** Eu percebi muito bem! Sabe, eu percebo muito bem! Percebo muito bem onde é que quer chegar e percebo muito bem aí os *fait divers*, aí, sim, aplicável,....

**Deputado Francisco César (PS):** *Quais fait divers?*

**O Orador:** ... que o senhor está a tentar chutar para aqui. Porque os senhores não gostam verdadeiramente, não têm vontade nenhuma de baixar os impostos, têm é vontade da chicanazinha política. E é isto o que o senhor acabou de fazer há bocado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

Mas podia ter acontecido um dia depois, na semana seguinte, nem sequer mesmo um mês depois se passou. Nós disponibilizámos, aliás, ali, penso que 18 de dezembro, se não me falha a memória, para darmos o nosso contributo e aquilo acabou por acontecer lá para 8 de janeiro, também, tanto quanto me lembro, se não me falha a memória.

Portanto, nem sequer se passou mesmo um mês depois. O que seria acertado tê-lo feito, para terminar o ano com as soluções já encontradas e receber, já com a devida preparação, a entrada em vigor do Orçamento de Estado, que trazia a norma desejada, aquela que permitiu baixar os impostos dos açorianos, essa sim. Eram as tais soluções, que necessitava que estivessem paradas, que o Governo disse não ser capaz de encontrar sozinho.

Já com janeiro a correr, finalmente, o Governo decidiu ouvir (e aqui é um ouvir com umas aspas muito, mas mesmo muito fortes e acentuadas) o que todos queriam e o que todos ansiavam, e o que todos defendiam era que se voltasse ao cenário que Sócrates tinha feito desmoronar, em 2011. Sim, porque foi criado pelo Governo do vosso Sócrates, quando assinou o memorando que fez recuar o diferencial fiscal para 20%. O Governo do vosso Sócrates, que conduziu ao aumento dos impostos dos açorianos, traduzido naquilo que se passou em 2014. O tal facto que Carlos César e todos os socialistas que lhe eram fiéis desvalorizaram de uma forma perfeitamente escandalosa (podemos ainda lá ir,

se tivermos tempo para isso) e que entendiam ser uma questão meramente residual.

Pois bem. De ronda em ronda, de subterfúgio em subterfúgio, de expediente em expediente, cá estamos nós a fazer o que podíamos ter feito, há alguns meses. Só que, entretanto, os açorianos, as famílias e as empresas, continuam a pagar os impostos que Sócrates fez subir, e já vamos a meados de abril.

Este é o debate que se tem feito ao longo destes meses, o debate prolongado no tempo, demasiado prolongado, que tem feito perder mais um bocado da esperança dos açorianos.

O PSD Açores tudo fez, e fez bem, para que o debate pudesse ser feito. E vamos aqui ao tal, agora é que nós vamos ao tal 24 de outubro, para que se pudesse partir para a recuperação do mal criado pelo Governo do vosso Sócrates.

É por isso que estamos aqui, hoje, neste debate, e é por isso que temos feito este debate, ao longo destes meses. Desde logo, pela convicção do Presidente do PSD Açores, que nunca, mas nunca, desistiu.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

Foi por essa convicção que teve o empenho que, em nenhum momento, abandonou, enfrentando maus agoiros, vindos também desse lado,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Não se engane!

**O Orador:** ... e enfrentando gente perfeitamente sem ambição. Mas possibilitou, com o seu contributo, que em 24 de outubro, fosse dada uma boa notícia aos açorianos. Foi isso que permitiu que os açorianos soubessem que os seus impostos podiam ser reduzidos para os níveis que se atingiam antes de 2014.

Não abria, a partir desse momento, e é preciso aqui clarificar esta questão, esse facto não levava a que houvesse menos dinheiro a circular na região, levaria, sim, a que pudesse partir dos cofres do Governo para os bolsos dos açorianos. O dinheiro, na região, continuava a ser exatamente o mesmo e continuará a ser exatamente o mesmo.

E foi aí que os açorianos voltaram a sorrir, foi aí que tiveram motivos para pensar na recuperação da fase altamente conturbada que têm vivido ao longo dos últimos anos.

O desemprego e a pobreza, para os açorianos, até podiam conhecer melhores dias. O dinheiro podia sair assim dos cofres do Governo para as mãos das famílias e das empresas açorianas, podia ser um fator de monta para se atacarem enormes problemas que atingiam a sociedade açoriana.

Este é, portanto, o debate que parecia estar feito. Mas estava mesmo? Infelizmente, não estava. Não estava porque o Governo entendeu introduzir mais uma prova de que está manifestamente incomodado em fazer sair o dinheiro dos seus cofres e em o entregar aos açorianos. O que fez, fez pela metade, fez tarde. Isso já se sabia antes. Ficou-se depois a saber que não fez tudo o que podia. Fez tarde e fez pouco, senão vejamos.

Ao contrário do que os açorianos esperavam, e as empresas em particular, não mexeu no IRC; ao contrário do que os açorianos esperavam, não mexeu na taxa normal do IVA, como sempre aconteceu desde 1985. Iremos falar sobre estes dois casos mais em detalhe. Mas antes de prosseguirmos, queremos do Governo duas respostas, e viro-me essencialmente para o Sr. Vice-Presidente, para que as oiça.

Primeira pergunta: Quanto necessitaria o Governo de fazer sair dos seus cofres, nos meses que restam até ao final do ano, para passar para as empresas açorianas o que resultaria da descida do IRC necessário para reposicionar esse

imposto de forma a melhorar a sua competitividade, compensando os custos de insularidade que as penalizam em relação às suas congéneres do continente?

Esse é, afinal de contas, o verdadeiro objetivo subjacente ao diferencial fiscal.

Segunda questão: Quanto necessitaria o Governo de fazer sair dos seus cofres, nos meses que restam, para passar para as famílias o que resultaria da descida da taxa normal do IVA, como, aliás, acontecia desde 1985, e aplicável a produtos essenciais às pessoas e, da mesma forma, um fator de melhoria da competitividade das empresas?

A resposta a estas duas questões é manifestamente essencial para explicar a quem temos de dar resposta, a quem temos que prestar contas. Falámos em prestar contas hoje, de manhã. Isto, sim, uma forma verdadeira para prestar contas e não para os exercícios mediáticos que bem conhecemos.

A resposta a estas duas questões é essencial para explicar aos açorianos porque o Governo prefere que esse dinheiro permaneça nos seus cofres e não seja transferido para as mãos de quem dele tanto necessita.

Todas as opções são legítimas, como é óbvio, mas têm de ser integralmente explicadas.

Venham, por isso, Sr. Vice-Presidente, as respostas, respostas concretas para as perguntas concretas que aqui acabámos de colocar, porque este debate, que já é tardio, é também sobre a insatisfação que os açorianos agora sentem. E, por isso, ficamos à espera dessas explicações.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Lúcia Arruda.

(\*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda, em sede de discussão do Orçamento de Estado para 2015, apresentou uma proposta para que fosse reposta a Lei de Finanças Regionais de 2010. Esta proposta foi rejeitada com os votos da maioria PSD/ CDS.

Fizemo-lo, como sempre, porque defendemos que a Lei das Finanças Regionais, agora em vigor, é injustamente penalizadora para os Açores e é derivada da lógica austeritária que lançou este país e a nossa região numa crise económica e social sem precedentes.

Mas se a proposta do Bloco de Esquerda não foi aprovada nem contou com os votos dos parlamentares açorianos do PSD, foi aprovada a proposta do PSD Açores, que coloca nas mãos da Assembleia Legislativa dos Açores a eventualidade da alteração do diferencial fiscal.

Perante este facto, defendemos, junto do Governo Regional, a reposição do diferencial fiscal de 30% no IRS e no IVA, mantendo-se o diferencial fiscal de 20% em sede de IRC.

Defendemos estas medidas porque, no nosso entender, é urgente aliviar as famílias da carga fiscal a que estão sujeitas. Por outro lado, e como se provou a nível nacional, as medidas de reposição de salários e pensões decretadas pelo Tribunal Constitucional tiveram efeito positivo na economia. Aliás, esta tese nem sequer é só defendida pelo Bloco de Esquerda, é também uma ideia defendida pelo PS, quer a nível nacional, quer a nível do PS Açores.

No que toca ao IRC, defendemos a manutenção do diferencial em 20% por duas razões fundamentais. Primeiro, porque a taxa de IRC tinha sido diminuída pelo Orçamento de Estado em 2%; segundo, porque as empresas açorianas iriam ser beneficiadas com algum maior desafogo das famílias através da diminuição da carga fiscal, direta e indireta, o que permitiria um maior consumo das pessoas.

Mas se o Governo Regional não podia aceitar esta proposta como se fosse ela desconexa e não tivesse como base os mesmos argumentos defendidos pelo PS Açores, e não porque não tenha razão em continuar a defender a Lei das Finanças Regionais 2010, tal como nós, porque os desafios e as necessidades dos Açores precisam de uma lei justa. Mas a única razão, no nosso entender, é que tinha de mostrar aos açorianos e açorianas, nem que fosse com uma manobra política, que era impossível baixar impostos sem cortar nas despesas do plano para 2015,...

*(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)*

**A Oradora:** Pois cortaram!

... tal como aumentar o endividamento.

Não ouviu o que eu disse, Sr. Deputado.

Tudo isto para não perder a bandeira política.

Então, já não é verdade que a baixa de impostos faz crescer a economia e, por consequência, uma arrecadação de impostos superior?

Então, já não é verdade que o acelerar da economia faz baixar o desemprego e, logo, diminui o custo de apoios sociais e aumenta a receita de IRS?

E tudo isto, Sras. e Srs. Deputados, numa altura em que sucedem declarações do Sr. Vice-Presidente sobre as pequenas baixas no desemprego na região, como se não tivéssemos milhares de açorianos e açorianas no desemprego, passando por uma situação de carência e muitas vezes a viver abaixo do limite do limiar da pobreza.

Então, já não é verdade que o aumento do consumo pode vir a compensar a quebra do IVA nos moldes anteriores?

Se tudo isto é verdade, e nós estamos de acordo com estas premissas,...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** E o IVA?

**A Orador:** ... que o PS também defende teoricamente quando se trata do Governo da República, então, porque não as pratica quando se trata do seu Governo na Região Autónoma dos Açores?

Esta manobra de ilusão que o Governo Regional tenta lançar sobre açorianos e açorianas para não repor o diferencial fiscal no seu teto máximo, no IRS e no IVA, é por demais evidente.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** No IRS? Explique lá!

**Deputado Francisco César (PS):** Em todos os escalões?

**A Oradora:** Se por um lado atrasa a implementação destas medidas, na melhor das hipóteses, cinco meses de IRS...

Os senhores não baixam o IRS em todos os escalões por igual. Perceberam muito bem o que nós quisemos dizer!

*(Apartes inaudíveis da Câmara)*

**A Orador:** Se por um lado atrasa a implementação desta medida, na melhor das hipóteses, cinco meses, por outro lado tem pressa em fazer cortes no Plano e pedir autorização para mais empréstimos, que ninguém sabe ser necessários ou se são mesmo consequência direta do aumento do diferencial fiscal.

Mas não deixa de ser curioso que o Governo Regional e o PS, em coerência do seu discurso do abuso da carga fiscal sobre o povo português, não assumam, perante os açorianos e açorianas, uma guerra sem tréguas às continuadas derrapagens nas obras públicas, que todos os anos bulham os açorianos e açorianas em milhões de euros ou no corte de rendas às empresas amigas que são montadas com dinheiros públicos e alimentadas com dinheiros públicos e que nada de novo trazem para a região, nem sequer postos de trabalho.

*(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)*

**A Oradora:** Quer que eu lhe diga, Sr. Deputado? O senhor sabe melhor do que eu!

**Deputado André Bradford (PS):** Vai dizer!

**A Oradora:** Strong Survival, ASTA, Parque Eólico da Ilha Terceira, e podia continuar por aí adiante.

Além do mais, a taxa de execução do plano de forma continuada, ano após ano, não chega aos 100%. Estamos crentes que não é por má-fé, mas por razões objetivas, que não cabe agora analisar, mas é mais um argumento a acrescentar contra a tese governamental.

Temos, sim, Sras. e Srs. Deputados, açorianos e açorianas, o PS no seu melhor. Faz um discurso de esquerda no combate ao esfolho fiscal da direita; diz que a direita está a matar a economia com a austeridade, onde inclui os impostos, mas quando pode tornar o seu discurso, a prática, a favor de quem trabalha, refugia-se nos mesmos argumentos de quem ontem criticava.

Toda esta manobra, Sras. e Srs. Deputados, serve para eludir açorianos e açorianas de que o Governo Regional faz o melhor possível, como se estivesse nos limites da sua dádiva magna.

Mas tudo isto, como os Srs. e as Sras. Deputadas bem sabem, é má política e, ainda por cima, de mau tom. Mas como diz o povo, mais vale isto do que nada. Em consonância, votaremos a favor da baixa de impostos, em tudo o resto não poderemos nem devemos acompanhar o Governo Regional e o PS Açores nesta mistificação.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Membro do Governo:

Sr. Deputado António Marinho, Sr. Deputado Duarte Freitas, Sr. Deputado António Marinho, o senhor sabe que eu tenho consideração por si e tenho também consideração pelo Deputado Duarte Freitas. Deus o guarde e preserve nessa função.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Parece o beijo de Judas!

**Deputado José San-Bento (PS):** Sou testemunha disso!

**O Orador:** Aliás, os meus camaradas sabem como gosto imenso de o ver, quando passo por Ponta Delgada, nos seus *outdoors*, a desejar bom Natal a todos nós, na Páscoa.

Mas eu gostava de dizer o seguinte.

Oh, Sr. Deputado, eu vou explicar, até devagar, para que o Sr. Deputado possa perceber o que eu estou a dizer.

Os senhores ainda não perceberam que a vossa proposta, em termos do imposto sobre os rendimentos, significa que os açorianos têm que pagar mais de IRS do que a proposta que nós temos aqui? Os senhores ainda não perceberam isso?

Eu vou-lhe explicar devagarinho para que os senhores percebam.

*(Apartes inaudíveis da Câmara)*

**O Orador:** Até antes da troika, havia um benefício entre 25 e 30% até cerca de 7400 euros. Com a nossa proposta, há um benefício de 30 e 25% até 20000 euros.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ninguém acredita nisso!

**O Orador:** Se o Sr. Deputado não consegue perceber que a nossa proposta é melhor do que a vossa em termos de IRS, então os senhores...

**Deputado António Marinho (PSD):** Qual é a nossa proposta? Onde está?

**O Orador:** Oh, Sr. Deputado, eu vou ler outra vez!

“A minha primeira medida [diz o Deputado Duarte Freitas] será, por isso, a reposição integral do diferencial fiscal, tal como estava antes das incidências do acordo da troika.” Vou repetir: “... antes das incidências do acordo da troika, o benefício entre 25 a 30% e apenas até aos 7410 euros”. A nossa proposta vai até aos 20000 euros!

Os Srs. Deputados deviam preparar-se melhor. Eu bem percebo que, perante o Dr. Passos Coelho, a responsabilidade é muita e uma pessoa até se enerva quando vai falar perante tanta gente (e nós sabemos que aquele Congresso foi bastante complicado), mas a verdade é que o Sr. Deputado disse algo que é, na prática, uma subida de impostos em relação àquilo que nós estamos a defender.

**Deputado André Bradford (PS):** Além de que é só para daqui a um ano e meio!

**O Orador:** Exatamente!

Em segundo lugar, eu também lhe queria dizer o seguinte.

O Sr. Deputado António Marinho e o Sr. Deputado Duarte Freitas, desde que eu os conheço, andam a dizer que nós não pagamos a fornecedores, que a região está falida,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... que isto vai ser o diabo em cuecas, como se costuma dizer.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

*(Burburinho das bancadas)*

**O Orador:** É verdade! Que isto vai ser uma calamidade!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Essa é um bocado descontextualizada!

**O Orador:** Que nós estamos numa situação à beira da bancarrota. Desde que eu os conheço, dizem isto, neste Parlamento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E aquilo que os senhores vêm defender nos Açores, alegadamente, e, pronto, esquecendo esta gralha,...

**Deputado António Marinho (PSD):** Quem diz isso são os empresários!

**O Orador:** ... é uma redução de impostos enorme. Portanto, os senhores Deputados têm que se decidir. É tal e qual como o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Não se pode, hoje, criticar o betão e exigir, na semana passada, betão. Os senhores não podem, ontem, dizer que as finanças públicas estão uma calamidade e, hoje, dizer que há meios para o fazer. Da mesma forma que os senhores não podem antes dizer que querem descer impostos e depois apresentam propostas com a fraca qualidade desta, que, na prática, implica uma subida de impostos.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu ouvia atentamente as intervenções aqui, só gostaria de fazer alguns comentários breves.

O primeiro, dirigido à Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, no sentido de... A senhora está ao telefone, portanto, vou passar à frente e depois já volto à Sra. Deputada.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Senão ela desconcentra-se!

**O Orador:** Em relação à intervenção do Sr. Deputado António Marinho, ficou-me aqui, estava a ouvir o Sr. Deputado António Marinho, com o gosto...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Melhorou um bocadinho!

**O Orador:** ... que sempre o oiço, e estava aqui a pensar uma coisa. O PSD diz que quer baixar impostos, por que é que, estando no Governo na República e no Governo na Madeira, não baixa impostos? Por que é que só exige a baixa de impostos nos Açores?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Os senhores arruinaram o país!

**O Orador:** Por que será que acha, conscientemente, que nos Açores temos condições para baixar impostos e na Madeira e no continente não têm condições para baixar impostos? Porque não acredito que só acham que devem baixar impostos quando estão na oposição. Eu não acredito nisso!

Segundo aspeto essencial.

Nós não repusemos, efetivamente, a situação que havia há dois anos. Não! Nós tomámos uma opção clara, onde o rendimento sobre o trabalho terá uma redução fiscal substancialmente superior àquela que existia até 2013. Foi uma opção clara, uma prioridade que nós assumimos claramente. Os impostos sobre o trabalho terão, a partir de agora, menos impostos que alguma vez tiveram na história da nossa autonomia e beneficiam todos os açorianos (independentemente do seu rendimento) que pagam IRS.

E mais! Falaram sobre as empresas. Também as empresas dos Açores (e este imposto do IRC é só sobre o lucro das empresas e apenas pagam as empresas que têm lucro) têm à sua disposição a maior redução fiscal que algum dia houve na história da autonomia dos Açores.

Agora, há uma coisa!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Essa não esperava!

**O Orador:** Nós descontamos muito mais, baixamos muito mais do que existia antes, os impostos sobre o lucro das empresas para as empresas que pegam no seu lucro e que depois criam emprego e investem, do que as empresas que têm o seu lucro e distribuem apenas para rendimento dos seus acionistas.

Esta é uma opção clara, estratégica do Governo dos Açores, de que muito nos orgulhamos,...

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... porque as empresas que reinvestem os seus lucros e que criam emprego, antes tinham um diferencial de 30% e agora têm um diferencial de 65% face às taxas nacionais. E é este o sinal claro que nós queremos dar.

Portanto, esta reforma não é uma mera reposição, sem dúvida,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É mesmo só um sinal!

**O Orador:** ... permitirá a todos os trabalhadores e a todas as famílias sobre o rendimento do seu trabalho ter o maior diferencial fiscal da história da nossa autonomia e permitirá às empresas sobre o seu lucro ter aquelas que investem, aquelas que criam emprego, o maior diferencial fiscal na história da autonomia. E agora só para terminar, Sr. Deputado António Marinho. O Sr. Deputado António Marinho perguntou-me qual seria o impacto da redução do IVA no escalão máximo. Oh, Sr. Deputado, eu não quero acreditar, mas não quero mesmo acreditar que o PSD tenha vindo defender essa redução sem saber qual era esse impacto, porque aí, sim, seria o cúmulo da irresponsabilidade.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Vamos fazer um intervalo de 30 minutos. Regressamos às 17 horas e 30 minutos.

*Eram 17 horas e 03 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 17 horas e 48 minutos.*

Está inscrito o Sr. Deputado José San-Bento, a quem dou a palavra.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, obrigado. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu participo neste debate para ver esclarecida uma questão que eu penso que é incontornável, neste momento.

Eu reconheço o esforço enorme que o Sr. Deputado Soares Marinho aqui fez para defender o PSD Açores, o Deputado Duarte Freitas, o Primeiro-Ministro Passos Coelho e o PSD nacional. Sobre isso ficamos todos esclarecidos sob a comunhão de interesses, de opiniões, de ideias e de pontos de vista entre o PSD de cá e o PSD de lá.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Ficamos a saber que ambos defendem o aumento de impostos. Estamos esclarecidos em relação a este aspeto.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** E o CDS-PP!

**O Orador:** Porém, há uma pergunta que, na minha opinião, é central, absolutamente incontornável e que o Sr. Deputado Soares Marinho terá que esclarecer.

Durante mais de cinco anos...

*(Aparte inaudível do Deputado António Marinho)*

**O Orador:** Sim, senhor! Já lhe vou perguntar.

Durante mais de cinco anos, durante mais de meia década e quase sempre pela voz do Sr. Deputado Soares Marinho, o PSD afirmou, proclamou e reiterou que a região estava falida, que a região não cumpria os seus compromissos. Eram pareceres do Tribunal de Contas, do Banco Central Europeu, da troika, todos atestavam a saúde das finanças regionais, mas o PSD sempre reiterou que, afinal de contas, era o único que tinha razão, o PSD considerava que a região estava falida e, aliás, inclusivamente, muitas vezes, personificaram, de uma forma por vezes insidiosa, na pessoa do Sr. Vice-Presidente, a eventual responsabilidade por essa situação...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Não é eventual! É mesmo!

**O Orador:** ... das finanças públicas regionais.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Portanto, Sr. Deputado, hoje, aqui neste Parlamento, o que o senhor não pode deixar de esclarecer é, afinal de contas, como é que o PSD Açores, com esta opinião, com esta visão sobre as finanças da região, como é que o PSD Açores, embora defenda o aumento de impostos, apoia a proposta do PS para reduzir impostos.

É isto que o senhor tem que esclarecer, Sr. Deputado, porque, das duas, uma, ou tudo o que os senhores afirmaram nos últimos cinco anos sobre as finanças públicas regionais é mentira ou, então, os senhores são irresponsáveis.

E, portanto, Sr. Deputado, é isso que o senhor terá que esclarecer.

Os senhores reconhecem que mentiram todos esses anos em relação às finanças públicas da região ou são apenas irresponsáveis.

Sr. Deputado Soares Marinho, hoje é possível descer impostos nos Açores, porque as finanças públicas na região são bem geridas. Esta é que é a verdade e é isso que incomoda o PSD.

E, portanto, nós, aqui na região, temos que afirmar isso.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Diga isso ao administrador da SATA!

**O Orador:** Os senhores não têm coragem de assumir a verdade, mas as vossas propostas e, particularmente, o vosso posicionamento, ao apoiar a descida de impostos proposta pelo PS, faz-vos cair a máscara e é disso que os senhores têm que ser acusados.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Marinho, tem agora a palavra.

**(\* Deputado António Marinho (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que aos “atirações” de bola para canto de quem está manifestamente incomodado (e já vamos saber quem é que está incomodado), tudo tem o seu momento próprio. Provavelmente, no próximo Plenário aqui estaremos a discutir a Conta da Região, onde tudo isso que tem sido dito ao longo dos tais cinco anos (eu diria muito mais, não é cinco é dez), está perfeitamente comprovado.

Eu, agora, interessa-me é falar da baixa dos impostos dos açorianos.

**Deputado Francisco César (PS):** Da nossa!

**Deputado José San-Bento (PS):** O PSD é que defende a subida de impostos! Essa parte já foi esclarecida!

**O Orador:** Os senhores continuam na chicana política! Eu peço muita desculpa, mas prefiro preocupar-me com os açorianos e não me vou preocupar convosco.

**Deputado José San-Bento (PS):** O meu colega provou isso, Sr. Deputado!

**O Orador:** O senhor deixa as pessoas falarem ou quer falar sozinho? Eu sento-me e o senhor começa novamente a fazer a sua intervenção! É porque os

açorianos têm que perceber, lá em casa, aquilo que nós estamos a discutir aqui. E aquilo que nós estamos a discutir aqui e a possibilidade que temos de estar a discutir tudo isto aqui não tem rigorosamente a ver com nada daquilo que acabou de ser referido.

O que aconteceu no dia 24 de outubro,...

**Deputado Francisco César (PS):** O que é que isso interessa?!

**O Orador:** ... que há bocado referimos, o que aconteceu no dia 24 de outubro, a boa notícia que foi dada aos açorianos de que o Governo da República tinha sido sensível à reposição do diferencial fiscal e que possibilitava a descida de impostos nos Açores, foi algo que resultou de quê? Resultou da descrença, da parte de muitos, e da convicção total da parte do PSD Açores, em particular do Presidente do PSD Açores.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Se, eventualmente, o dia 24 de outubro não tivesse acontecido, toda a gente estaria aqui a apontar o dedo: “O Presidente do PSD Açores não tem influência sobre o Governo de Pedro Passos Coelho!”.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Como foi, os senhores incomodadíssimos, incomodados, envergonhados de reconhecerem algo que é verdade e que está perfeitamente comprovado, os senhores resolvem atirar bolas para canto. Não temos qualquer tipo de dúvida. Estamos aqui a discutir a baixa de impostos açorianos, isso tem a ver com a convicção do Duarte Freitas, tem a ver com o empenho manifestado, pela teimosia, até, manifestada ao longo do tempo e que possibilitou o reconhecimento, por parte do Governo da República e do Primeiro-Ministro, que acabou por ser sensível a essa questão.

É isso que permitiu ou que permite que estejamos aqui a discutir a baixa de impostos. Não é nenhum outro argumento utilizado pelo Partido Socialista.

**Deputado Francisco César (PS):** É a subida de impostos que os senhores propõem!

**O Orador:** Só se deve ao empenho do PSD Açores e, em particular, do Presidente do PSD Açores. Só!

Quanto àquilo que estamos aqui a discutir, que é isso que verdadeiramente interessa. O que é que nós temos em termos de possibilidade de diferencial fiscal? Temos aquilo que se passa em termos de IRS...

**Deputado André Bradford (PS):** É isso que os senhores querem que os açorianos percebam! Deviam ter vergonha!

**Deputado Francisco César (PS):** Lembra-se da expressão grande verdade?

**O Orador:** Temos aquilo que se faz, em termos de IRS...

Oh, Sr. Deputado, o senhor devia ter vergonha era do tal officozinho que o senhor escreveu aqui há um ano e tal. Ainda não foi ler o ofício que escreveu? Então, vá ler lá, porque isso deve dar-lhe vergonha.

**Presidente:** Srs. Deputados, não entrem em diálogo, por favor.

**O Orador:** Aquilo que nós temos aqui, temos três impostos, IRS, IRC e IVA, que são suscetíveis de lhes ser aplicado o diferencial fiscal de 30%, no máximo. A proposta apresentada pelo Governo relativamente ao IRS merece a nossa integral concordância. Nunca dissemos o contrário. O que se passa relativamente ao IRC e o que se passa relativamente ao IVA, parece-nos, a nós, ou temos a certeza, nós, que se verifica aí aquilo a que poderíamos considerar como uma oportunidade perdida.

Mais grave. É uma oportunidade perdida, no caso do IRC, em relação às empresas, não repõe a situação que as empresas tinham até 2014. Em relação à taxa normal do IVA, que tinha sido introduzida, com a redução de 30%, em

1985, ou seja, há 30 anos, pela primeira vez, a proposta apresentada reduz esse diferencial.

Portanto, concordamos com aquilo que se passa em termos de IRS, estamos em manifesto desacordo com aquilo que não fazem em termos de IRC e com aquilo que não fazem em termos de IVA, na sua globalidade e designadamente na sua taxa normal.

Agora, uma coisa que fique clara. E daí, os senhores por mais que queiram, gostariam, envergonham-se de reconhecer, mas, se estamos aqui a discutir baixa de impostos, isso deve-se ao PSD Açores,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** ... ao Presidente do PSD Açores e à sensibilidade manifestada pelo Governo da República.

**Deputado José San-Bento (PS):** Não é verdade!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Relativamente a esta matéria, eu penso que a posição do PCP ficou clara.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Não ficou! Explique o IRC! Tenha coragem!

**O Orador:** Nós não concordamos com os cortes propostos, nós não concordamos com a forma como o Governo Regional pretende solucionar a

questão da receita e temos a nossa própria proposta, que não é uma proposta nova, é uma proposta que vem desde novembro do ano anterior, de 2014.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** IRC!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Fale do IRC!

**O Orador:** Mas eu vim aqui, agora, a debate, e não vou esgotar aqui, não quero esgotar aqui o meu tempo, para considerar o seguinte, porque há aqui algumas confusões.

Aliás, eu, no princípio da minha intervenção de há pouco, referi que aquilo que nós estávamos a fazer era repor aquilo que existiu na região até 2013, com...

**Deputado Francisco César (PS):** Melhor!

**O Orador:** Melhor ou não, depende. Se levarmos a taxa superior do IVA para o diferencial dos 30%,...

**Deputado Francisco César (PS):** Estamos a falar do rendimento!

**O Orador:** ... é, efetivamente, melhor, e, portanto... Aliás, já deu entrada essa proposta do PCP.

**Deputado Francisco César (PS):** Estamos a falar do rendimento!

**O Orador:** Mas a questão é esta.

Não é a data de 24 de outubro de 2014 que marca coisíssima nenhuma. Não marca coisíssima nenhum! Há outra data, essa, sim, é que nos faz, hoje, estar aqui a discutir esta questão nos termos em que a estamos a discutir e essa data é de 17 de maio de 2011, dia em que foi assinado o pacto com a troika, subscrito por quem? Pelo PS, pelo PSD e pelo CDS-PP.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não é verdade! O CDS não assinou!

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Já não está cá!

**O Orador:** Ora bem, isso é que faz com que nós, hoje, estejamos aqui a repor o valor dos impostos, com diferenças. Relativamente ao IRS, reconhecidamente melhor do que a situação anterior, sem dúvida nenhuma, mas ainda assim, Sr.

Vice-Presidente, sem se resolver um problema que me parece que era fundamental...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Deputado Aníbal Pires, está a mentir!

**O Orador:** ... e que, de todo, era um contributo importantíssimo para as famílias e para as empresas, que era a reposição do diferencial dos 30% na taxa superior do IVA.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Está a mentir!

**O Orador:** Mas há aqui uma outra questão, até para que ficasse claro.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O IRC!

**O Orador:** Eu espero que pelo menos o PSD, uma vez que o CDS-PP tem uma proposta subscrita com o Partido Socialista, que tem 20 deputados, faça, ao menos, uma proposta de alteração para esta discussão e que contribua para esta discussão. Espero! E que não passe apenas das palavras e que, de facto, contribua, designadamente para que nós possamos apreciar aquilo que é a vontade e a posição do PSD, porque ainda não a percebi. Ainda não a percebi!

**Deputado André Bradford (PS):** Então já somos dois!

**O Orador:** E não venham com esse número de 24 de outubro do ano passado, porque daí não resulta nada.

E ainda vos queria lembrar mais uma coisa.

Em novembro, quando foi aprovado o Orçamento Geral de Estado e quando se resolveu o problema da Lei das Finanças Regionais, só ficou parcialmente resolvido, como já aqui foi referido. Sim, senhor, podemos aplicar o diferencial dos 30%, mas não houve a correspondente reposição das transferências para a região. E não houve uma outra coisa, Sras. e Srs. Deputados do PSD e do CDS-PP, que foi a aprovação de uma proposta do PCP, que também tinha feito a proposta relativamente à Lei de Finanças Regionais para repor o diferencial e repor as transferências, mas houve uma outra proposta do PCP, em sede de

orçamento, que V. Ex.<sup>as</sup> reprovaram, 38 milhões de um fundo de emergências para as catástrofes que afligiram, em 2013, a Região Autónoma dos Açores.

E, portanto, V. Ex.<sup>as</sup> chumbaram essa proposta,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é uma cábula!

**O Orador:** ... para o Orçamento de 2014 e, em 2014, o PS também chumbou e chumbaram, outra vez, para o Orçamento de 2015. Aí já aprovaram. Em 2015, já aprovaram.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas antes chumbaram!

**O Orador:** Mas V. Ex.<sup>as</sup> também reprovaram.

E, portanto, a questão é esta. E a questão que se coloca aqui, há pouco fiz a crítica à proposta do Governo e continuo a fazê-la, mas gostava de ver, por parte do PSD, um contributo para esta discussão.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** O IRC! O que o senhor acha?

**O Orador:** O IRC já...

Acho muito bem, Sr. Vice-Presidente.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Acha o quê?

**O Orador:** Já lhe disse, Sr. Vice-Presidente, que vou votar favoravelmente, no que concerne o Orçamento, vou votar contra o corte e costura que V. Ex.<sup>a</sup> esteve a fazer no Plano.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-presidente do Governo, tem agora a palavra.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Só duas questões.

A primeira para reafirmar aquilo que foi já referido.

Esta proposta, que nós aqui apresentamos, representa o maior...

*(Diálogo entre os Deputados Artur Lima e Aníbal Pires)*

**O Orador:** Sra. Presidente! Obrigado.

A proposta que nós apresentamos representa o maior diferencial fiscal da história da autonomia em relação aos impostos sobre o trabalho dos açorianos.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Fica-lhe bem dar esse mérito!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É isso que interessa!

**O Orador:** E também representa a possibilidade de um maior diferencial fiscal, em sede de IRC, para as empresas, distinguindo as empresas e beneficiando e privilegiando, incentivando as empresas que reinvestem os seus lucros e que criam emprego. E acho que este é, sem dúvida, o sinal claro que queremos dar aos Açores, à economia, aos açorianos e à nossa política de apoio social.

Primeiro, que os açorianos têm, a partir de agora, uma maior redução, face às taxas nacionais, de imposto sobre o rendimento do seu trabalho, abrangendo todos os açorianos, independentemente do seu rendimento. Segundo, que as empresas açorianas têm a maior redução face às taxas nacionais do imposto sobre os seus lucros quando reinvestem esses lucros ou quando criam emprego. Porque nós não consideramos que deve haver um aumento da redução fiscal quando as empresas pegam no seu lucro e distribuem por acionistas que, a maior parte das vezes, nem estão na região. E isso não deve ser incentivado de forma acrescida.

Segundo aspeto que eu gostaria de dizer em relação à intervenção do Sr. Deputado António Marinho.

O Sr. Deputado António Marinho disse e reafirmou que foi o PSD que convenceu o Primeiro-Ministro a reduzir os impostos. Oh, Sr. Deputado António Marinho, se esse mérito é vosso, também é devido à vossa intervenção que o Primeiro-Ministro não repôs as transferências que tirou à região, porque, vou dizer-lhe uma coisa, dar mérito ao Primeiro-Ministro por ter feito uma

norma a dizer “Vocês podem baixar os impostos, mas o dinheiro que arrecadámos dos aumentos fica na República”, não é mérito nenhum, qualquer um faz isso. O que era mérito era repor as transferências para os níveis que existiam.

**Voices dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ficou-lhe bem reconhecer o mérito do Primeiro-Ministro, Passos Coelho!

**O Orador:** Sobre isso estamos claros.

Mas quero dizer uma coisa. Se essa parte, se essa outra parte é mérito da intervenção do PSD, é um bom mérito para a região. É um bom mérito para a região! É pena é que o mérito tenha ficado só naquilo que não custou nada à República e não tem esse mérito de abranger aquilo que efetivamente foi o benefício da República e prejuízo dos Açores e dos açorianos.

Mas sobre essa matéria, não é aqui o mais relevante.

A terceira questão é que é uma matéria essencial.

**Deputado António Marinho (PSD):** Fez bem em reconhecer!

**O Orador:** É que foi dito também que isto devia ter sido mais cedo, podia ter sido feito aquando do Orçamento da região, debatido nesta Casa, em novembro.

**Deputado António Marinho (PSD):** Falhou o alvo!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Foi publicado no dia 1 de janeiro!

**O Orador:** Eu estou a tentar...

Calma! Tenha calma! Tenha calma!

**Presidente:** Srs. Deputados! Srs. Deputados!

**O Orador:** Oh, Sr. Deputado... Se é o Sr. Deputado Aníbal Pires, respondo-lhe.

Sr. Deputado Aníbal Pires, o Orçamento de Estado foi aprovado e publicado a 31 de dezembro de 2014. Como sabe... Sabe?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sei!

**O Orador:** Então, se sabe, eu...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Quantas normas é que estão no Orçamento?

**O Orador:** ... não preciso dizer.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero que a apresentação por parte do Governo Regional desta matéria, desta redução da pressão fiscal dos impostos, significa uma rendição do Governo Regional perante as oposições, porque nós, porque esta iniciativa tinha que ser uma iniciativa que o Governo Regional, num contexto em que lhe fosse possível apresentar, em que fosse possível reganhar essa redução fiscal para os 30%, era algo que o Partido Socialista não queria fazer. Ficaram muito surpreendidos! É preciso ter em conta o seguinte.

Quem foi o Primeiro-Ministro, quem foi o Governo, que partido apoiava o Governo da República que assinou, no memorando da troika, a redução do diferencial fiscal de 30 para 20%?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Esqueceu-se de dizer aos açorianos!

**O Orador:** Quem foi? Quem foi? Foi o Governo do Partido Socialista, liderado por José Sócrates.

Portanto, é algo que os senhores têm que assumir que foi o vosso partido (o vosso partido!) que assinou este acordo, um Governo apoiado por parte do Partido Socialista.

Mas poderão dizer, “Bem, mas nós aqui temos uma grande autonomia do ponto de vista estatutário, e temos o nosso próprio posicionamento político e,

portanto, nós podíamos ter dito que não concordávamos”. Mas não disseram nada disso! Os senhores disseram, “Bom, isso é insignificante, é irrelevante. Não considero que isso seja importante, até apoiamos, até apoiamos essa redução. Portanto, não nos afeta neste nosso paraíso”.

E, portanto, o que acontece é que o Governo Regional, pela voz do então Presidente Carlos César, com certeza aconselhado pelo atual Vice-Presidente, que já desempenhava também essas funções no executivo anterior, não considerou que existisse nenhum problema.

Entretanto, as circunstâncias nacionais alteraram-se e o que é que fez o Governo Regional? O que fez o Governo Regional foi ganhar tempo. Criar aqui um período muito...

Nunca vi o Partido Socialista e o Governo com tanta vontade para dialogar. Conseguiram encontrar um período para dialogar que nunca foi tão grande. A mim não me vieram perguntar nada quando vieram fazer, num período tão, do ponto de vista específico...

**Deputado Francisco César (PS):** Não é verdade! O senhor é que recusou!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** O senhor é que anunciou aqui!

**Deputado Berto Messias (PS):** Disse aqui que nunca mais falava com o Governo!

**O Orador:** ... em relação à definição do Orçamento, em relação a estas questões.

Agora,...

Sra. Presidente, eu peço...

**Presidente:** Srs. Deputados!

**O Orador:** Sra. Presidente...

**Presidente:** Srs. Deputados!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pode continuar.

**O Orador:** Muito obrigado, Sra. Presidente.

E, portanto, o Governo mostrou muita capacidade de negociar.

Estão, agora, em aparte, de forma muito agitada, o Governo e o Partido Socialista, a dizer, “Bom, mas o senhor não quer conversar connosco!”. Claro!

Fui enganado! Já fui enganado, não estou... Eu só vou para uma negociação...

O PPM é uma instituição que cumpre os seus acordos políticos.

Eu votei favoravelmente um Plano e um Orçamento com base em determinados pressupostos.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Cortou relações com o Governo!

**O Orador:** Disseram-me: “Sim, senhor, nós estamos de acordo”. Há uma negociação séria. Fui completamente enganado e agora os senhores dizem-me assim: “Venha cá para ser enganado outra vez”. Não, eu não fui. Agora já não vou outra vez.

Portanto, agora comigo, negociações com o Partido Socialista não faço. Não faço! Só acho, e vou dizer isto com sinceridade, que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional é quem faz um esforço para assumir os seus compromissos. Eu reconheço isso.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Vai cair algum santo do altar!

**O Orador:** Agora, em relação a outros elementos, em relação a outros negociadores e em relação a outros responsáveis políticos, os senhores agora chamam-me para eu ir negociar algo com V. Ex.<sup>as</sup>. Enquanto V. Ex.<sup>as</sup> não se retratarem (e retratar-se é cumprir aquilo que está acordado) comigo, não há negociações nenhuma. É tão simples como isto.

E, portanto, em relação a essa questão, estamos conversados em relação às negociações.

Quando os senhores se retratarem e cumprirem aquilo, e da parte do PPM não podem dizer que nós, em alguma circunstância falhámos, do ponto de vista institucional é assim, eu exijo absoluto rigor. Nós cumprimos, os senhores têm que cumprir também.

E, portanto, comigo, ou os senhores se retratam, ou então não há conversações. Depois, é preciso dizer aqui que esta questão é uma questão muito ideológica. Portanto, o Partido Socialista e o Governo chegam aqui por cedências sucessivas e por pressão dos partidos da oposição, com um bom contributo, tenho a certeza absoluta, por parte do CDS, que tem, em relação a esta matéria, um grande capital. Tem, em relação a esta matéria, um grande capital.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Dois santos!

**O Orador:** Estou convencido que uma parte apreciável do que é positivo no âmbito desta redução também tem um bom contributo por parte do CDS.

A questão fundamental, meus senhores, é que os senhores chegam aqui por pressão da oposição política, mas, sobretudo, eu devo reconhecer aqui, porque eu não me gosto de colocar e não gosto de achar que aqui começa e termina o mundo, por pressão da opinião pública açoriana (por pressão da opinião pública açoriana!). O povo açoriano...

**Deputado André Bradford (PS):** Isso é o povo que o senhor diz que não fala porque é perseguido!?

**O Orador:** ... exigiu a este Governo, mas de forma muito veemente, que se aproveitasse esta oportunidade para reduzir a pressão fiscal.

Eu tenho a absoluta certeza que foi ao povo dos Açores que os senhores cederam e cederam porque as circunstâncias das empresas e das famílias são muito difíceis e porque toda a gente neste país e nesta região está farta de pagar impostos e de verificar o desperdício que acontece na governação do Partido Socialista, mais especificamente na nossa região.

E é isso, e é essa a cedência que os senhores fizeram e foi a essa entidade coletiva que se chama povo açoriano, e à cidadania.

E, portanto, é isto que os senhores nos trazem aqui, é esta cedência perante a pressão da opinião pública dos Açores. E, meus senhores, o que eu vos devo dizer é que, obviamente, há aspetos em que eu concordo, aspetos que eu discordo. Mas, globalmente, isto significa que os senhores foram obrigados a propor a redução de impostos e, nesse sentido, era o que mais faltava que os senhores, tendo sido colocados nesta situação política e nesta situação de cedência perante o povo dos Açores, não tivessem aqui o voto favorável do PPM.

Portanto, o PPM irá votar favoravelmente. Há aqui alguns aspetos que não votarei favoravelmente, há aqui outras questões no Plano que são significativas. O Sr. Deputado do PCP chamou aqui a atenção, porque, no meio deste debate sobre a redução dos impostos, algumas alterações aqui no Plano são significativas. Eu, por exemplo, acho que o Sr. Deputado chamou a atenção para os 671 mil euros que são colocados para o Centro de Arte Contemporânea. Portanto, há aqui uma opção entre reduzir impostos e colocar mais 671 mil euros no Centro de Arte Contemporânea. O Governo do Partido Socialista decidiu, em vez de reduzir estes impostos, decidiu provocar mais esta despesa, nesta matéria,...

**Deputado André Bradford (PS):** Chama-se governar! Uma coisa que o senhor não sabe porque nunca governou!

**O Orador:** ... de forma específica, e em outras.

Portanto, há aqui uma série de opções e essas opções foram as opções que V. Ex.<sup>as</sup> tomaram em relação a esta matéria e que, de facto, demonstram que não é apenas a redução de impostos que nós, aqui, estamos a falar. Os senhores também reconfiguram, de alguma forma, a despesa que estão a fazer em diversas parcelas do Plano.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Que fique claro: nós vamos baixar os impostos nos Açores. Nós! Não é o Governo da República, nós, o Parlamento! Esta Câmara é quem vai votar e quem vai utilizar, na plenitude das suas competências,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Por muito que isso vos custe!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** A muito custo! Foram obrigados a isso!

**O Orador:** ... na plenitude da nossa autonomia, é quem vai utilizar as competências que tem...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Isso é verdade!

**O Orador:** ... para poder baixar os impostos aos açorianos e às açorianas. E isso é indesmentível e nenhum dos senhores, por muito que tente conversar para o lado para não ouvir esta conversa, tem que ter a noção que é esta a realidade com que nós nos deparamos.

Eu bem percebo o esforço do maior partido da oposição, ainda, para desvalorizar esta proposta. Eu percebo, mas há algo que não vos deve sair da memória, a prova que não é devido a Passos Coelho que os impostos vão descer nos Açores...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Oh, Sr. Vice-Presidente! Vocês entendam-se!

**O Orador:** ... é que quem vai pagar a descida de impostos aos açorianos é o Orçamento da região, portanto, o dinheiro dos contribuintes da Região Autónoma.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E é importante que os senhores não se esqueçam disso, porque os senhores quando dizem que foram negociar com a República também deveriam dizer que a República não deu aos Açores os meios necessários para conseguir reduzir os impostos nos Açores.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E verdade seja dita, os senhores, que também sempre apregoaram a falência da região, deviam reconhecer que foi graças à boa gestão das finanças públicas e de um esforço adicional que fizemos para gerir melhor e decidir e fazer opções políticas, que nós conseguimos arrecadar meios para fazer esta descida de impostos.

**Deputado André Bradford (PS):** Porque é que não baixam os impostos na República?

**O Orador:** Também é verdade, ser oposição tem destas coisas. Os senhores valorizam o 1% que nós mexemos, do Plano,...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... e esquecem-se dos 99% que nós mantivemos em termos de investimento público.

Mas também os Srs. Deputados, no meio desta enorme confusão,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Enorme confusão! Bem dito!

**O Orador:** ... que tem, na oposição ou pelo menos em alguma oposição, poderiam esclarecer, é que os senhores é que, supostamente, conseguiram que nós descêssemos impostos;

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Quem o diz é o Sr. Vice-Presidente!

**O Orador:** ... os senhores é que são o garante e tiveram na pressão pública para nós decidirmos na descida de impostos, mas os senhores, quando foram chamados a fazer uma proposta para descer impostos, a única coisa que conseguiram propor era uma subida no imposto sobre o rendimento singular, ou seja, no imposto sobre o rendimento das famílias, o IRS.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Não é verdade!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Uma mentira dita muitas vezes não se torna verdade!

**O Orador:** E isso é incompreensível! Como é que um partido que está há 18 anos na oposição a preparar-se para fazer Governo, para ser Governo, ainda não conseguiu passar à fase de ter propostas para ser Governo.

Sr. Deputado, aquilo que vos posso dizer é que 18 anos ainda não foram suficientes.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu acho interessante, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que quando se está a discutir uma proposta que vai beneficiar os açorianos o PSD discorda e arranja sempre um *fait divers* para aqui.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Mas que discorda! Vamos votar a favor!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não percebeu isso!

**O Orador:** Nunca, de genuína vontade, diz, “Nós aprovamos isso”. Arranja sempre um caminho tortuoso para votar a favor. Mas, pronto! Ainda bem que vai votar a favor.

Mas, eu, com toda a consideração e estima que tenho pelo Sr. Deputado António Marinho, o Sr. Deputado António Soares Marinho, meu estimado amigo, ouvi-o com muita atenção e primeiro quero dizer-lhe uma coisa e distingui-lo, obviamente, com a minha intervenção. Fazer-lhe uma pergunta,

para V. Ex.<sup>a</sup> me responder, com a sua seriedade pessoal, política e intelectual, que reconheço sem nenhum favor.

O Sr. Deputado diga-me uma coisa, e não desmerecendo sequer o empenho do Sr. Presidente do PSD Açores junto de Pedro Passos Coelho, mas aquando do Orçamento de Estado, o PSD tem maioria na Assembleia da República? Precisou de mais um partido para aprovar essa norma. E isso também tem de ser dito, Sr. Deputado, com toda a honestidade e com toda a verdade.

**Deputados João Bruto da Costa e Luís Rendeiro (PSD):** Tem razão! É verdade!

**O Orador:** Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, a questão é a seguinte.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** O senhor vai falar do IRC!

**O Orador:** A questão é a seguinte, Sr. Vice-Presidente.

Da mesma forma em que a justificação é que não havia norma habilitante para a proposta do PCP feita em novembro, eu pergunto-lhe o seguinte: Quanto do articulado do Orçamento dependia da norma habilitante que tanta falta fez à proposta do PCP para não ser aceite?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para esclarecer uma coisa em relação ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O convite que foi feito para dialogarmos nos início do ano não foi para negociar, foi porque o Governo teira todo o gosto de ouvir o que é que o senhor tinha para dizer e aquilo que entendesse sobre esta matéria. O senhor não quis dar a sua opinião, está no seu direito.

Segundo aspeto que eu acho perfeitamente extraordinário.

Quando o Governo não faz, é acusado de não fazer; quando o Governo faz, faz sempre porque a pressão é dos outros e não porque o Governo quer fazer.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Do povo!

**O Orador:** Ou seja, na sua opinião, nada que o Governo faça é mérito do Governo.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rápido. Apenas para me retratar perante o Sr. Deputado Artur Lima, e para que não conste simplesmente através de apartes, mas quero aqui retratar-me e dizer que evidentemente foi uma falha minha não ter acrescentado ao Governo do PSD também o seu parceiro de coligação,...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Parece que estão na corte!

**Deputado André Bradford (PS):** Às vezes esquecem-se!

**O Orador:** ... o CDS-PP.

E, portanto, daqui ficam as desculpas do PSD, designadamente da minha parte, em que fui eu essencialmente o culpado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero dizer o seguinte.

É evidente, Sr. Vice-Presidente, que eu concordo. É público. Concordo com algumas das medidas. Aliás, eu voto frequentemente propostas também do Partido Socialista. Se as voto a favor, é porque as considero válidas.

E, portanto, sobre isto, é olhar para os Diários das Sessões e ver.

Agora, o que eu acho é que a maior parte delas não são válidas. Mas voto. Evidentemente que todos nós, os partidos e as pessoas, erram e acertam.

Agora, eu acho, eu tenho muito esta perspetiva, sabe que eu, como aprendi história, e, hoje, sei que os reis não são aqueles que têm aquele poder significativo de alterar as sociedades e as grandes personalidades e tudo isso. O herói coletivo é o povo. É o povo! E eu acho que o povo dos Açores é que pressionou este Governo Regional e deixou-o numa situação impossível, porque os senhores, no início, consideravam que isto não era relevante e que não era importante.

Ora, eu considero que é importante.

As vossas declarações, depois da redução, são claríssimas.

**Deputado Francisco César (PS):** Não são nada!

**O Orador:** As vossas declarações sobre a redução do diferencial fiscal dos 30 para os 20 são claríssimas e o Sr. Vice-Presidente era membro desse Governo e não os desmentiu.

Agora, o que eu considero é que é fundamental, é que se assumam as suas responsabilidades.

Agora, a sociedade açoriana, no seu todo, que é o herói que eu quero aqui, sobretudo, referenciar, é que pressionou fortemente no sentido de procedermos à redução de impostos nos Açores.

E eu estou absolutamente convencido que o povo açoriano tem razão, porque, reduzindo impostos, nós conseguimos criar riqueza e nós conseguimos sair desta situação económica em que nos encontramos se a economia se reativar e para reativar é preciso que alguém produza e que alguém compre. E se continuarmos todos esmagados, com uma pressão fiscal tremenda, nós não funcionamos, muito menos com as questões de insularidade que nós temos e que afetam a nossa economia.

E, portanto, nesse sentido, eu considero que o povo açoriano está correto, corretíssimo! Nós só conseguimos sair desta situação não aumentando os impostos, mas sim libertando a sociedade açoriana desta grilheta fiscal, desta pressão fiscal que não deixa ninguém respirar e é necessário que as pessoas produzam riqueza. Aí é que está o segredo do crescimento económico e do progresso. É esta a minha opinião. Não retiro.

Do ponto de vista político, os senhores têm o mérito de apresentar aqui a proposta. Agora, a pressão sobre os senhores foi da sociedade açoriana. A grande vencedora é a sociedade açoriana. Temos redução de impostos porque o povo dos Açores assim o quis.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

Em primeiro lugar, votaremos a proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 50, portanto, que faz a alteração ao Plano.

Vamos então votar na generalidade.

As Srs. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de DLR apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS; 3 do CDS-PP; 1 contra do BE; 1 do PCP; 19 abstenções do PSD e 1 do PPM.

**Presidente:** Coloco agora à votação os dois artigos, penso que poderei colocar à votação os dois artigos em conjunto, deste diploma.

As Srs. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS; 3 do CDS-PP; 1 contra do BE; 1 do PCP; 19 abstenções do PSD e 1 do PPM.

**Presidente:** Votação final global.

As Srs. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** Votação final global. A proposta de DLR foi aprovada com 30 votos a favor do PS; 3 do CDS-PP; 1 contra do BE; 1 do PCP; 19 abstenções do PSD e 1 do PPM.

**Presidente:** Vamos passar agora à votação da proposta de DLR n.º 51/X, a segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, ou seja, o Orçamento da região.

Primeiro na generalidade.

As Srs. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de DLR apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Coloco agora, sim, em termos de votação na especialidade, os artigos 1.º e 2.º, penso que poderei colocar à votação em conjunto.

Está então à votação o 1.º e o 2.º. Portanto, o 1.º é a alteração aos anexos e o artigo 2.º altera o artigo 8.º do diploma.

Posso votar separadamente também se assim o entenderem.

*(Pausa)*

Sr. Deputado Aníbal Pires, posso...

É melhor votar então em separado, para não haver dúvidas.

Portanto, eu vou colocar à votação o artigo 1.º da proposta do Governo.

Está á votação o artigo 1.º da proposta do Governo, que faz a alteração aos anexos do Orçamento.

As Srs. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 3 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 voto contra do BE; 19 abstenções do PSD e 1 do PPM.

**Presidente:** O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

Tem a palavra. Sr. Deputado.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Queria solicitar a repetição da votação.

**Presidente:** Muito bem. Vamos então repetir a votação do artigo 1.º da proposta do Governo.

As Srs. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 3 do CDS-PP; 1 voto contra do BE; 1 do PCP; 19 abstenções do PSD e 1 do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 2.º da proposta do Governo, que coloco de imediato à votação.

As Srs. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 3 do CDS-PP; 1 voto contra do BE; 1 do PCP; 19 abstenções do PSD e 1 do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração subscrita pelo PS e pelo CDS ao artigo 3.º do diploma.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária Regional:

É no sentido de explicar a alteração que é proposta, que, na prática, tem a ver com uma pequena gralha que existia na proposta anterior, em que não era contemplado o diferencial fiscal nas restantes taxas de retenção e taxas de tributação autónoma. Ou seja, faria com que não houvesse diferencial em todas as restantes taxas. Com esta alteração elas ficam, portanto, sujeitas a diferencial fiscal de 20%.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições, pelo que vamos passar à votação.

As Srs. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP também a este artigo 3.º.

As Srs. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Eu vou repetir a votação. Agradeço que se sentem.

Está à votação a proposta de alteração...

Sr. Deputado Aníbal Pires, eu vou pôr à votação a sua proposta de alteração.

Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para se inscrever?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Esta proposta do PCP o que visa é a reposição do diferencial fiscal para todas as taxas do IVA, designadamente para a taxa superior, isto é, reduzindo dos atuais 18 para os 16%.

Penso que é, esta sim, uma das grandes, ou dos grandes desejos do povo açoriano, das famílias e das empresas. Aliás, a reposição do IVA na taxa superior em 16% seria efetivamente um grande contributo, tal como é certamente a redução que estamos aqui a fazer para o IRS e que já foi aprovado,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** 4 cêntimos!

**O Orador:** Oh, Sr. Deputado Artur Lima, eu percebo qual é a sua posição, mas a verdade é esta: reduzir a taxa do IVA de 18 para 16% é um imperativo para a economia regional.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não é não! Não sabe o que está a dizer!

**O Orador:** É um imperativo para a economia regional!

Sabe quais são os produtos que estão na taxa superior do IVA e muitos desses produtos, designadamente a energia, têm custos elevadíssimos para as empresas.

Portanto, uma redução de 2% nesses custos seria fundamental, não só para as empresas, como para as famílias.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Em 100 euros quanto é que isso dá?

**O Orador:** E esse é o grande pecado do Governo Regional. O grande pecado do Governo Regional é não diminuir esta taxa do IVA, esta taxa superior de 18 para 16% e essa é a proposta que agora vamos votar e vamos ver quem é que a vai votar favoravelmente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O IVA não é um custo!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, agora sim vamos passar à votação.

As Srs. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada...

**Presidente:** Srs. Deputados...

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada...

**Presidente:** Srs. Deputados, a Sra. Secretária está a anunciar a votação. Por favor!

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 3 do CDS-PP; 1 voto a favor do BE; 1 do PCP; 1 do PPM e 19 abstenções do PSD.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 3.º da proposta com a alteração que acabámos de aprovar.

As Srs. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Coloco agora à votação o artigo 4.º da proposta.

As Srs. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

As Srs. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Votação final global. A proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para uma interpelação à Mesa para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental.

Ah! Então, peço, Sr. Deputado, que se permita fazer as...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Eu abduco já do intervalo regimental para permitir as declarações de voto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, tinha pedido a palavra para uma declaração de voto. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nós vivemos, hoje, aqui, um dia histórico.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Podia ser mais!

**O Orador:** A Assembleia consubstanciou a maior descida....

*(Burburinho geral)*

**O Orador:** (Isto assim é impossível! É que é mesmo!)

**Deputado José San-Bento (PS):** Continua! Muito bem, Francisco!

**O Orador:** A Assembleia consubstanciou a maior descida de impostos da nossa autonomia. Nós, hoje, temos o maior diferencial fiscal, em termos de IRS, da história da nossa autonomia. E esse trabalho foi feito pelos Governos do PS em conjugação com o CDS-PP, com um partido da oposição que se mostrou disponível para colaborar e para trabalhar naquilo que interessa: ajudar os açorianos, melhorar os seus rendimentos, ajudar as nossas empresas para que possam ultrapassar as tormentas que têm vindo de fora.

Tem sido este o nosso papel, de ajudar e de tentar criar uma via menos difícil do que aquela que acontece no continente para as famílias e as empresas.

Nós reunimos com a sociedade civil, tivemos um trabalho árduo nessa matéria e exercemos, na medida das nossas possibilidades, porque esta descida de impostos foi feita à custa do dinheiro dos açorianos, mas conseguimos, finalmente, baixar os impostos para todos os açorianos.

Este é um voto que nos orgulha, apenas lamentamos que o maior partido da oposição, o partido que queria, alegadamente, descer os impostos, não só no seu Congresso tenha dito que os queria subir, como, na prática, não apresentou uma única proposta neste Orçamento para poder baixar os impostos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Marinho, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto só para assinalar que ficam, deste debate, desta discussão, momentos positivos e questões positivas, designadamente aquela que vai conduzir à redução do IRS e também o reconhecimento do papel que o Presidente do PSD Açores teve para que, hoje, tivéssemos podido estar aqui a discutir...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Essa não ficou clara! Essa não ficou clara!

**O Orador:** Eu volto a repetir!

E também o reconhecimento do papel desenvolvido por parte do Presidente do PSD Açores para que, hoje, possamos estar aqui a falar e a discutir e a decidir em termos de redução de impostos.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Infelizmente, não temos só momentos positivos, ficaram também momentos negativos e os momentos negativos foram, designadamente, a oportunidade que se perde na redução, designadamente, do IRC e, designadamente, do IRS, que, por si só, não seria uma questão negativa...

**Deputado José San-Bento (PS):** Oh, senhor, como é que é possível?!

**O Orador:** ... se não fosse o impacto que isso vai ter na vida das famílias e das empresas açorianas.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** As famílias já estão servidas!

**O Orador:** Perdeu-se uma oportunidade e, infelizmente, as famílias e as empresas açorianas vão ter que ficar à espera de melhores dias.

Valha isto pelos pontos positivos que aqui foram referidos.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais declarações de voto.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem uma declaração de voto? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

*(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PSD e do PS)*

**Deputado José San-Bento (PS):** É a única conclusão que se pode tirar do vosso sentido de voto! A única!

**Presidente:** Srs. Deputados, o Sr. Deputado Aníbal Pires está no uso da palavra!

**O Orador:** A dimensão do que acabou agora de ser aprovado por este Parlamento, isto é, a descida de alguns impostos na região, não teve a dimensão, ou não tem a dimensão que o Deputado Francisco César, em nome do Grupo Parlamentar do PS, quis transmitir. Não é verdade! Essa dimensão real e simbólica só teria sido atingida se o Governo Regional e se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tivessem acolhido aquilo que foram as sugestões de alguns partidos da oposição, designadamente da Representação Parlamentar do PCP.

A reposição dos 30% na taxa superior do IVA, isto é, diminuindo o IVA de 18 para 16%, teria sido, ou melhor, é um imperativo. As famílias e as empresas assim o exigiam; o Governo Regional e o Grupo Parlamentar do PS recusaram essa proposta.

Cá estaremos para verificar se, para 2016, o Governo Regional (e 2016 não é um ano qualquer, é um ano de eleições), cá estaremos para ver se, então, nessa altura, a taxa superior do IVA vai ou não descer dos 18 para 16%.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** É bem provável!

**O Orador:** É bem possível que sim e o PCP cá estará para o votar, mas podia ter sido já, hoje, Sr. Vice-Presidente.

Depois, há uma coisa, há aqui um aspeto que eu não posso deixar de referenciar, que é a atitude de um partido político que está nesta Câmara, que tem a dimensão que todos conhecemos – 20 deputados – e que, para além de não ter contribuído com nenhuma proposta, ainda por cima chumba, e é bom que as açorianas e os açorianos saibam que o Deputado Duarte Freitas e mais os seus 19 companheiros votaram contra a proposta do PCP, ...

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Não é verdade!

**O Orador:** ... votaram contra a proposta do PCP...

*(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da Câmara)*

**O Orador:** Eu vou reformular, para V. Ex.<sup>as</sup> ficarem satisfeitos.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Diga, Sra. Presidente, como é que votamos!

**O Orador:** V. Ex.<sup>as</sup> não viabilizaram a proposta do PCP,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sabe que não é verdade!

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** ... que pretendia diminuir...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** ... a taxa do IVA de 18 para 16%.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, eu já estou arrependida de não ter dado o intervalo, há pouco!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Muito bem, Sra. Presidente!

**Presidente:** Peço-vos um pouco mais de paciência para que o Sr. Deputado Aníbal Pires possa concluir a sua declaração de voto, porque ainda temos o Sr. Deputado Paulo Estêvão, que também quer fazer uma declaração de voto. Portanto, faça o favor e peço a todos que permitam que o Sr. Deputado Aníbal Pires possa concluir.

**O Orador:** Há aqui duas questões que são essenciais.

O PS não deu a resposta que devia ter dado às exigências do povo açoriano, à exigência das famílias e das empresas açorianas e o PSD foi no rasto do Partido Socialista. Como é habitual, nas questões essenciais, estão perfeitamente unidos. Desde que seja para penalizar o povo dos Açores, V. Ex.<sup>as</sup> estão sempre disponíveis para dar a mão ao Partido Socialista.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra para uma declaração de voto.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto muito mais curta do que a do Sr. Deputado Aníbal Pires, de certeza absoluta, mas o que eu devo dizer aqui é o seguinte.

Eu considero que chegámos aqui a tarde e a más horas, é verdade. O Governo andou aqui a fazer tempo, lazeira, andou aqui a fazer lazeira, mas a verdade é que o objetivo está atingido parcialmente. Só espero é que o Governo não tenha depois um posicionamento diferente em relação a estas matérias e que venha a penalizar o povo dos Açores de outras formas.

Mas eu considero é que esta medida é uma medida positiva. Foi com responsabilidade que eu a votei favoravelmente, foi com sentido de responsabilidade. Foi com sentido de responsabilidade de saber que considero que esta medida, que vai ser criticada por alguns, nomeadamente pelos centralistas que vão dizer, “Olhem, eles nos Açores até baixam os impostos”, porque não compreendem o que significa a insularidade, porque não compreendem a situação específica que se vive nos Açores, eu considero que é fundamental que, perante a opinião pública dos Açores, se valorize esta medida de uma forma responsável. Porque eu, e estou absolutamente convencido que a generalidade dos deputados que aqui votaram a favor desta medida tem a consciência que só através da redução dos impostos é que se consegue o crescimento económico (só através da redução dos impostos é que se consegue o crescimento económico!). Porque o peso fiscal, o peso da pressão fiscal é tão grande que não há possibilidade da atividade económica se recuperar.

E por isso eu considero que, provavelmente, e eu estou absolutamente convencido que será esse o sentido, não digo provavelmente, digo com certeza absoluta, a curto e a médio prazo, a região terá mais receitas, mesmo diminuindo os impostos, porque aumentando os impostos não significa que se venha a ter mais receitas, porque se nós tivermos uma outra atividade económica, se aumentarmos a atividade económica, se aumentarmos, se conseguirmos um dinamismo novo na economia dos Açores, até podemos criar mais receitas com impostos mais baixos. E eu estou convencidíssimo que é isso que vai suceder. Eu estou convencidíssimo que é isso que vai suceder! Já deveria ter acontecido.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Já estou arrependido de ter abdicado do intervalo regimental!

**O Orador:** Perdemos quase metade do ano, e perdemos quase metade do ano por responsabilidade do Governo Regional, que não agiu com a rapidez que esta situação exigia.

Mas chegámos aqui e eu considero que terá o efeito benéfico e vamos ver, mas terá um efeito benéfico para a economia dos Açores e poderemos ter essa perceção quando daqui a algum tempo se fizer a análise do impulso económico que significou a redução dos impostos nos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então para intervalo, intervalo regimental pedido pelo PCP. Regressamos às 19 horas e 10 minutos.

*Eram 18 horas e 55 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 19 horas e 20 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados, conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, os pontos 12 e 13 da nossa Agenda serão também debatidos em conjunto.

O ponto 12 é o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 43/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 15/2006/A, de 7 de abril, que estabelece o Regime Jurídico da Educação Especial e do Apoio Educativo”, e o Projeto de Resolução é o n.º 91/X – “Regime jurídico da Educação Especial e do Apoio Educativo”, ambos foram apresentados pelo Grupo Parlamentar do PSD e, portanto, para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqui está o PSD a apresentar mais duas propostas.

Em abril de 2006 (2006!), este Parlamento estabeleceu o Regime Jurídico da Educação Especial e do Apoio Educativo visando a criação de condições para a adequação do processo educativo aos requisitos das crianças e jovens com necessidades educativas especiais ou com dificuldades na aprendizagem, dificuldades essas que impedissem o seu sucesso educativo.

Do elenco das medidas da educação especial ali previstas figura a intervenção precoce.

Passados seis anos e quatro meses, repito, seis anos e quatro meses, sobre o estabelecimento daquele regime jurídico, o Governo Regional fez finalmente publicar a portaria que define a organização e funcionamento da intervenção precoce. E daí até à constituição da equipa de coordenação regional foi necessário mais um ano e meio. Ao todo, o Governo Regional demorou neste processo 92 meses, 2760 dias.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E horas?

**O Orador:** Repito também, 2760 dias.

Este desleixo de um Governo Regional que não foi capaz de realizar atempadamente um trabalho da sua responsabilidade traduziu-se na deficiente resposta àquelas crianças e suas famílias.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Acresce a esta circunstância o facto de, nos Açores, a intervenção precoce estar limitada até a criança perfazer três anos, quando, a nível nacional, o período de intervenção se prolonga até aos seis anos, ou seja, até ingressar no ensino básico.

E é precisamente esta uma das propostas que o PSD aqui traz, alargar a intervenção precoce nos Açores até à idade de ingresso no ensino básico. Em

razão da nossa realidade, da insuficiência de meios afetos à intervenção precoce, tal como ela tem funcionado, e bem assim à exiguidade dos recursos existentes na rede de ensino público, do nosso ponto de vista, justifica-se este alargamento e com ele poderemos proporcionar às nossas crianças e famílias as mesmas oportunidades de prevenção e intervenção que vigoram no resto do país.

E, do mesmo modo, também entendemos que se justifica recomendar ao Governo Regional que proceda à contratação dos recursos humanos necessários à execução de tarefas incluídas na atividade de serviço não docente, no âmbito da educação especial.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na discussão desta matéria, para avaliarmos o que está em causa, e a pertinência ou não das propostas que fazemos, importa que o Governo Regional responda às seguintes questões.

Primeira: As equipas técnicas de intervenção precoce estão dotadas em número e em diversidade de especialização dos recursos humanos necessários à abrangência do público-alvo nos respetivos concelhos?

Segunda questão: O trabalho feito pelos técnicos a tempo parcial nas equipas locais é suficiente para responder positivamente com eficiência aos desafios que esses mesmos técnicos encontram no terreno?

Terceira questão: Todos os concelhos dos Açores dispõem de equipas técnicas de intervenção?

Quarta: Qual a constituição dessas equipas técnicas e quantas crianças estão abrangidas em cada concelho?

Quinta questão: Quantos relatórios anuais sobre a intervenção precoce já foram produzidos, conforme prevê a lei, e que conclusões deles podemos tirar?

Só em presença das respostas a estas questões poderemos estar em condições de fazer a discussão séria e eficaz, de fazermos um debate que, em última

instância, contribua para a deteção e prevenção de incapacidades e riscos de atraso grave no desenvolvimento de muitas centenas de crianças das nossas ilhas, porque elas merecem mais e sobretudo merecem melhor.

Disse.

**Voices dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de entrar na discussão propriamente dita, eu queria fazer uma pergunta ao Governo.

Nós vamos entrar agora na discussão de duas iniciativas e eu vejo que o Secretário da Educação não está.

**Deputado André Bradford (PS):** Está o Governo!

**O Orador:** Em circunstâncias normais isto era grave, mas tendo em conta as declarações proferidas pelo Sr. Secretário da Educação em relação ao trabalho que é desenvolvido neste Parlamento, eu considero que é de enorme gravidade esta situação.

E, portanto, eu quero que o Governo explique esta ausência.

É evidente que isto não desmerece a Sra. Secretária e a presença da Sra. Secretária Isabel Rodrigues, pessoa que muito estimo e que tem mais do que capacidade para defender este diploma, mas não é isso que está em causa, para entrar no debate desta questão,...

**Deputado André Bradford (PS):** Não tem nada com isso!

**O Orador:** ...não é para defender, obviamente, é para entrar no debate desta questão. Agora, é evidente que isto não é uma situação normal e eu considero esta situação inadmissível, tendo em conta o histórico do Sr. Secretário da Educação e o que é que ele pensa do trabalho parlamentar que é aqui desenvolvido.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Bem lembrado!

*(Burburinho das bancadas)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, pede a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sra. Secretária.

**(\*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Uso a figura da interpelação porque me foi colocada uma questão que está fora do âmbito do debate e isso tem influência na contagem do tempo que o Governo dispõe.

Para informar o Sr. Deputado e a Câmara de que o Sr. Secretário Regional da Educação não pode estar aqui presente por motivos de força maior que se prendem com a sua agenda.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Com a sua agenda?!

**A Oradora:** Muito obrigada.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Maior do que o Parlamento!

**Presidente:** Obrigada...

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Com a sua agenda enquanto

Membro do Governo, de motivos de força maior, que se prendem com a sua agenda enquanto Membro do Governo.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

*(Pausa)*

Esta explicação que a Sra. Secretária Regional da Presidência acaba de dar a este Parlamento merece um veemente protesto. E, portanto, Sra. Presidente, estou a usar da palavra, se me permitir, para fazer um protesto (para fazer um protesto!). Um protesto porque...

**Presidente:** O Sr. Deputado vai protestar no âmbito da sua intervenção.

**O Orador:** Com certeza.

Não vou usar nenhum subterfúgio...

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Um subterfúgio?!

**O Orador:** ... regimental, como fez a Sra. Secretária da Presidência, para que não lhe fosse contado o tempo da intervenção.

Mas para dizer, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que esta explicação, mas mais do que a explicação, a ausência do Sr. Secretário Regional da Educação e do Sr. Secretário Regional da Saúde, que também partilha a tutela destas matérias que nós vamos discutir, é inadmissível,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E depois estava a almoçar no restaurante!

**O Orador:** ... porque não há razão de força maior.

Eu tenho que desmentir a Sra. Secretária Regional, porque, consultando o Gabinete de Imprensa do Governo Regional, a força maior que impede o Sr.

Secretário Regional da Educação de estar, hoje, aqui, presente, e o Sr. Secretário Regional da Saúde é outra e eu chegarei e direi à Câmara qual a razão.

**Deputado Francisco César (PS):** Então diga lá!

**O Orador:** Mas o Gabinete de Apoio à Comunicação Social, que faz a propaganda do Governo, divulga também a agenda e a agenda do Sr. Secretário Regional da Educação, hoje, foi visitar uma escola na Maia e outra na Ribeira Grande. Isto é que é a força maior!

Bom, mas ainda podíamos admitir...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isto é que é força maior?

**Deputado André Bradford (PS):** Os senhores é que vão dizer como o Governo governa!

*(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)*

**O Orador:** ... podíamos admitir...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

**O Orador:** Podíamos ainda, com alguma ingenuidade, acreditar na hipótese de que o Sr. Secretário Regional da Educação fazia questão de vir a este Parlamento responder e explicar a posição do Governo sobre esta matéria e que calculou mal o decurso dos nossos trabalhos, prevendo que esse debate se realizasse amanhã, por engano também, porque a agenda do Sr. Secretário Regional da Educação para amanhã é visitar a ilha de Santa Maria.

**Deputado André Bradford (PS):** E qual é o problema?

**O Orador:** Ora, estas são as duas razões de força maior do Sr. Secretário Regional da Educação para não estar aqui presente.

Mas como estas matérias são tuteladas em partilha também pelo Sr. Secretário Regional da Saúde, vejamos a explicação...

**Deputado André Bradford (PS):** Isso é que não tem explicação!

**O Orador:** ... para a ausência também do Sr. Secretário Regional da Saúde.

**Deputado Berto Messias (PS):** Isso é muito relevante!

**O Orador:** Bom, o Sr. Secretário Regional da Saúde esteve, esta manhã, aqui, pertinho de nós, na ilha do Pico, visitando o Centro de Saúde da Madalena, e já, esta tarde, a fazer fé naquilo que diz o Gabinete de Imprensa do Governo, esteve no Hospital da Horta. Por que razão não está ali? Qual é a força maior que impede o Sr. Secretário Regional da Saúde de estar sentado, ali, naquela cadeira, a dar explicações a este Parlamento, Sra. Presidente?

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Mas admitamos ainda, só numa possibilidade de muita ingenuidade, que também o Sr. Secretário Regional da Saúde tinha previsto que este debate se realizaria amanhã, por engano. É porque amanhã o Sr. Secretário Regional da Saúde também não vai estar aqui sentado, neste Parlamento,...

**Deputado Berto Messias (PS):** Pois não! Vai estar lá fora a governar!

**O Orador:** ... vai estar a visitar o Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada.

Portanto, esta ausência dos Membros do Governo Regional responsáveis pelos diplomas,...

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** O responsável pelo diploma é o senhor!

**O Orador:** ... por estas duas iniciativas que vamos aqui discutir, tem, necessariamente, duas interpretações às quais, inevitavelmente, não podemos fugir.

A primeira é que, quando se trata de prestar contas, o Governo começa por não prestar contas no sítio onde deve fazê-lo,...

**Deputados André Bradford e Berto Messias (PS):** O Governo está aqui!

**O Orador:** ... que é perante os eleitos, representantes legítimos do povo dos Açores.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** A segunda conclusão, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é politicamente quase tão relevante quanto esta.

**Deputado André Bradford (PS):** Isto não é um protesto, nem fala do diploma!

**O Orador:** É que a explicação para esta ausência, afinal, é simples.

Os Srs. Secretários Regionais da Saúde e da Educação, quando estes diplomas estiveram em discussão na Comissão, manifestaram-se contra esta iniciativa do PSD e o Partido Socialista, afinal, vai aprová-lo, e é essa desautorização que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai fazer a esses dois Membros do Governo que os envergonhou e os manteve afastados aqui deste Parlamento.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Que filme!

**Presidente:** Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(\*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Lamento profundamente que em vez dos Srs. Deputados, e em particular o Sr. Deputado Joaquim Machado pretender discutir aqui efetivamente as questões da intervenção precoce e do apoio educativo, queira discutir um assunto absolutamente paralelo que nada tem a ver com este debate.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**A Oradora:** O Governo está aqui representado e, no caso particular destas duas iniciativas que vão ser debatidas, está representado por mim.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Podia ter ido à Comissão!

**A Oradora:** Tenho, pois, pena que o Sr. Deputado tenha gasto um tempo precioso tentando extrapolar um assunto que não tem relevância nenhuma, porque aquilo que nos deveria estar, efetivamente, a ocupar o nosso tempo eram as iniciativas que o Sr. Deputado aqui trouxe.

E eu estou inteiramente disponível e é com o maior gosto que as irei discutir. Não contribuirei mais é para isso que os senhores estão aí a fazer. Estou aqui presente mas é para trabalhar.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente,...

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Vai voltar ao mesmo ou vamos discutir?

**O Orador:** ... Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A Sra. Secretária Regional da Presidência confirmou que faltou à verdade na justificação que deu para a ausência dos dois Membros do Governo...

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** O senhor está a acusar-me de faltar à verdade?

**O Orador:** ... e, além disso, como, aliás, foi comprovado, e, além disso, Sra. Presidente, a data da realização dos nossos trabalhos deste mês de abril há meses que está marcada.

E, portanto, quando um Membro do Governo Regional marca outros assuntos de agenda, que não têm urgência, para coincidir com os trabalhos do Plenário é porque aqui não quer estar. E se a Sra. Secretária Regional, em representação do Governo, está disponível para discutir as opções, as propostas que o PSD aqui traz, então, Sra. Secretária, vamos a isso e comece já por responder às seis questões que eu formulei.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Vamos à discussão!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero deixar aqui o meu veemente protesto em relação à forma como o Governo Regional trata este Parlamento,...

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ... porque, vejam bem, o que é que está a fazer o Governo Regional, o que é que estão em visitas, e, depois, quando se lhes diz, “Não tem que responder aqui, não tem que estar aqui quando são as discussões de diplomas que estão na área da sua tutela”, o que me dizem é, “Não! Estamos a governar! Estamos a governar!”.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Chama-se orgânica!

**O Orador:** Estamos aonde? No Pulo do Lobo! Nós estamos aqui com a mochila às costas. Isto é o Governo da mochila às costas. Nós vamos visitar esta e esta, aquela instituição e isto é normalíssimo.

Dizem, querem transmitir aqui a imagem que faltar a um debate com relevância, num Plenário do Parlamento, é uma coisa normalíssima!

**Deputado Miguel Costa (PS):** Vamos passar à votação!

**Deputado Berto Messias (PS):** Podemos votar!

**O Orador:** Na escala do Governo, prioridades do Governo,...

**Deputado Miguel Costa (PS):** Vamos à votação!

**O Orador:** ... primeiro vem o “sitiozinho” não sei quê onde vai o Sr. Secretário de mochila às costas visitar não sei o quê e depois, no final de tudo, está o Parlamento dos Açores, no final da escala, dos direitos e dos deveres do Governo em relação a esta Casa, porque o Governo bebe a sua legitimidade neste Parlamento, não foi o Governo que foi eleito diretamente, foram os Deputados que se sentam neste Parlamento e é aqui que os Srs. Secretários têm

que estar e os Membros do Governo têm que estar, porque a legitimidade política que ostentam é aqui que eles a bebem toda (toda!), em mais nenhum outro sítio. E, portanto, os senhores têm a obrigação de se sentar ali e de contribuir para o debate em áreas onde, evidentemente, têm informação privilegiada porque tutelam essa área.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Passe à votação, Sra. Presidente!

**O Orador:** E isto não é normal! Isto só acontece é no Botswana, não acontece em mais nenhum sítio da Europa Ocidental.

**Presidente:** Sr. Deputado!

**Deputado Francisco César (PS):** Só queria lembrar que o Botswana é uma monarquia!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É uma monarquia! Que ignorância!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Lúcia Arruda, tem a palavra.

(\*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, era para solicitar um intervalo regimental.

**Deputado André Bradford (PS):** Oh, senhora! Não devia pedir agora! A gente ia começar a falar de coisas sérias!

**Presidente:** Considerando o nosso horário, vamos interromper os nossos trabalhos. Recomeçamos amanhã às 10 horas com a Agenda.

*Eram 19 horas e 42 minutos.*

*Deputados que entraram durante a sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**André Jorge Dionísio Bradford**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Duarte** Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

**Partido Comunista Português (PCP)**

**Aníbal** da Conceição **Pires**

*Deputados que faltaram à sessão:*

*Partido Socialista (PS)*

**Domingos** Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Renato** Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

(\*) Texto não revisto pelo Orador

**A redatora:** Sónia Isabel Maciel Nunes